

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

DÉBORA AUGUSTO FRANCO

**SAÚDE E EDUCAÇÃO: CAPILARIZAÇÕES TUTELARES NOS
(DES) CAMINHOS DAS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS**

**NITERÓI
2011**

DÉBORA AUGUSTO FRANCO

**SAÚDE E EDUCAÇÃO: CAPILARIZAÇÕES TUTELARES NOS
(DES) CAMINHOS DAS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS**

MESTRADO EM PSICOLOGIA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lilia Ferreira Lobo

**NITERÓI
2011**

DÉBORA AUGUSTO FRANCO

**SAÚDE E EDUCAÇÃO: CAPILARIZAÇÕES TUTELARES NOS
(DES) CAMINHOS DAS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lilia Ferreira Lobo

**NITERÓI
2011**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

F825 Franco, Débora Augusto.

Saúde e educação : capilarizações tutelares nos (des) caminhos das famílias contemporâneas / Débora Augusto Franco. – 2011.
155 f.

Orientador: Lilia Ferreira Lobo.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2011.
Bibliografia: f. 147-152.

1. Família; aspecto psicológico. 2. Família; aspecto social.
3. Saúde. 4. Educação. 5. Barra Mansa (RJ). I. Lobo, Lilia Ferreira. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 301.42

Débora Augusto Franco

**SAÚDE E EDUCAÇÃO: CAPILARIZAÇÕES TUTELARES NOS
(DES) CAMINHOS DAS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Lilia Ferreira Lobo - Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dra. Cecília Maria Bouças Coimbra
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dra. Heliana Conde de Barros Rodrigues
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

“Aos meus filhos Celso e Carlos Eduardo, por permitirem que possamos criar juntos outros modos de ser mãe, filhos e família.”

AGRADECIMENTOS

Ao rigor e à doçura de Lilia Ferreira Lobo. Pelos encontros de orientação, pela confiança e liberdade na escrita. Pela exatidão e escuta, mas principalmente, pela sensibilidade de uma metodologia que me parece ser sua própria alma, aquilo que me inspirou em momentos ímpares durante o percurso da pesquisa. Pela certeza de um caminho teórico-prático, político e ético que produziu intervenções em minha vida.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo financiamento desta pesquisa.

A Heliana Conde, responsável inicial pela desestabilização das minhas certezas e por imprimir em minha vida as “marcas da pantera”. Pelas aulas inesquecíveis durante o curso de especialização em psicologia jurídica da UERJ. Pela escuta atenta aos meus pedidos de socorro antes, durante e após o exame de qualificação. Pelo carinho e generosidade com que doa textos, pensamentos e críticas.

A Cecília Coimbra por todas as sugestões de leituras e caminhos possíveis. Pelo apoio e pela contribuição com meu trabalho, mesmo sem o saber.

A todos aqueles que fizeram parte desta pesquisa no campo, os profissionais da educação e do Programa de Saúde da Família, sem os quais esta não seria possível, meu sincero agradecimento, especialmente a equipe pedagógica da escola onde realizei a pesquisa, pela amizade que construímos.

Às secretarias de saúde e educação do município de Barra Mansa, pela autorização deste trabalho.

À professora Maria Lívia do Nascimento pelas sugestões durante a pré-banca e por acolher minha aposta.

A Maria Clara Fernandes, colega de turma, pela presença inigualável em minha pré-banca. Pela leitura atenta e rigorosa. Por fazer parte da minha vida.

Aos professores da Pós Graduação em Psicologia da UFF. Em especial Kátia Aguiar, pelas indicações e esclarecimentos precisos nos momentos em que solicitei ajuda.

Aos meus filhos Celso Augusto e Carlos Eduardo e a minha enteada Érica, por me fazerem sorrir.

Ao meu marido Celso Franco, pelo bom-humor e coragem com que exerce papéis parentais que diferem do modo hegemônico vigente. Pelo apoio e incentivo.

Aos meus colegas de turma - mestrado e doutorado UFF/2009 - especialmente Diana Malito, Danielle Pinheiro, Aline Garcia, Cristiane Fraga, Nayara Longo, pelos congressos em que estivemos presentes, pelas discussões produtivas, pela amizade, “intensidade, ressonância ou acorde musical”.

Ao grupo de orientação da equipe Lilia Lobo (mestrado e doutorado) pelos encontros que experimentamos nestes dois anos de pesquisa.

Aos colegas de trabalho, especialmente Alessandro Simões, Thaísa Menezes, Alcione Fontes, Carolina Serravalle, Elisabete Gomes, Aline Valente (*in memoriam*) e Alan Costa que souberam compreender os momentos em que precisei estar ausente.

À companheira e amiga Maria Helena Gualberto, pela contribuição imensa em minha vida, pelo incentivo e apoio, sem o qual dificultaria a realização deste trabalho.

A todas as crianças que acompanhei e aquelas que ainda acompanho no trabalho como psicóloga, pelos encontros produzidos, pelo furor incessante que atravessa minha escrita.

A todas as famílias que insistem em criar seus próprios caminhos.

Dona Maria

Dona Maria me disse: não aguento mais, já tô pra comprar uma gaita, me sentar na calçada,
 e ficar tocando, tocando...
 - Mas só pra distrair?
 - Que Mané pra distrair! O senhor não esta entendendo?
 - Entendo. A senhora vai ficar sentada na calçada, de vestido sujo, cabelos despenteados,
 Esquálida, a soprar uma gaitinha rouca, não é?
 Depois as pessoas ficarão com pena da sua figura esfarrapada, tocando uma gaitinha rouca, e
 jogarão moedas encardidas em seu colo encardido, não é?
 Seu vestido estará salpicado de mosca e lama
 A senhora de três em três minutos dará uma chegada no boteco da esquina e tomará um trago
 Com pouco a senhora estará balofa, inchada de cachaça, os lábios como cogumelos
 Sua boca vai cair no chão
 Uma lagarta torva pode ir roendo seu lábio superior pelo lado de fora
 Um moleque pode passar a esfregar terra em seu olho
 Ligeiro visgo começara a crescer de seus pés
 Alguns dias depois sua gaita estará cheia de formiga e areia
 A senhora estará cheia de lacraias sem anéis
 E ninguém suportará o cheiro de seu corpo, não é assim?
 Dona Maria teve um arrepio.
 Epa moço! Eu não queria dizer tanto. Só pensei de comprar um gaita, me sentar na calçada
 E ficar tocando... até que a vida melhorasse. O resto o senhor que inventou. Desse jeito, já
 estou vendo os meninos passarem por mim e gritar: - Maria gaiteira, fiu! Maria gaiteira fiu fiu!
 Por favor, moço, mande esses meninos embora pra casa deles.
 O senhor já me largou na sarjeta, já
 Fez crescer visgo no meu pé, e agora ainda manda os moleques me xingarem...

Manoel de Barros, 1937 in Poemas concebidos sem pecado

RESUMO

Nossa pesquisa tem por objetivo colocar em análise algumas questões referentes à construção social de uma ideia de família no contemporâneo, evidenciando a naturalização de conceitos-estereótipos que giram em torno desta, identificando-a como tendo ou não uma estrutura, a partir de uma designação que supõe haver uma representação de família, baseada no modelo nuclear burguês. Neste caso, apontamos as implicações históricas, culturais, econômicas e sócio-políticas que lhe foram impressas desde o surgimento deste modelo. O objetivo principal é pensar as formas de capilarização do saber-poder sobre as famílias, principalmente no que se refere aos saberes especializados (médico, psicológico e pedagógico) que na contemporaneidade adquiriram reconhecimento como orientadores no processo de normalização. Para tanto, tivemos como proposta inicial a realização de uma pesquisa-intervenção junto a uma equipe de profissionais de uma unidade do Programa de Saúde da Família (PSF) no município de Barra Mansa (RJ). Tal proposta passou por mudanças no decorrer do método, levando-nos a uma pesquisa-intervenção junto à equipe de uma escola da rede municipal, situada no mesmo município. A proposta de pensar o tema das famílias junto aos profissionais da saúde e educação veio deste processo de pesquisa no campo, em que os discursos produzidos foram discutidos junto aos profissionais envolvidos. Alguns temas foram colocados em debate, dentre eles: a) processo social de orientação em massa que ditam regras de amamentação exclusiva e planejamento familiar; b) educação dos filhos e o processo de ensino-aprendizagem; c) o processo de inclusão social de crianças diagnosticadas com transtornos psiquiátricos, especialmente autismo e síndrome de asperguer nas escolas públicas, a partir da desnaturalização de uma certa culpabilização da família pelos filhos que desenvolvem algum tipo de transtorno mental ou desvio de personalidade. Temas que nos fizeram perceber que as supostas ‘famílias desestruturadas’ se reconheceriam na necessidade de busca por conhecimentos por meio de especialistas, fato que contribuiria para a lógica de reafirmação dos aparatos técnico-científicos que colocam para funcionar a máquina que produz a família em desvio, mantendo-a à margem e ameaçando-a de ruir e ao mesmo tempo negligenciando a necessidade de assisti-las. Nesta pesquisa, fizemos uso de ferramentas da socioanálise, a partir de textos de René Lourau; da filosofia da diferença, com Gilles Deleuze e Félix Guattari; e do pensamento genealógico de Michel Foucault. Tal perspectiva teórico-metodológica, que não se pretendeu conclusiva, apontou a importância de pensar a existência concreta de lutas em um campo de forças onde instituições concorrem como detentoras de um saber e de respectivas práticas capazes de intervir no que convencionam chamar de ‘desestruturação’, a partir de um modelo normal de família. Coube, portanto, analisar as práticas *psi*, médicas e pedagógicas como importantes instituições na construção do conceito-estereótipo ‘família desestruturada’.

Palavras-chave: família desestruturada – especialismos – tutela estatal - saúde - educação

ABSTRACT

Our research aims to analyze some issues related to the social idea of a contemporary family, making it evident the naturalization of oversimplified opinion concerning it, identifying it as having or not a structure from the designation that supposes it as having a representation of family based on the nuclear bourgeois model. In this case we point out the historical, cultural, economic and social-political implications that have been impressed from the first appearance of this model. The main objective is to think on the ways of the knowing-power capitalization over families, especially referring to the specialized knowledge (doctors, psychologists, and pedagogues) that in the contemporaneity gained recognition as advisors in the normalization process. We had as an initial proposal the achievement of an intervention-research together with a professional team of a family health program unit (PSF) in the municipal district of Barra Mansa (RJ). Such proposal has gone under changes concerning the method leading us to an intervention-research together with a municipal school team, located in the same municipal district. The resolution of thinking the family together with a health professional team as well as educators came from this field research process in which the discourses produced were discussed among the professionals involved. Some topics were brought into discussion, such as: a) social process of mass orientation that command the rule of exclusive breast-feeding and family-planning; b) children's education and the teaching-learning process; c) the process of social inclusion of children that had been diagnosed with psychiatric derangement, especially autism and Asperguer syndrome in public schools, from the denaturalization of a certain blaming of the family over children that developed some kind of mental derangement or personality deviation. Such themes made us realize that the supposed "disrupted families" would recognize themselves in the search for knowledge through specialists, fact that would contribute to the logic reaffirmation of the techno-scientific displays that put into action the machine that produces the deviated family, laying them aside and threatening them to ruin as well as neglecting the need to assist them. In this research, we made use of social analyses tools from the perspective of René Lourau; the philosophy of difference according to Gilles Deleuze and Félix Guattari; and the genealogical thinking of Michel Foucault. Such theoretical-methodological perspective, that is not intended to be conclusive, pointed the importance of thinking the concrete existence of struggle in a field of power where institutions compete as the holders of knowledge and its respective practices capable of interfering in what they conventionally call "structurelessness" from a normal model of family. Therefore, it was left for us to analyze the psychological, medical and pedagogical practices in the construction of a stereotyped-concept of a "disrupted family".

Key-words: disrupted family, especialisms, state guardianship, health, education

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 14 |
| Capítulo I: | |
| Campo de pesquisa: uma escolha ético-estético-política? Ou como tudo começou | 36 |
| 1. 1. Bolsa de estudos X Trabalho: quando os índices estatísticos se interpõem ao pesquisar..... | 38 |
| 1. 2. Em busca de novos caminhos..... | 38 |
| 1. 3. Estrutura familiar: um conceito reacionário..... | 45 |
| 1. 4. Tecnologias de produção do familiarismo..... | 50 |
| 1. 5. A lógica da gestão dos corpos no meio intrafamiliar: disciplina e controle..... | 55 |
| 1. 6. Plano de imanência... Ou o que eu vou fazer com isso???. | 62 |
| 1. 7. A entrada na escola..... | 66 |
| 1. 8. Os primeiros passos..... | 68 |
| 1. 9. Apoio pedagógico e psicologia: um diálogo possível?..... | 70 |
| Capítulo II: | |
| Capilarização 1: Saúde: as práticas higiênicas nos (des) caminhos das famílias..... | 75 |
| 2. 1. A ordenha pública como um analisador histórico. | 79 |
| 2. 2. Identidade-maternidade-aleitamento..... | 83 |
| 2. 3. A ordenha pública como um analisador na restituição da pesquisa..... | 89 |
| 2. 4. Literatura: estratégia de saúde da família? Velhas roupagens, novas estratégias..... | 93 |
| 2. 5. Sobre a eugenia contemporânea: o projeto de esterilização dos pobres através das cirurgias de laqueadura ou o “Planejamento Familiar”?..... | 98 |
| 2. 6. A única coisa que pobre pode ter é filho!!!..... | 102 |
| Capítulo III: | |
| Capilarização 2: Educação: as práticas pedagógicas nos (des) caminhos das famílias..... | 106 |
| 3. 1. Conselho Tutelar X Escola: autorização para castigo?..... | 107 |
| 3. 2. Reunião de pais: encontros e desencontros com a linha pedagógica..... | 110 |
| 3. 3. Prepare-se para a palestra: desconstruindo especialismos..... | 114 |

| | |
|---|------------|
| 3. 4. O autista (...) é filho único e tem uma mãe superprotetora, da qual está tentando se libertar..... | 117 |
| 3. 5. O objetivo é descrever o perfil de autismo e TDH e orientar os docentes a lidar com os mesmos em sala de aula... Sobre a delegação dos saberes..... | 127 |
| 3. 6. Nós somos animais humanos..... | 130 |
| 3. 7. Isso é filosofia! Não, isso é sociologia! | 134 |
| 3. 8. Ensaio e erro: implicação e sobreimplicação..... | 136 |
| Considerações Finais..... | 142 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 147 |
| ANEXO I: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido..... | 153 |

Para introduzir, o que seria necessário fornecer a mais? Um resumo? Instruções de uso? Uma declaração decisiva? Uma façanha literária? Como não tenho a impressão de apresentar um produto nitidamente circunscrito e facilmente identificável assumirei, antes de mais nada, o risco de mostrar seus andaimes, suas impressões de base, os descaminhos de seu método e os esboços de sua demonstração.

DONZELOT in *A polícia das famílias*, 1980, p. 9.

Introdução

Uma breve história

No dia 22 de outubro de 2007, no município do Rio de Janeiro (RJ), o então governador eleito - Sérgio Cabral - concedeu entrevista ao jornalista Aluísio Freire, que teve grande repercussão na mídia e atualmente encontra-se disponível no site da Rede Globo de Televisão. Na ocasião o governador Sérgio Cabral, entre outros temas, colocou em debate a proposta de legalização do aborto como forma de conter a violência no Rio de Janeiro. No desenrolar da entrevista o governador falava sobre a venda de drogas ilícitas no Brasil, respondendo a Aluísio Freire como resolver esta questão. A partir desta pergunta surgiu então o tema da legalização do aborto, onde Sérgio Cabral afirmou:

“O Brasil não dá conta do câncer. Não dá conta dos que necessitam de CTIs. Não dá conta de um monte de coisas. Se for partir para isso... São duas questões que têm a ver com violência: uma é a questão das drogas que é mais internacional. O Brasil deve contribuir. A outra, é um tema que, infelizmente, não se tem coragem de discutir. É o aborto. A questão da interrupção da gravidez tem tudo a ver com a violência pública. Quem diz isso não sou eu, são os autores do livro "Freakonomics " (Steven Levitt e Stephen J. Dubner). Eles mostram que a redução da violência nos EUA na década de 90 está intrinsecamente ligada à legalização do aborto em 1975 pela suprema corte americana. Porque uma filha da classe média se quiser interromper a gravidez tem dinheiro e estrutura familiar, todo mundo sabe onde fica. Não sei por que não é fechado. Leva na Barra da Tijuca, não sei onde. Agora, a filha do favelado vai levar para onde, se o Miguel Couto não atende? Se o Rocha Faria não atende? Aí, tenta desesperadamente uma interrupção, o que provoca situação

gravíssima. Sou favorável ao direito da mulher de interromper uma gravidez indesejada. Sou cristão, católico, mas que visão é essa? Esses atrasos são muito graves. Não vejo a classe política discutir isso. Fico muito aflito. Tem tudo a ver com violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia¹, Gabão². Isso é uma fábrica de produzir marginal. Estado não dá conta. Não tem oferta da rede pública para que essas meninas possam interromper a gravidez. Isso é uma maluquice só”. (JORNAL O GLOBO, 22/10/2007, grifo nosso).

As palavras proferidas pelo então governador³ do estado do Rio de Janeiro conduzem a ideia fortemente difundida no meio social de criminalização da pobreza. A proposta de se criar um projeto de lei que garanta a descriminalização do aborto surge para indicar uma “ação social” que explicitamente denuncia uma preocupação preventiva, que pretende sanar o mal, atuando sobre as famílias incluídas no quadro de prováveis desviantes da ordem. Seria a saúde da mulher seu viés interventivo ou uma nova forma de eugenia social? Que família se quer beneficiar com a implantação de uma lei que garanta o aborto? As “famílias desestruturadas”, que não possuem condições econômicas para financiar o aborto, como aponta Sérgio Cabral? Ou as famílias abastadas, com seu nível sueco de qualidade de vida, para que não tenham suas casas perturbadas pelos inconvenientes das favelas?

O ideal de branqueamento do povo e a prevenção de males e anomalias foram as principais bandeiras do movimento eugenista. Cortar o mal pela raiz: a esterilização dos degenerados e dos criminosos constituiu uma das medidas de controle populacional na Europa e

¹Oficialmente conhecida como República da Zâmbia (capital Lusaka) é um país do continente africano. Em meados do século XIX exploradores britânicos - David Livingstone e Cecil Rhodes - invadiram o atual território de Zâmbia e em 1888 foram fundadas colônias britânicas na região, na época denominada Rodésia do Norte, situação que perdurou até 1963, quando Rodésia do Norte se tornou independente, recebendo o nome de Zâmbia e tendo como primeiro presidente Kennet Kaunda. Atualmente o desemprego é um dos seus maiores problemas, onde a renda per capita anual coloca o país entre as nações mais pobres do mundo. A expectativa de vida está entre 36 e 37 anos e a mortalidade infantil também é considerável. O crescimento populacional, de 2,3% ao ano é considerado como um problema social, responsável pela diminuição da renda per capita do país, contribuindo para o aumento da pobreza. Sobre este tema ver: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Disponível em: http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3280&lay=pde>> Acesso: 28/05/2010.

²Também se trata de um país africano (capital Libreville), que foi ocupado formalmente pela França no ano de 1885, que passou a administrar o atual território do Gabão em 1903. O país se tornou independente em 17 de agosto de 1960, sendo o 1º presidente eleito em 1961, Leon M' Bá. Após sua morte, em 1967, foi substituído por Omar Bongo, que também governou até sua morte em 2009. É também considerado pela ONU - Organização das Nações Unidas - como um país de extrema desigualdade em distribuição de renda, onde boa parte da população vive em extrema pobreza. (Idem, oc.).

³ O governo Sérgio Cabral teve início em 1º de janeiro de 2007. O então governador do estado do Rio de Janeiro foi reeleito para o período de gestão que deve se estender de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2014.

nos Estados Unidos. “A eugenia evita os males nas suas origens. Ela proíbe o casamento de todo indivíduo atacado de mal hereditário. Quem não aplaude a criação desta disposição proibitiva, acauteladora das futuras proles...?” (Kehl, 1923, p.20 apud Lobo, 2008, p. 115/116). Para Lobo (2008):

Discurso semelhante sobre a inutilidade dessas pessoas (...) foi também produzido no Brasil. Diferentemente da Alemanha, as mortes ocorrem até hoje devido ao descaso das autoridades públicas quanto ao abandono dos doentes e deficientes e ao extermínio mais ou menos clandestino de crianças, delinqüentes e homossexuais. Não houve aqui a máquina concreta de um tribunal eugênico, tampouco leis proibitivas dos casamentos, esterilizações compulsórias ou extermínio oficial. Nem por isso ficamos a salvo da vigilância médica sobre os comportamentos e os estigmas, ou dos julgamentos sobre os destinos dos considerados anormais ou degenerados, de sua morte por abandono ou violência, quase sempre impunes. (p. 121).

O discurso do atual governador do Rio de Janeiro explicitamente fala de uma nova forma de eugenia, aquela que tornaria possível o não nascimento daqueles que são considerados os atuais “degenerados sociais”. O nascimento de uma criança advinda das famílias pobres e faveladas deveria ser contido pelo poder estatal para que estas futuras “famílias desestruturadas” não venham a causar anomalias sociais ao contaminar a população – estável, funcional e estruturada – com seus supostos destinos de desviantes da norma. Filhos abortados porque não correspondentes ao “bom” funcionamento social, visto pelo ângulo daquele que pretende tutelar a vida e a morte. Um discurso de cuidado, mascarado na ideia de proteção à saúde da mulher. Não toda ou qualquer, mas da mulher pobre. Protegê-la do direito de interromper uma gravidez: indesejada pela mãe? Talvez. Mas principalmente, pelas estratégias estatais de controle das famílias.

Os vetores da pesquisa: o fora texto em análise

Um incômodo com o tema da família. Início a introdução com um trecho de entrevista com o governador Sérgio Cabral, para falar desde incômodo e para introduzir o leitor neste campo de intervenção a que me habilito dissertar. Quero desde o início afirmar o lugar de onde falo, onde recuso a ideia de neutralidade científica. Desta forma, busco aprofundar a ruptura com os moldes tradicionais de pesquisa, de forma a “interrogar os múltiplos sentidos cristalizados nas

instituições” (Rodrigues e Souza, 1987), o que inclui a própria instituição da pesquisa, permitindo reconhecer que a escolha pelo tema sugere a condição de não neutralidade entre sujeito e objeto de investigação. Ao mesmo tempo em que me permite reconhecer que não estou fora deste campo de análise. Desnaturalizar a ideia de neutralidade científica: é neste sentido que fui levada à análise de implicação: “Queremos encontrar a resposta para uma questão? É necessário conhecer o ascendente, seja de quem demanda seja de sua questão”. (Ibn Khaldûn *apud* Lourau, 2004, p. 246).

Encontrar uma resposta acerca de como se constituíram discursos e práticas em torno da família, designando para esta variados adjetivos: desestruturada, funcional, nuclear, desviante, ‘em situação de risco ou em vulnerabilidade’. Falo de qualquer família? Não. Falo das famílias pobres. Por que família? O que me levou ao interesse pelo tema? Aqui, já não sou capaz de apontar quantas pessoas falam. Seria a Débora, pesquisadora, mestranda da Universidade Federal Fluminense? Ou a Débora, servidora pública, psicóloga, que no contato direto com estas famílias (as pobres, usuárias dos serviços públicos de saúde) buscava uma resposta às questões que as afligiam em seu cotidiano de trabalho? Seria a Débora, mãe, que vivencia em seu cotidiano a busca por novas formas de relação mãe e filhos?

É deste lugar de psicóloga, mãe, pesquisadora, militante e reticências que ousou não separar pesquisa e política. É também neste sentido que nego minha neutralidade científica e afirmo a parcialidade dos resultados desta. Aqui também já não utilizo o artigo definido para dizer ‘a Débora’ e suas características identificáveis: psicóloga, mãe, pesquisadora... Fez-se necessário articular os vetores que produziram a busca por um trabalho de pesquisa, mas a partir do modo de pesquisar a que me proponho, nego também meu próprio nome, por reconhecer nas identificações uma certa clausura. Débora? São várias. São aquelas também que foram se desenhando no caminho da pesquisa. Minha pesquisa? Não. Pesquisa de múltiplos vetores, meus, seus, nossos. Rastros da orientação de Lilia Lobo, das trocas de e-mails com Heliana Conde, dos encontros com a leitura de Cecília Coimbra. Pensamentos e indicações aqui presentes, das pessoas que cito, mas também daquelas que já não me são possíveis de identificar. Marcas dos encontros que se produziram no campo, dos deslocamentos a que me permiti repensar, criar,

construir. “Acrescento que se nomes citados no texto não se encontram nesta introdução⁴, ela, em compensação, comporta nomes não citados no texto”. (Lourau, 2004, p. 257).

Em um trecho de *Mil Platôs* (vol.1), Deleuze e Guattari (1995) nos ajudam a pensar a um modo de fazer pesquisa, considerando seu caráter impessoal, coletivo, múltiplo.

Escrevemos o *Anti-Édipo* a dois. Como cada um de nós era vários, já era muita gente. Utilizamos tudo que nos aproximava, o mais próximo e o mais distante. Distribuímos hábeis pseudônimos para dissimular. Por que preservamos nossos nomes? Por hábito, exclusivamente por hábito. Para passarmos despercebidos. Para tornar imperceptível, não a nós mesmos, mas ao que nos fez agir, experimentar ou pensar (...) Não chegar ao ponto em que não se diz mais EU, mas ao ponto onde já não tem qualquer importância dizer ou não dizer EU. Não somos mais nós mesmos. Cada um reconhecerá os seus. Fomos ajudados, aspirados, multiplicados. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 11).

Fatos, sentimentos, afetos, acontecimentos, ressonâncias. Sinto de perto a sensação de ter sido multiplicada durante este percurso. Fosse a presente pesquisa enquadrada nos moldes do modelo científico clássico, me caberia fazer permanecer “cada um no seu quadrado”, lembrando trecho da música de Sheron Acioly⁵. Deveria então, omitir os veículos condutores, a condição de emergência do objeto. Mas, junto com alguns autores (Lourau, Foucault, Deleuze, Guattari, entre outros) me proponho à realização de uma nova receita, onde a experiência, os encontros, as leituras, as intervenções, os sujeitos e objetos estão se constituindo em um mesmo processo. Num modo de fazer pesquisa que se aproxima mais de um outro trecho de música ao estilo *funk*: “Junto e misturado⁶”.

Por que a escolha pelo tema? Apostamos aqui na análise de implicação para responder à questão que inicio este parágrafo:

Anuncia a implicação um novo modo de conhecimento, uma nova forma de investigação científica, mesmo se a palavra ciência precisa ser depreciada ou esvaziada? (...) Acabemos com os debates acadêmicos: digamos o que fazemos e o que não fazemos. Implicação: análise coletiva das condições da pesquisa. (LOURAU, 2004, p. 256/7).

⁴Na citação original em lugar de *introdução* encontra-se a palavra *bibliografia*. Optei pela mudança da nomenclatura em função de uma adaptação ao contexto.

⁵A música ao estilo *funk* foi intitulada ‘Dança do quadrado’. A autora da letra é uma jovem americana, filha de pais brasileiros que reside em Porto Seguro na Bahia. A música foi sucesso entre os jovens brasileiros na época em que foi lançada.

⁶O *rap* “Junto e misturado” foi composto pelo artista Mv Bill.

Esta concepção de análise de implicação nos conduz a elucidação das condições de possibilidade deste trabalho, o que nos leva a vinculá-lo aos diferentes elementos contextuais que o facultaram, ao mesmo tempo em que nos permite esclarecer a condição política de nossa pesquisa.

Com as famílias que recebo em meu trabalho como psicóloga procuro deslocar as engrenagens de reatualização do modelo nuclear. Com os meus criamos juntos novos modos de ser família. Com a pesquisa, um desejo político, claramente não neutro de fazer ranger o plano das formas prontas e acabadas, fazendo-as escapar pelas mãos, desmontando sua 'estrutura', a maneira como foi edificada. Fazer uso de nossa potência crítico-inventiva, de criação de outras maneiras de ser, pensar, agir, sentir, viver.

Durante os cinco anos de graduação vivi a busca por encontrar um modo de fazer psicologia: falava-se na necessidade de escolha por uma linha (gestalt-terapia, terapia fenomenológico-existencial, abordagem cognitivo-comportamental, terapia junguiana e psicanálise). Não existiam outras? Posso afirmar que não eram contempladas pelo currículo. Debrucei-me sobre a psicanálise para entender os processos de constituição da personalidade, do EU, das neuroses familiares, do complexo de Édipo, do desenvolvimento infantil. Desenvolvi uma monografia de conclusão de curso intitulada "Sexualidade infantil: do indivíduo traumatizado à implicação do sujeito", quando falava das relações familiares na constituição do sujeito do inconsciente. Naquela época pretendia comprovar com minha escrita monográfica a responsabilidade familiar na constituição da personalidade dos filhos. Participei de simpósios, congressos. Buscava por mais (forma)ção. (Diário de campo, junho de 2011)

É interessante pensar junto com Lourau (1993, p. 71) como "a vivência mais íntima do pesquisador se encontra em contradição com seu texto institucional, ou com suas posições públicas", o que causa grande incômodo. Então, por que publicizar aquilo que poderia contradizer a própria pesquisa? Seria esta a aposta dos moldes científicos de que seria "preciso salvar a imagem não contraditória do pesquisador e, conseqüentemente, da pesquisa"(p.73). A

publicação deste processo radicaliza a ideia de que tais informações deveriam ser camufladas, desmascarando o conceito de neutralidade e reconhecendo também em nós a atualização de forças hegemônicas.

Já em meu primeiro trabalho como psicóloga no serviço público, a tentativa de aplicar a teoria na prática. Onde estava o meu suporte técnico-científico para lidar com as questões que advinham do campo? Logo percebi que o conhecimento necessário não seria extraído de uma teoria, de um modo de ser psicólogo. Era preciso, então, criar novas formas, novas regras de funcionamento ainda não existentes. Em lugar da busca por uma significação unívoca que pudesse explicar o conteúdo do que se apresentava na clínica, um deslocamento, no plano de imanência⁷, para a criação de múltiplos e inusitados sentidos. Fez-se necessária a desconstrução de territórios antes habitados por saberes aprisionantes. Naquela época aprendi que era preciso expandir meu campo de análise. ‘A que serve tal teoria aqui, na minha experiência com a clínica? A que serve tal teoria em minha experiência de vida?’ Eram questões que me perturbavam ao final de um atendimento ou de um dia de trabalho. O exercício da profissão tornou-se condição de desconstrução do que havia aprendido durante cinco anos.

Minha encomenda de pesquisa foi construída a partir de várias bifurcações. A ponto de não reconhecer um motivo a que me levara a pesquisar o tema da família. Mas, principalmente, a ponto de reconhecer as múltiplas forças que atravessaram a escolha pelo tema. Uma escolha marcada por vetores intensos, ressonantes, potentes. (Diário de campo, 30 de junho de 2011).

Sabemos que nos moldes acadêmicos insiste a indicação de que os processos da pesquisa sejam silenciados, devendo o pesquisador fornecer luminosidade apenas à racionalidade científica, herança de uma certa tradição de pensamento que exige uma escrita racional, ordenada, focada nos resultados e que façam uso de metodologias passíveis de refutação, garantia de uma certa ‘evolução científica’ que afirma que uma pesquisa deva ser contestada por pesquisadores futuros, estes em busca de novos conhecimentos. (Gil, 2002). Nossa metodologia aposta junto com Lourau (1993, p.71) nessa “escrita quase obscena, violadora da ‘neutralidade’”, que o autor chama de ‘fora do texto’, aquilo que está fora da cena oficial da pesquisa.

⁷ Este conceito será desenvolvido no segundo capítulo.

Lembro-me também de estar presente em uma reunião de pais da escola onde estudam meus filhos. Uma psicóloga que teria sido convidada pelo colégio onde estudam fez uma palestra intitulada “A relação família e escola”. A palestra fora oferecida a todos os pais de alunos do primeiro segmento do Ensino Fundamental. No início foi pedido aos pais que fechassem os olhos para olharem para dentro de si. Em seguida o pedido de análise de consciência sobre as ações como pais, o quanto às vezes contribuíamos para o desenvolvimento da competitividade e o quanto isso era ruim para os pequenos infantes que, tornando-se egoístas em casa, tornavam-se também egoístas na escola, fato que produziria tantos desentendimentos, brigas e discussões entre as crianças. Um exemplo foi oferecido aos pais – “Vocês nunca falaram para seus filhos correrem na frente para pegarem a sacolinha surpresa antes de todo mundo durante as festas?” - A tentativa era de sensibilizar os pais para atentarem para a responsabilidade que possuem na produção de um filho desviante. Neste dia não pude me calar. Questionei se a competitividade seria um problema particular e individual presente em cada família. Se a escolha metodológica do colégio, bem como as estratégias de avaliação dos pequenos – refiro-me a utilização de reforço positivo que alguns professores utilizam quando na correção de cadernos e provas quando fazem uso de adesivos em formato de estrelas, que são distribuídas de acordo com o maior o número de acertos nos cadernos, se maior o número acertos, maior o número de adesivos de estrelas nos cadernos – por exemplo, estariam fora do leque de possibilidades que atravessam a questão da competitividade no contemporâneo, que a escola enquanto instituição seria o carro chefe⁸ na produção de pessoas competitivas. Não bastaria apenas uma leitura rasa da vida cotidiana das famílias. Era necessário que a escola se implicasse nessa questão. Tentei ali desvencilhar os pais da proposta de culpabilização a que nos encaminhavam. Senti como se estivesse do outro lado da peça teatral, não era a psicóloga autorizada a falar e meu discurso precisava ser silenciado o mais breve

⁸Convocar a educação a pensar o lugar de destaque na produção de sujeitos competitivos. Estaria culpabilizando a educação de forma unilateral pela produção social da competitividade? Não era o que intencionava, visto que a escola seria uma nessa engrenagem, mas não sua totalidade. Na experiência deste encontro o intuito era apenas de deslocar o discurso naturalizado de culpabilização das famílias pelos infortúnios que experimentavam na criação de seus filhos. Ainda que para este deslocamento fosse necessária a utilização de terminologias pouco flexíveis, duras, também presentes em mim. (Diário de campo, junho de 2011).

possível, já que não eu não era a atriz principal. Quando me calei foi possível perceber o incômodo que causei, os holofotes sobre mim. Pude pensar o quanto não queria que o meu trabalho como psicóloga - na escola aonde viesse a realizar o trabalho de campo - utilizasse como estratégia a culpabilização. Mas também me fez pensar no quanto a estratégia de culpabilização das famílias se encontra fortemente arraigado nos discursos, como parte de uma certa produção subjetiva de pais, mães e famílias desestruturadas. (Diário de Campo, 15/06/2010).

E por que tornar público os acontecimentos de uma vida particular/profissional? Por reconhecer nesta história o quanto é desprovida de um único dono. Histórias de classificações, esquadramento, mas também de rupturas. Por uma política da narratividade.

Podemos pensar a política da narratividade como uma posição que tomamos quando, em relação ao mundo e a si mesmo, definimos uma forma de expressão do que se passa, do que acontece. Sendo assim, o conhecimento que exprimimos acerca de nós mesmos e do mundo não é apenas um problema teórico, mas um problema político⁹. (PASSOS & BARROS, 2009 *b*, p. 151).

O problema político da presente pesquisa inclui a narratividade do fora texto, fatores externos ao campo de pesquisa, mas não ao de análise. Politicamente buscamos reconhecer as inúmeras vozes que produziram esta dissertação para revelar que na própria elaboração do projeto de pesquisa¹⁰ para o mestrado em psicologia na Universidade Federal Fluminense “(...) podemos encontrar, facilmente, múltiplas implicações libidinais ligadas a tais expectativas e que estas são essenciais na formulação e condução da pesquisa”. (Lourau, 1993, p.69). O processo de produção desta dissertação foi marcado por múltiplos vetores. Alguns internos, outros externos ao campo. Narramos pequenas estórias, para alguns pesquisadores, estórias do fora texto, por este motivo, dispensáveis, para nós, condição da pesquisa.

⁹ O conceito de política no sentido que utilizamos não está restrito ao domínio das práticas relativas ao Estado, mas pressupõe a expressão de forças coletivas que permeiam a vida produzindo modos de ser e estar no mundo. “(...) a política é uma forma de atividade humana que, ligada ao poder, coloca em relação sujeitos, articula-os segundo regras ou normas não necessariamente jurídicas e legais”. (Passos e Barros, 2009 *b*, p. 151).

¹⁰ O referido projeto foi intitulado “A rede de atenção à Saúde Mental e o processo de (des) construção do discurso contemporâneo de ‘família desestruturada”.

O trabalho de pesquisa deve ser sempre acompanhado pelo registro não só daquilo que é pesquisado quanto do processo mesmo de pesquisar. E pra quê registrar o processo? O que fazer com este registro? A quem endereçá-lo? O registro do processo da pesquisa interessa porque inclui tanto os pesquisadores quanto os pesquisados. Nesse sentido, tal registro se complementa no ato da restituição. O texto a ser restituído aos diferentes intervenientes permite a ampliação e publicização da análise das implicações que se cruzam no trabalho da pesquisa. Acompanhamos, nesse processo, a coemergência do objeto e do sujeito da pesquisa que se apresentam em sua provisoriidade. (PASSOS & BARROS, 2009, p. 172).

A política da narratividade tal como fazemos uso nesta pesquisa aponta também para a produção de conhecimento extraído do campo, nos espaços geográficos delimitados entre a saúde e a educação. Mas também acompanhamos o processo desta pesquisa, as intervenções do campo em mim fazem parte deste processo de análise. Iniciei em um PSF, caminhei até a educação. Neste percurso, fui sendo transformada, e optei por deixar permanecer na escrita a expansão de novos territórios de existência em minha vida. À análise do campo se junta às análises daquilo que fora sendo produzido neste devir-pesquisadora, o que escapa dos moldes acadêmicos científicos, deslocando a ideia de eixo que toda pesquisa deveria ter.

Junto com Savoye (2007) podemos afirmar que nesta pesquisa “histórias interna e externa estão em interferência, e é para restabelecê-las e desenredá-las que uma AI¹¹ sócio-histórica deve ser promovida”. (p. 190).

Vetores Discursivos

Pensar a saúde e a educação como componentes ativos na fabricação de um modelo de família, onde estabelecimentos escolares e de saúde capilarizam estratégias de saber-poder sobre as mesmas, especialmente as pobres. Especialistas que disseminam um discurso de afirmação da necessidade de dar suporte ou de socorrer a família, reestabelecer sua estrutura, orientá-las, dirigi-las. As famílias, por sua vez, caminham em busca dos profissionais socialmente reconhecidos como detentores deste saber, um saber mantido sob tutela, fato que garantiria a manutenção das especialidades.

¹¹ AI é a sigla utilizada para se referir à Análise Institucional.

Ser reconhecida como uma especialista *psi* capacitada à orientação das famílias. Psicóloga atuante em políticas públicas de saúde, portanto, formada para o cuidado com as famílias que destas políticas fazem uso, consideradas como em necessidade de suporte, ou como preferimos chamar, tutela. Ao receber o título de psicóloga do CAPS¹², adquiri também a prerrogativa de extensão do poder estatal. Deveria orientar as famílias (pobres) sobre vários âmbitos de suas vidas, pois era considerada capaz, *expert* no assunto. Sendo assim, saberia então, o que deveria ser melhor para cada sujeito materno, paterno ou fraterno que buscasse ajuda.

Insistimos no uso da palavra *famílias* no plural, visto que as apostas de intervenção sobre as mesmas se deram de forma diferenciada, o que dependia do estrato social a que pertenciam (Donzelot, 1980). A capilarização de um saber-poder sobre as famílias por meio de políticas públicas nas arenas da saúde e educação – capilarização de práticas de controle do comportamento, presente nos discursos que experimentamos no campo - nos fizeram pensar que autores como Donzelot (1980), Costa (1979) e Rago (1985), com livros clássicos sobre o tema da família, mulher ou maternidade, publicados no final da década de 1970 e início da década de 1980, seriam extremamente atuais.

Na atualidade encontramos formas diferenciadas de governo sobre a família que, a partir do século XVIII até os dias atuais, permanece no centro dessa gestão. A disseminação do discurso pedagógico, com fórmulas sobre “como educar os filhos” estão presentes em equipamentos diversos, dos mais antigos, como livros e artigos científicos, até os mais tecnológicos, como programas de TV, sites, DVD’s instrutivos e literatura de auto-ajuda.

Encontram-se em evidência, discursos e práticas sobre a família, seja a partir de um enfoque médico-higienista, com pesquisas e práticas acerca dos transtornos de hiperatividade, déficit de atenção e distúrbios do comportamento em geral, seja a partir de um discurso pedagógico, de normalização da infância e principalmente de *práticas psi* que identificam os meandros de uma psiquê, prevendo comportamento e classificando-os, muitas vezes, como consequência do ‘meio familiar’.

O atual governo sobre a família possibilita ainda, uma gama de formações, tanto nos níveis de graduação como de pós-graduação, que formam os especialistas em busca de verdades e soluções especializadas para os ‘problemas familiares’, como também a capacitação dos trabalhadores da saúde e educação, graduados ou não: na área da saúde encontramos cursos de

¹² Centro de Atenção Psicossocial.

capacitação para os cargos de agentes comunitários, técnicos de enfermagem, enfermeiros e médicos que atuam nos PSF's (Programa de Saúde da Família). Na educação, professores, disciplinários¹³, pedagogos, etc, onde todos devem ser, senão “especialistas” ao menos “capacitados” como agentes de normalização da infância. No caminho desse processo dinâmico, cresce o número de famílias que buscam “receitas” para que seus filhos aprendam, para que se comportem de forma “normal” ou simplesmente, para que os pais se tornem exemplares educadores.

Para pensar a medicina como discurso de verdade a partir do final do século XVIII, Foucault (1999a) nos faz pensar sobre a intervenção médica a partir da higiene pública. Neste sentido, a medicina avançou no domínio de saber acerca da natalidade, mortalidade, sexualidade e reprodução, contando com o apoio da instituição pedagógica, através de escrita de livros, com prescrições médicas que possibilitaram a normalização do saber e a centralização da informação.

No contemporâneo percebemos várias formas de discursar a verdade sobre a família direcionando seus caminhos. Podemos lembrar alguns aparatos sociais, como por exemplo, a literatura de auto-ajuda, em que alguns livros ensinam a melhor maneira de se alimentar, educar os filhos, escolher o parceiro (a) ideal, e até mesmo como desempenhar no papel feminino a possibilidade de ser mulher, mãe e trabalhadora, sem esquecer que ela *deve* sentir prazer sexual a cada vez que mantém a relação, indicando-se o mínimo por semana, que a manterá satisfeita e feliz!!! Equilíbrio e felicidade, receita imbatível para aqueles que buscam estruturar-se.

Neste momento, não só o discurso médico entra em cena para orientação e “bem-estar” das pessoas, mas todo um aparato maquínico de produção de subjetividades: os livros, as novelas, os programas de auditório, de entrevistas, reportagens, os *reality shows*, os jornais impressos, os *sites*, as revistas. Toda uma micro-normatividade da vida cotidiana.

As intervenções biopolíticas no contexto brasileiro adquiriram novas roupagens e também novos meios de disseminação. Projetos de lei, políticas públicas, humanização, direitos da mulher, direitos da criança e mais recentemente o Projeto de Lei 7672/2010 que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para estabelecer o direito de que estes sejam educados sem o uso de castigos corporais ou tratamento cruel e degradante, popularmente

¹³ O termo aqui é utilizado para designar a atividade profissional do inspetor disciplinário ou inspetor de alunos. Na escola e na região onde realizamos a pesquisa este profissional é conhecido apenas pelo nome de disciplinário.

conhecida como “lei da palmada”: estes são alguns dos nomes que justificam várias entradas macropolíticas no *seio* familiar.

À lembrança da arte de governar, Foucault (2008) em *Segurança, Território e População*, já havia destacado que a família fora o elemento central na construção de uma economia que desse conta de gerir os indivíduos, seus bens e riquezas. O autor coloca que, em meados do século XVI, na Europa, houve a emergência de uma vasta literatura sobre as formas de governo e um pouco mais tarde, a partir do século XVIII, o “boom” da literatura médica voltada para a educação, com a indicação de como esta deveria ser administrada pela família. Para o autor, a forma de gestão do Estado emergiu através de uma técnica polícial, onde a polícia seria o cálculo e a técnica que possibilitaria uma relação móvel, mas, principalmente, estável e controlável que possibilitasse o bom uso das forças do Estado:

(...) temos um conjunto de controles, de decisões, de injunções que tem por objeto os próprios homens, não na medida em que têm um estatuto, não na medida em que são alguma coisa na ordem, na hierarquia e na estrutura social, mas na medida em que fazem alguma coisa, na medida em que são capazes de fazê-lo e na medida em que se comprometam a fazê-lo ao longo da vida. (FOUCAULT, 2008, p. 432)

Indicações não somente sobre *o que* ou *o como* se deve proceder na vida privada, no trabalho ou na família, mas principalmente, indicações que controlam a atividade dos homens em vários âmbitos da vida para que tal atividade constitua um elemento então considerado imprescindível ao desenvolvimento das forças do Estado.

Formas de governo, tutela estatal: capilarização do poder, na saúde, na educação, em nossas práticas cotidianas, onde atualizamos as forças do Estado. De que forma trabalhamos para possibilitar *o bom uso das forças do Estado*? Bom? Pra quem? De que forma poderíamos trabalhar produzindo outros possíveis, não direcionando o caminho para as famílias, mas abrindo um leque de possibilidades para novos caminhos, num fugir dos trilhos e das amarras sociais?

Nesta pesquisa, utilizamos parte da historiografia médica e das práticas psi e pedagógicas com o objetivo de entender os processos históricos que possibilitaram a constituição de uma família considerada desviante, para que esta, na condição de assujeitamento, pudesse se tornar objeto de controle e aprisionamento da vida. Historiografia que desconstruiu em mim conceitos e estereótipos familiares e que nos serviram no campo, como forma de intervenção.

Desenrolar uma linha histórica do movimento de controle sobre a família no Brasil nos possibilitou o acesso à atualidade destes discursos, especialmente sobre como se chegou à figura da “família desestruturada” ou “disfuncional” e quais as forças que a produziram. Este desenrolar histórico, no entanto, não pretendeu esgotar o tema, assumindo o lugar de verdade absoluta, mas apenas ser um possível, ao analisar o contexto sócio-histórico-político de produção de subjetividades nos (des) caminhos das famílias contemporâneas. A ideia não é de ir à história para encontrar a origem ou a essência de uma família que necessita ser resgatada, mas sim trazer à tona esse sistema complexo de elementos múltiplos e distintos, que envolvem discursos e práticas acerca das famílias contemporâneas, fazendo aparecer, em lugar da forma, as descontinuidades que nos atravessam.

Para isto tornou-se necessário pensar a família como instituição¹⁴ e não como um dado natural, o que significa analisá-la em sua historicidade, considerando que, no momento em que surgiram certos cuidados direcionados a esta, engendraram-se também os sentidos que lhes atribuímos hoje (família nuclear, monoparental, pluriparental, ou simplesmente ‘desestruturada’), bem como se engendraram a preocupação e o controle dos seus caminhos.

Tomar a noção de “família desestruturada” como um acontecimento tanto coletivo quanto privado, assegurando-lhe a desnaturalização, para desmontar os processos que possibilitaram sua emergência. Desnaturalizar o estigma de “família desestruturada”, profundamente difundido em nosso meio tomado como biopsicossocial¹⁵, vai além de descrever as mudanças ou as novas formações familiares contemporâneas, observando que as famílias se modificam de acordo com o tempo. Significa reconhecer o estabelecimento de regras e verdades construídas no e pelo campo social, que possibilitaram às famílias reconhecerem-se enquanto “desestruturadas” e aos “especialistas” a autorização para diagnosticá-las, encaminhá-las ou tratá-las.

¹⁴ O conceito de instituição será retomado adiante.

¹⁵ O modelo biopsicossocial afirma que o comportamento e os processos mentais humanos são gerados e influenciados por três fatores, que seriam: biológico, psicológico e sociocultural. Este construto teórico é a base de um trabalho multidisciplinar, que entende haver uma necessidade de se trabalhar em equipes de profissionais com múltiplas formações acadêmicas, acreditando em um certo somatório de conhecimento que levaria a uma pretensa prática de ‘cuidado’, operacionalizada por saberes que se complementariam.

Nesta pesquisa utilizamos as ferramentas da análise institucional proposta por Lourau (1993; 2004), que define a instituição como um “cruzamento de instâncias” (2004, p. 76) – econômicas, políticas, ideológicas – que atravessam variadas organizações, grupos ou relações. Uma instância que atravessa outras instâncias e “é atravessada por todos os ‘níveis’ de uma formação social” (p. 76).

A proposta de pesquisa-intervenção, que inicialmente pensamos em colocar em prática com uma equipe do Programa de Saúde da Família (PSF), modificou-se no decorrer do processo, levando-nos a uma pesquisa com a equipe de uma escola da rede municipal de Barra Mansa, no interior do estado do Rio de Janeiro. A proposta de pensar a questão da família junto aos campos de intervenção surgiu a partir de alguns diálogos e conversações se colocaram no decorrer do percurso.

Desta forma “saúde e educação” são instituições em debate nesta pesquisa, não para descrevermos uma linha histórica das formas de progresso que as mesmas possibilitaram às famílias ao longo dos tempos: mais saúde, mais educação! Então, porque incluí-las numa análise sobre a família no contemporâneo? Nossa aposta seria de que tais instituições estariam no encontro das famílias, no sentido de que se atravessam. Assim, colocá-las em análise nos permitiria pensar os vetores que produziram o discurso contemporâneo (naturalizado) de “família desestruturada”. O desenrolar desta pesquisa aponta para uma aposta inicial de pesquisa intervenção junto ao PSF. No entanto, os caminhos do processo nos permitiram pensá-la a partir de outros vetores.

Sabemos que toda pesquisa é uma intervenção, nesta, reconhecemos o caráter interventivo que se coloca por todo o processo de pesquisar. Aqui, propomos uma análise acerca do campo em torno desta intervenção, onde me permiti estar nos caminhos a que me conduziram, sem hipótese inicial ou afirmações *a priori*. A cada escolha, um encaminhamento diferenciado.

Trabalhava como psicóloga em um Centro de Atenção Psicossocial, onde algumas questões surgiram, motivo pelo qual fui levada à construção de um projeto de pesquisa. Escolhi, então, o mestrado, fazendo uso do meu campo de trabalho. Como bolsista, colocou-se o impasse - trabalhador ou pesquisador – não caberia ao meu corpo ocupar dois lugares no espaço. Que lugar? Talvez aquele da racionalidade científica, que seja na física ou na matemática, define não somente a impenetrabilidade das matérias, mas

do espaço que deveria o pesquisador ocupar. Não poderás como pesquisador estar no lugar de trabalhador, deverás adentrar o campo de forma neutra, não com o olhar da experiência, mas da razão. Mestrando? Doutorando? Pesquisador por excelência. Faz-se necessária a dedicação exclusiva para que houvesse tempo e espaço para as análises. O trabalho? Deixaríamos para aqueles que não pensam, já que uma divisão faz-se indispensável: teoria e prática. Deixei o campo de trabalho. (Diário de campo, maio de 2009).

Acreditaria nesta divisão entre homem da razão, cientista, pesquisador que intervém e modifica seu objeto de pesquisa e que se encontraria separado do trabalhador, homem da servidão, submerso em um mundo de alienação? Não. Por saber que a condição de emergência desta pesquisa estaria pautada numa relação direta com a experiência de criação de conceitos no campo, com o que advém dele.

A delegação dos lugares que deveria ocupar fez parte deste repertório. Quase como uma peteca, me permiti saltar de um espaço a outro, acompanhando o processo a que me conduziu o pesquisar. Ora na saúde ora na educação. Sempre em busca de desnaturalizações que possibilitassem repensar o lugar que ocupo junto a cada um dos estabelecimentos em que estive presente, bem como o lugar que ocupo diante do tema das famílias pobres e desestruturadas, que em variados momentos da pesquisa procurei retomar. Escolhi um PSF para atuar junto à equipe, este me encaminhou a uma escola, onde se encontravam os problemas familiares, delegando a responsabilidade pelos encaminhamentos que desta advinham. Escolhi a educação, me encaminharam a uma outra escola, considerada em condições de maior necessidade da presença de um psicólogo. Caminhei, a princípio buscava por um campo de pesquisa. Nesta busca, as maiores intervenções aconteceram em mim: sujeito e objeto desta pesquisa

Alguns encontros com profissionais da educação, da saúde. Outros com os autores utilizados: Foucault, Deleuze, Guattari, Lourau... Eventualmente, encontros com a história. Permanentemente um campo de luta com as formas hegemônicas de tutela estatal. Em nós e fora de nós. Escolhi então, tomar este percurso naquilo que o mesmo me fora indicando, colocando em análise as histórias que se entrecruzavam, questões indicativas do contemporâneo. A aposta de uma pesquisa intervenção, no entanto, veio se desenhando e ganhando espaço ao longo da pesquisa.

No primeiro capítulo, intitulado “*Campo de pesquisa: uma escolha ético-estético-política? Ou como tudo começou...*” procurei fazer uma análise da minha entrada no campo, junto ao que foi sendo produzido a partir dos encontros que vivenciei com as pessoas envolvidas. Neste capítulo conto um pouco da história sobre como o tema da família atravessou meu caminho a partir do campo de trabalho, na época em que trabalhava em um CAPS. A entrada para o mestrado em psicologia na Universidade Federal Fluminense e a saída do CAPS foram condições determinantes para a escolha de um novo campo de intervenção. A partir desta escolha – portanto, com um novo campo de pesquisa – discorro sobre a entrada no campo da saúde, quando estive presente em um Programa de Saúde da Família (PSF¹⁶) e o que foi sendo produzido. O deslocamento para uma pesquisa intervenção junto a uma escola municipal do município de Barra Mansa, encontra-se em análise inicial neste primeiro capítulo, mas também está presente em toda dissertação. Análises que se estendem ao questionamento permanente do lugar de pesquisadora que ocupo.

Para estas análises o diário de campo foi ferramenta importante em todo o processo. Ele indicou a análise de minhas implicações no campo, e com isso, permitiu revelar o processo que a constituiu, colocando as questões que, nas pesquisas de caráter positivista, seriam expurgadas da redação final, onde as coisas que “não deveríamos dizer” foram colocadas em análise. Lourau, a partir de um exemplo do diário de campo de um psicanalista húngaro, nos fala sobre a importância do diário enquanto ferramenta política para as pesquisas:

A instituição psicanalítica, como todas as demais, funciona à base de segredos e não ditos. Em seu diário, Ferenczi diz coisas que não se deve dizer. Não são denúncias ou críticas a colegas, isso, positivamente, não parecia ser de seu feitio. Ele enuncia a sua própria produção, relata os sentimentos e dúvidas provocados pela arriscada experiência da análise mútua e procura levar, ao limite, a análise da contratransferência. Desta forma, porém, atinge um dos principais dispositivos psicanalíticos e desvela ao leitor, não só a artificialidade do enquadre mas, o jogo de forças, político, que este acoberta. Atingir o dispositivo é “macular o sagrado”. E não somente na Psicanálise, em absoluto. O dispositivo é o que permite funcionar a prática. Podemos chegar à teoria, mas não ao dispositivo, pois nele se exprimem, veladamente, as relações de poder existentes no ato de pesquisar. (LOURAU, 1993, p. 73/4, *grifos do autor*).

¹⁶ A unidade em que estive presente está localizada no município de Barra Mansa, estado do Rio de Janeiro.

O diário de campo para esta pesquisa serviu como peça fundamental e esta presente em todos os capítulos, assim como nesta introdução e nas considerações finais. Fez parte dos encontros que experimentei no campo, mas também fora dele. Expõe minha prática não neutra e revela o lugar de onde falo.

No segundo capítulo, “*Capilarização 1: Saúde: as práticas higiênicas nos (des) caminhos das famílias*” procuro fazer uma articulação entre as histórias vividas no campo e fragmentos de histórias encontradas na literatura, especialmente aquela que se voltava para a orientação das famílias para trazer à baila algumas linhas de força que possibilitaram a constituição de um modelo hegemônico de mulher, mãe e família. Desta forma, nosso objetivo se estende a visualizar, na história, uma das engrenagens que tornaram possíveis a emergência de determinados saberes e conseqüentemente, algumas práticas contemporâneas. Com esta análise, pretendemos produzir estranhamentos quanto às atuações dos especialistas (médicos, psi e pedagógicos) como saberes predominantes sobre as famílias.

Ao utilizar alguns livros de literatura como analisador histórico, objetivamos relacionar a emergência dos saberes especialistas na vida intrafamiliar, o reconhecimento pelas famílias da necessidade de orientação especializada, bem como as estratégias de imposição dos saberes ditos científicos, que legitimados no e pelo campo social, produziram verdades: sobre os filhos, sua educação, sua saúde. Sobre as mulheres, o número de filhos que deveriam ter, quando e como. Sobre o que é melhor para a família. Relacionamos estas histórias, especialmente sobre a emergência da medicina doméstica com as histórias vividas neste processo de pesquisa. Histórias entrelaçadas, de acontecimentos no campo. Histórias entrecruzadas de estratégias longínquas de gestão da vida intrafamiliar. História que nos serviu à desnaturalização do presente, junto às pessoas envolvidas neste processo.

Com Foucault, partimos da história, não aquela em busca de uma linearidade que aponta para o progresso da humanidade, mas a história que “corta” (Foucault, 1979, p.28), que vem rachar as certezas de um mundo naturalizado, onde prevalece a noção de essência do sujeito ou da família. Nosso objetivo se estendeu ao rastreamento dos discursos sobre a família através das instituições – Saúde e Educação – que a atravessam, a segregam e a produzem.

(...) É preciso despedaçar o que permitia o jogo consolante dos reconhecimentos. Saber, mesmo na ordem histórica, não significa “reencontrar” e sobretudo não significa “reencontrar-nos”. A história será

“efetiva” na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. Ela dividirá nossos sentimentos; dramatizará nossos instintos; multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo. Ela não deixará nada abaixo de si que teria a tranquilidade asseguradora da vida ou da natureza; ela não se deixará levar por nenhuma obstinação muda em direção a um fim milenar. Ela aprofundará aquilo sobre o que se gosta de fazê-la repousar e se obstinará contra sua pretensa continuidade. É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar. (FOUCAULT, 1979, p.27-28)

Neste segundo capítulo então, convoquei a história para pensar o presente, especialmente aquele vivenciado no campo com os profissionais da saúde, no PSF e com os profissionais da educação, na escola.

Em momentos diferentes durante o percurso do mestrado pude ouvir de alguns que fizeram a leitura do meu texto que a escrita acerca do PSF e dos livros antigos estavam desviando o eixo da pesquisa, fazendo-a perder o foco de análise. Saúde, educação, literatura antiga. Qual era o eixo da pesquisa? Não pretendia abrir mão desta escrita, no segundo capítulo, por acreditar que o entorno da pesquisa era o que justificava seus deslizes, perda de foco ou desafinar. O processo foi meu objeto e sujeito da pesquisa, provocou deslocamentos, possibilitou rupturas, desnaturalizações em nós. Isso implicava em manter no conteúdo da dissertação minha passagem pelo PSF, a leitura histórica do que encontrei no caminho percorrido e as intervenções que suscitaram. Arrisco-me ao dizer que o eixo desta pesquisa foi constituído pelo processo, o que inclui seus deslocamentos. Um eixo que escorre e escapa aos moldes técnico-científicos, transversalizado pela própria condição que a pesquisa de campo oferece, a saber, o de iniciar em um ponto e concluir em outro. (Diário de campo, julho de 2011).

Um dos encontros que experienciei na área da saúde, foi considerado como sendo um analisador deste processo. A cena da ordenha pública, de que falo mais detalhadamente no segundo capítulo, reuniu profissionais com o intuito de orientar mães sobre o projeto político-estatal de amamentação exclusiva até o sexto mês dos bebês. Mães que se diziam cansadas, culpadas ou com preocupações estéticas em relação ao próprio corpo, intencionavam falar sobre

as suas dificuldades com a amamentação, mas eram silenciadas pelo discurso médico-higienista de afirmação sobre o melhor para as mães e seus filhos. Amamentação, condição inerente aos animais mamíferos, o que incluiria o humano. Incluiria as fêmeas, mas também a mulher?

Disfarçados de cuidadores da família, pude perceber como os especialistas ditam regras, direcionam vidas, prescrevem um modo de ser mãe. Silenciam vozes que clamavam por outras apostas, menos aprisionantes. Posicionamentos tomados não apenas pelos profissionais atuantes nos PSF, mas por nós, em nosso cotidiano de trabalho, lugar de mergulho em correntezas de múltiplas forças: forças hegemônicas em nós e fora de nós, onde as práticas morais nos fazem imergir na busca pelo cumprimento dos códigos. Direcionar vidas, uma certa promessa estatal: será que ao disponibilizar especialistas na rede de saúde pública o Estado de alguma maneira não prometeria/afirmaria/garantiria a orientação das sujeitos que dela ‘necessitam’? Muitos dos usuários que chegavam ao ‘setting público estatal’¹⁷, questionavam ao terminar um atendimento: ‘você não vai me dizer nada?’, mesmo após muitos diálogos. Era como se aguardassem uma receita de orientação para suas vidas. E inúmeras vezes nos afogávamos em respostas, convocando um suposto saber que teríamos adquirido junto com o diploma universitário e o carimbo de especialista. O que seria, então, a cena da ordenha pública para esta pesquisa? Algo que fez eclodir as análises de implicação, bem como a busca pelos condicionantes históricos que produziram não somente modelos a serem seguidos - de maternidade, infância, família - como especialistas a orientarem os passos para o seguimento dos modelos. Capilarizamos o poder estatal nos PSF’s, nas escolas, nos settings analíticos ou público-estatais.

¹⁷ Fazemos analogia ao termo psicanalítico designado por *setting* analítico, que se refere à composição do espaço para a configuração de um processo de análise, que é composto pelo analista – sujeito suposto saber – o analisante e o grande Outro (inconsciente). Chamamos de *setting* público-estatal o espaço onde acontecem as escutas psicológicas nos variados estabelecimentos de saúde pertencentes ao SUS (Sistema Único de Saúde). Em especial, falo do ambiente de acolhimento e escuta clínica em meu trabalho como psicóloga, espaço em que procuro deslocar a noção de *setting* psicanalítico enquanto um acontecimento particular e reduzido à triangulação analista x analisando x inconsciente, mas um lugar onde é possível que estejamos a favor ou não da contração do espaço público, em que devemos levar em conta a instituição da psicologia enquanto produtora de demandas psicológicas direcionadas ao *setting* terapêutico, podendo este se tornar um espaço público, de desnaturalização das suas condições de emergência ou um espaço estatal, de capilarização das estratégias de saber-poder em nós. (Diário de Campo, julho de 2011).

Questões como estas fazem falar outras vozes, que muitas vezes são silenciadas em apostas científicas que se pretendem neutras ao campo de análise. Questões que produzem crises no processo de pesquisar, tornando-se condição da pesquisa, porque analisadoras. (Diário de campo, julho de 2011).

A cena da ordenha pública como um analisador histórico, ou seja, “aqueles acontecimentos que podem agitar a Assembléia Geral socioanalítica permitindo fazer surgir, com mais força, uma análise; que fazem aparecer, de um só golpe, a instituição “invisível” (...)” (LOURAU, 1993, p. 35, grifos do autor). A noção de analisador nos remete ao não dito, ao processo revelador daquilo que permanecia [silenciado¹⁸] nos permite dar um novo sentido a fatos já conhecidos, naturalizados em nós. “É o analisador que realiza a análise” (Lourau, 2004, p.69).

A ordenha pública como um analisador histórico suscitou a vontade de ver que a história dos modos de ser mãe era algo mais antigo do que a própria cena. A ordenha pública não começara e acabara ali naquele encontro com o PSF. Antes desta vivência no campo houve todo um processo de construção de moldes maternais e sobre como estes deveriam ser experimentados no interior das famílias.

Também no segundo capítulo retomo o tema da ordenha pública como um analisador desta pesquisa, mas desta vez, a partir de um encontro de restituição que aconteceu junto aos profissionais do PSF. O intuito era de produzir um corte naquilo que era tido como natural ou inerente à condição humana, o que tentamos realizar junto aos profissionais da saúde, mas também junto à minha prática como pesquisadora que, ao apostar no viés ético-político, criou condições de emergência de um espaço coletivo de discussão, não permitindo que os temas pensados a partir do campo ficassem restritos à minha análise, mas pudessem ser analisados com as pessoas envolvidas neste processo em que teoria e prática não se separam:

Na pesquisa intervenção, conforme a entendemos, teoria e prática são práticas. Práticas que abandonam sua vontade de verdade e mergulham nas linhas que cartografam os movimentos dos fluxos. Seguem-nas em seus

¹⁸ Na citação original em lugar da palavra ‘silenciado’ encontra-se a palavra ‘oculto’. Optei pela mudança da nomenclatura em função da aposta política que fazemos ao negar o que poderia ser entendido pelo significado um tanto quanto obscuro da palavra original.

devires contagiantes que fazem ruir a separação sujeito-objeto. (BARROS, 2007, p. 233).

No terceiro capítulo intitulado “*Educação: as práticas higiênicas nos (des) caminhos das famílias*” falei sobre alguns encontros e desencontros que vivenciei junto aos profissionais da educação – experiência que trouxe à tona temas relacionados a uma certa culpabilização da família. Discursos presentes no campo social, que colocam a família no lugar de responsável unilateral pela formação da personalidade dos filhos. Para a desconstrução deste olhar sobre a família fiz uso de algumas ferramentas operacionais, tais como uma poesia de Fernando Pessoa, intitulada “Deste modo ou daquele modo¹⁹” em que o autor, em outras palavras, nos faz reconhecer que os nossos sentidos foram forjados no e pelo campo social, trazendo à baila a necessidade de reinventá-los. Outro dispositivo de desnaturalização de modelos hegemônicos de ser, pensar e agir foram alguns livros antigos, escritos de especialistas que orientavam as famílias na questão da educação dos filhos, os quais foram utilizados em um encontro de restituição da pesquisa junto aos profissionais da educação.

Na ocasião deste encontro de restituição, havia sido convidada para dar uma palestra na escola, de forma a orientar os profissionais sobre a melhor maneira de lidar com as crianças especiais. Dentre alguns temas cogitados, selecionei autismo e síndrome de asperger, e a partir destes, pude assumir o lugar de especialista, não para reforçar construtos teóricos de ordem médico-psicológica acerca dos transtornos psiquiátricos, mas partindo das características biológicas, nosológicas e genéticas para chegar ao campo social desnaturalizando conceitos e estigmas.

Nesta pesquisa utilizei um viés do pensamento genealógico como ferramenta, a partir de uma aposta que considera os saberes históricos não assujeitados e, por isso, livres, o que os torna capazes de luta e oposição contra o discurso unitário, formal e normalizante acerca da família. O que implica numa luta contra os efeitos de poder que são próprios de um discurso considerado científico, ponto de articulação onde a genealogia deve travar combate. (FOUCAULT, 1999 *b*).

Introduzimos aqui alguns pontos de articulação presentes neste trabalho de campo. Reconhecemos a dificuldade não somente em introduzir, mas principalmente em separar, dividir

¹⁹ A poesia citada encontra-se presente na obra intitulada “O guardador de rebanhos”, onde o autor Fernando Pessoa utiliza o heterônimo Alberto Caeiro. Utilizei parte desta poesia, que se encontra no terceiro capítulo.

em capítulos uma trajetória. As análises não se apresentam de forma linear, mas acompanham o decurso dos encontros que se foram colocando.

Capítulo I

Campo de pesquisa: uma escolha ético-estético-política? Ou como tudo começou...

As alterações na família ocidental contemporânea são constantemente evocadas a partir da referência às novas organizações familiares. Muitas vezes, o discurso acerca desta “nova família” revela posicionamentos pré-estabelecidos que definem a família contemporânea como “desestruturada”. No entanto, a análise de tais mudanças não pode deixar de relacionar aspectos sociais, políticos, tecnológicos, ideológicos e econômicos presentes em cada cultura, bem como problematizar a dimensão política da família, o que consiste, principalmente, em desnaturalizá-la entendendo-a não como uma essência ou algo que sempre tenha existido de um mesmo modo em todos os tempos, mas como produzida no campo social.

Trabalhei como psicóloga durante três anos em um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, situado na região do Médio Paraíba, interior do estado do RJ. A experiência de atuação com as crianças que vinham encaminhadas pelo Programa de Saúde da Família (PSF) foi o vetor chave que me despertou o interesse em estudar o tema das famílias.

Entre 2006 e 2009, parte do meu cotidiano de trabalho no CAPS – o que me causava maior incômodo – era o recebimento de encaminhamentos, por escrito, feitos por profissionais do PSF, geralmente após avaliação médica. Nestes encaminhamentos constavam dados pessoais, endereço, resumo do caso, a hipótese diagnóstica e o motivo para solicitação de atendimento por outro profissional. Era comum recebermos casos de crianças que apresentavam dificuldades escolares relacionadas à aprendizagem, onde tal dificuldade estaria se dando, segundo equipes dos PSF's, por problemas familiares, sendo que a hipótese diagnóstica para o desenvolvimento desses transtornos que afetam a aprendizagem estaria, então, ligada a questões diversas, tais

como: alcoolismo de um ou ambos os pais, separação conjugal, desemprego, falta de limites/exercício da autoridade parental. Toda essa gama de justificativas era o que caracterizava a família como ‘desestruturada’, tal como era vista pelas equipes técnicas dos PSF’s. A ‘família desestruturada’ seria o fio condutor que levaria as crianças ao desenvolvimento de problemas de aprendizagem, assim como ao “mau” comportamento na escola.

Estes dados nos fizeram questionar o contexto sócio-histórico no qual a medicina se faz presente, em especial a pediatria, como instituição de saber-poder sobre a infância, vista pela maioria das pessoas como ciência que conhece a infância como um todo, motivo pelo qual os médicos dessa especialidade deveriam opinar e resolver tudo o que diz respeito às crianças. A relação de causalidade que era feita através da equação “desestrutura familiar igual a filhos problemáticos”, me fez interrogar, principalmente, a naturalização de tais estereótipos.

Encaminhamento realizado, hipótese diagnóstica colocada, justificativa para tal hipótese apresentada. A criança e a família compareciam ao CAPS. Meu incômodo se instalava, ao perceber não ser possível ‘tratar’ a ‘família desestruturada’, que chegava com um discurso/diagnóstico pronto, esperando uma solução. Como escapar desse mundo das formas prontas e acabadas, para dar lugar a espaços de singularização? Perguntas feitas por algumas mães que compareciam às consultas indicavam o pedido de ajuda, mas também a sua condição de assujeitamento às práticas médicas, pedagógicas e psicológicas, neste processo que há muito se iniciou:

Preciso que me diga o que fazer, meu marido bebia muito, saiu de casa, não quero mais saber dele. Estou sozinha agora para cuidar de fulano, preciso ser mãe e pai. O médico disse que ele tem esse comportamento por causa da separação, quer chamar a atenção porque está sofrendo a falta do pai. Mas ele bebia, não era carinhoso, batia nas crianças e não ligava pra gente. Mas agora eu acho que vindo ao psicólogo ele irá melhorar esse comportamento na escola e em casa²⁰. (Diário de Campo, abril de 2008).

A cada questão que surgia, algumas próximas dessa, outras um pouco diferenciadas eu questionava essa demanda, pensando que o simples fato de aceitá-la, silenciando as várias vozes que falavam através deste discurso, seria esvaziar todo o processo social, histórico e político que

²⁰ Estes trechos foram retirados do meu Diário de Campo utilizado na época em que trabalhava neste CAPS.

tornaram possíveis tais discursos. O questionamento de tais práticas suscitou o desejo em empreender uma pesquisa sobre o tema.

Após três anos de trabalho nesta unidade de Saúde Mental e muitas dúvidas acerca dos impasses que surgiram neste campo junto ao Programa de Saúde da Família (PSF), eis que me surge a questão da escolha de um campo de pesquisa a ser desenhado. Não mais no município onde atuei²¹ como psicóloga, já que a oportunidade de ser bolsista me colocou como condição não ter vínculo empregatício. Um pequeno detalhe, que provocou mudanças no processo de pesquisar. Continuar o trabalho no mesmo município ou daria início a uma nova caminhada. Sabia que a mudança territorial-geográfica implicaria em um novo começo... Mas por onde (re)começar?

1. 1. Bolsa de estudos X Trabalho: quando os índices estatísticos se interpõem ao pesquisar

Abandonar o campo de trabalho era uma condição para o processo de recebimento das bolsas Capes. A necessidade de sair do índice de trabalhador assalariado para me deslocar ao índice de estudante bolsista seria o primeiro passo para vários deslocamentos a que me levaria o processo de pesquisar. Como bolsista não poderia mais estar ligada ao trabalho – aquele que me possibilitou o desenvolvimento de um projeto de pesquisa para o mestrado – e teria que abandonar o campo onde pretendia dar lugar à pesquisa-intervenção. Pensei na possibilidade de manter a proposta inicial de trabalho e permanecer no mesmo local, ainda que não vinculada a este como funcionária, proposta que foi pensada, repensada inúmeras vezes. Por questões adversas então, abandonei o campo inicial de pesquisa.

Sabia que tal mudança implicaria em um recomeço, e durante algum tempo fora necessário repensar o projeto de pesquisa que havia sido aprovado pela Universidade Federal Fluminense, que por sua vez, de alguma maneira, o tornara inviável. No desenrolar do caminho e na busca por um novo campo de pesquisa fui descobrindo a metodologia a ser utilizada. Meu corpo, nesta época já atravessado pela Análise Institucional, tal como proposta por René Lourau,

²¹O termo que opto por utilizar - atuar como psicóloga - traz questões que me fizeram pensar a possibilidade de utilizar máscaras nesta atuação, à lembrança do que ressaltou Rolnik (1989, p.28) máscaras como “matérias de expressão através das quais afetos atuais podem ser plenamente vividos(...)”. Pensar a atuação do psicólogo como um dispositivo que permita a passagem de afetos, não nos preocupando com a busca de uma essência verdadeira, mas dando lugar à produção de espaços de singularização.

pelo pensamento genealógico de Michel Foucault e pela filosofia da diferença de Deleuze e Guattari, se propunha à realização de uma pesquisa-intervenção. Nesse processo, pude perceber que o pesquisar definiu a pesquisa. Um método, um ponto de partida, alguns deslocamentos. Proponho ao leitor que não se atenha à utilização dos conceitos que estariam ligados a tais ou quais apostas metodológicas, mas que se permita caminhar junto comigo pelos percursos a que me levaram a presente pesquisa.

1. 2. Em busca de novos caminhos:

Nessa mudança de percurso, minhas escolhas levaram-me ao município onde resido, Barra Mansa, interior do estado do Rio de Janeiro. A proposta inicial era de pesquisa- intervenção junto a uma equipe de PSF, para trabalhar as questões que se referem à família no contemporâneo. Após contato com os gestores responsáveis pelo PSF e Secretaria de Saúde do município, fui orientada pela coordenadora dos PSF's a iniciar a pesquisa em uma unidade localizada no bairro Vista Alegre, quando foi agendado contato inicial com a equipe.

Iniciava-se ali o meu processo de inserção neste estabelecimento de saúde, onde posso dizer que fui bem recebida e acolhida por todos. Neste primeiro contato procurei conhecer as pessoas, dialogar e ouvir as histórias sobre o trabalho desenvolvido no PSF. Percebi a curiosidade de alguns sobre o tipo de pesquisa que iria realizar, quando uma das agentes comunitárias me questionou - o que você vai fazer com a gente hoje? Foi quando percebi a necessidade de sentar e conversar um pouco sobre a minha proposta, notando o desconforto que a palavra “pesquisador” se incumbia de carregar. Soube então, que a coordenadora dos PSF's havia informado que chegaria ali, no dia tal, uma pesquisadora da UFF, que realizaria uma pesquisa com a equipe. Problema de pesquisa colocado, perguntei-me - a que vim?

Senti que a equipe me via como uma pesquisadora, à maneira como se divulga pesquisas ditas científicas: especialista que vem contribuir com seu saber, que inclusive sabe mais do que eles, especialmente por se tratar afinal de uma pesquisadora da UFF!!! Foi necessário desconstruir esse olhar sobre pesquisador x pesquisado e sujeito x objeto de pesquisa, no qual me fiz valer do percurso de leitura de textos sobre pesquisa-intervenção, que nesta etapa, estava a todo vapor. Não para mostrar a aluna/pesquisadora aplicada que sou, mas para dar início à análise da implicação, pensando acerca das forças que a partir do campo de pesquisa se colocaram ou que forças produziram em mim o desejo por empreender tal pesquisa. Um destes

atravessamentos, sem dúvida, passa pela formação e por uma escolha metodológica. Tratar-se-ia, deste modo, de aplicar ao campo os conhecimentos adquiridos ao longo da minha formação? Já constava em meus pensamentos não ser este o lugar que desejaria ocupar.

Sobre a proposta de realizar uma pesquisa intervenção Aguiar e Rocha (2003) nos fornecem algumas pistas para a condução deste trabalho:

(...) a intervenção se articula à pesquisa para produzir uma outra relação entre instituição da formação/aplicação de conhecimentos, teoria/prática, sujeito/objeto, recusando-se a psicologizar conflitos. Conflitos e tensões são as possibilidades de mudança, pois evidenciam que algo não se ajusta, está fora da ordem, transborda os modelos. Diante disso, ou ocupamos o lugar de especialistas, indagando sobre as doenças do indivíduo, ou o de sócio-analistas, indagando sobre a ordem da formação que exclui os sujeitos. (AGUIAR & ROCHA, 2003).

Gallo (2003) já afirmara que numa pesquisa a realidade deveria ser criada a partir do *plano de imanência*²², recusando um ponto (mater) de partida para fazer uso da noção de possível enquanto invenção, abrindo espaço para a transformação. A própria definição da língua portuguesa, que define o prefixo *trans* como sendo *através de; além de* ou que caracteriza *mudança* (AZEREDO, 2008, p. 453) já nos põe a pensar qual o lugar da psicologia neste campo, em que esta disciplina, no encontro com outros saberes pode se colocar como *além de*. Não no sentido progressivo que possamos vislumbrar, imaginando um objeto a ser desvelado, o que poderá ser realizado pelo trabalho psi junto a outros saberes, fazendo destes um *somatório* que levaria ao *além de*, mas que no encontro com outros saberes se possa dar lugar ao prefixo *trans* visto de um outro ponto, a saber, a transdisciplinaridade²³ *como uma atitude crítica, “já que os limites entre as disciplinas é perturbado quando se coloca em questão as identidades do sujeito que conhece e do objeto a ser conhecido”*(PASSOS; BARROS, 2007, p.76).

Como criar espaços para que haja ressonância dos conceitos de transdisciplinaridade, não neutralidade e não diferenciação entre sujeito x objeto da pesquisa? Este foi um grande impasse inicial desta, especialmente por encontrar uma equipe de saúde responsável pela orientação das famílias, por meio de direcionamentos de seus caminhos, o que pode ser observado inclusive, nas

²² Retomarei este conceito adiante.

²³ Segundo Passos & Barros (2007) o conceito de transdisciplinaridade implica na problematização dos limites de cada disciplina, questionando pontos cristalizados e universalizantes das mesmas de forma a *nomadizar* (p. 77) suas fronteiras, tornando-as instáveis. Isso torna possível a desestabilização da dicotomia sujeito x objeto da pesquisa.

diretrizes nacionais de funcionamento do PSF. Quando me refiro ao trabalho de orientação macropolítica, estou falando do plano de segmentaridade dura, dos processos constituídos no plano do visível, que marcam territórios – políticas que já tomaram forma, que possuem um modelo, e que tendem a se cristalizar, como as políticas de gestão populacional implantadas pelo SUS através dos PSF's (amamentação, planejamento familiar, controle do diabetes, campanhas de controle do peso corporal, etc.) - que, por sua vez, encontram-se subordinados a um ponto *mater*, onde fixam os códigos ao seu território correspondente, de forma a produzir posições binárias (homem x mulher, indivíduo x sociedade, família estruturada x família desestruturada). Por outro lado, apostamos na possibilidade de dar lugar ao plano do desejo, molecular, plano do invisível, onde não há unidades ou essencialidades, mas intensidades. Uma micropolítica²⁴ como um campo de afecção, que animam e povoam as formas, e abrem espaço para a experimentação, as transições. Novas formas de se pensar, por exemplo, tais políticas públicas.

Percorrendo este caminho, onde se constituiu um novo devir pesquisadora, era preciso responder à questão: *o que você vai fazer com a gente hoje?* Ao que reverti a pergunta: o que nós vamos fazer, o que vocês pensam que estou a fazer, o que é pesquisa para a equipe? Fez-se necessário a colocação de pontos nodais - um nó que de fato estava a me sufocar naquele momento da pesquisa. Não estava ali para fazer registros comportamentais ou fiscalizar o bom funcionamento do PSF, informação que assustava, mas que trazia conforto aos técnicos. Falei sobre o fato de não ter comigo técnicas a serem aplicadas ou testadas e que o fazer pesquisador ao qual me propunha estava pautado em ouvir as pessoas atuantes neste processo, bem como suas propostas e sugestões para que pudéssemos desenhar a pesquisa. Foi colocado o interesse pelo tema “família e infância”, bem como as práticas voltadas para estas no contemporâneo.

Dito isso, os profissionais começaram a contar a experiência deste PSF junto às famílias com crianças, falando sobre a demanda psi que recebiam. Conversamos sobre o aumento desta demanda desde a implantação do NASF²⁵ (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) no município,

²⁴ Os planos macro e micropolíticos não supõem uma dicotomia, mas um modo de pensar nossas práticas, as instituições e os tensionamentos entre o plano molar (representações, delimitação de objetos, plano das formas prontas e naturalizadas) e o plano molecular (intensidades, transições). Considerando ser neste plano que nossas experiências são forjadas. (Guattari e Rolnik, 2005).

²⁵ De acordo com a portaria GM nº 154, de 24 de janeiro de 2008, que criou os NASF's, esta equipe pode ser composta das seguintes categorias profissionais: médico acupunturista; assistente social; profissional da educação física; farmacêutico; fisioterapeuta; fonoaudiólogo; médico ginecologista; médico homeopata; nutricionista; médico pediatra; psicólogo; médico psiquiatra; e terapeuta ocupacional. Sendo que para o repasse das verbas de pagamento dos profissionais, dependerá das necessidades.

há cerca de dois anos. Foi colocado que a partir daí, as escolas municipais começaram a encaminhar crianças para atendimento psicológico, já que a equipe do NASF que passou a atuar junto ao PSF, contava com uma psicóloga. A crescente demanda para a psicologia foi destacada e uma profissional do estabelecimento expôs que:

A unidade recebe uma demanda considerável de crianças advindas de escolas do bairro, solicitando acompanhamento psicológico, especialmente após a chegada do NASF, que nos enviou uma psicóloga que está conosco há dois anos. Ela trabalha na unidade durante um turno semanal e o trabalho é voltado para orientação em grupo, não exclusivamente, mas principalmente, até para atingir um número maior de pessoas beneficiadas pelo atendimento. O que às vezes é complicado porque algumas pessoas nem comparecem por saberem ser em grupo, não querem se expor, às vezes vem à unidade somente para se queixar disso e dizer que preferem o atendimento individual. Mas, mesmo assim, o trabalho vem acontecendo. Recebemos encaminhamentos formais e informais de escolas. Às vezes a própria mãe nos procura pedindo atendimento psicológico para o filho porque o professor solicitou. É feito um acolhimento e explicamos o funcionamento do NASF nos PSF's, dizemos que a proposta não é de psicoterapia. (Diário de campo, maio de 2010).

O crescente número de solicitações de atendimento *psi* que me fora apresentado pela equipe do PSF possibilitou uma reflexão sobre a análise da demanda, processo intrínseco ao trabalho de Análise Institucional, que envolve mais do que uma quantificação do número de pessoas que solicitam atendimento, mas supõe que nesse campo de intervenção haja referência a um contexto mais global, que envolva todo o antes e depois destes processos que fazem parte da intervenção, o que não poderia se restringir ao campo limitado do estabelecimento PSF. (LOURAU, 2004).

A fala de um dos profissionais do PSF sobre o crescente número de encaminhamentos nos fez lembrar algumas ferramentas da análise institucional para pensá-lo. Segundo Lourau (1993), a análise institucional tenta não fazer separação entre o ato de pesquisar e o momento em que a pesquisa acontece. A ferramenta da análise institucional nega a neutralidade do pesquisador e a objetividade da pesquisa. O termo instituição aqui não deve ser entendido como um

estabelecimento, mas se define por uma dinâmica sócio-histórica de produção e reprodução das relações sociais.

Para nós, todavia, da Análise Institucional, instituição não é uma coisa observável, mas uma dinâmica contraditória construindo-se **na** (e **em**) história, ou tempo. Tempo pode ser, por exemplo, dez anos para a institucionalização de crianças deficientes ou dois mil anos para a institucionalização da Igreja Católica. O tempo, o social-histórico, é sempre primordial, pois tomamos instituição como dinamismo, movimento: jamais como imobilidade. (LOURAU, 1993, p. 11, *grifos do autor*)

O conceito de instituições, para a análise institucional, refere-se às relações e campos de forças instituídos e naturalizados, entendidos como essenciais. “(...) A alienação social significa a autonomização institucional, a dominação do instituído fundada no esquecimento de suas origens, na naturalização das instituições. Produzidas pela história, elas acabam por aparecer como fixas e eternas, como algo dado, condição necessária e trans-histórica da vida das sociedades”. (LOURAU, 2004, p. 73). Por outro lado, existem as forças instituintes que se opõem ao instituído, e que caracterizam a capacidade de contestação aos valores instituídos bem como a capacidade de inovação.

A chegada de uma psicóloga ao PSF teria sido por si só capaz de produzir tal número de necessidade de acompanhamento *psi* para as crianças do bairro? A que podemos dar visibilidade nesse contexto? Que lugar ocupa a psicologia, num sentido mais amplo, de produção de demanda para acompanhamento psicológico? Como responder a essa demanda? Haveria, então, discursos e práticas *psi* – instituídas - anteriores a chegada da psicologia neste campo de intervenção? A psicologia seria algo essencial para o trabalho em uma comunidade ou escola? Quais estratégias psicológicas eram esperadas?

A tentativa diante das conversas que se davam era de apresentar a demanda de forma a historicizá-la, considerando o contexto do antes e depois, articulando-os às lacunas e afirmando suas relações. Onde só era possível visualizar a coerência e a homogeneidade dar lugar à desnaturalização.

O conceito de sobreimplicação não poderia estar fora deste campo de intervenção, bem como os conceitos de instituído/instituinte. “A sobreimplicação (...) é a ideologia normativa do sobretrabalho”.(LOURAU, 2004, p. 190) e está estritamente relacionada à crença no ativismo da

prática. Um de seus efeitos é a dificuldade de se processar as análises de implicações. O profissional sobreimplicado responde a uma demanda instituída, ocupando um lugar que lhe teria sido “destinado”. O psicólogo ao receber as normas de funcionamento do NASF e de como deveria ser sua atuação junto ao PSF, passa a ocupar o lugar que lhe foi designado. Sua forma de perceber o que deve ser feito no cotidiano de trabalho se dá numa situação que produz demanda. Estratégia que valoriza o grupo como dispositivo estatístico/quantitativo, onde a importância que se dá ao número de atendimentos contribui para o fortalecimento da institucionalização de lugares pré-determinados: do psicólogo perito e do usuário-assujeitado. Ao mesmo tempo este profissional encontra-se atravessado pelo ideal participacionista, colocando-se como capaz de dar conta das inúmeras questões de ordem psicológica, pedagógica e familiar no atendimento às crianças, preferencialmente de forma rápida e precisa. Ou este profissional entrará no “jogo de petecas”, explicando os motivos da não realização de psicoterapia individual nos PSF’s e encaminhando a família a um outro especialista.

O acúmulo de tarefas a serem realizadas pelo psicólogo no PSF também pode ser pensado como um dispositivo que estaria contribuindo para a prática de sobreimplicação. O psicólogo ao ser contratado para atuar junto ao NASF/PSF, realiza este trabalho em apenas um turno em cada unidade de PSF, circulando em unidades diferentes de um mesmo município ao longo da semana. A maneira como se configura tal trabalho cotidiano, ao exigir respostas rápidas, resolutivas e tecnicamente competentes, contribuem para um certo ativismo, além da institucionalização destas práticas, que por sua vez, naturalizam o lugar do psicólogo perito, especialista, capacitado para a resolutividade de conflitos com rapidez.

A proposta da equipe PSF/NASF era ir até a escola e entender que demandas foram produzidas, contribuindo para a diminuição desta, dizendo reconhecer a necessidade de se trabalhar junto a outros serviços. A escola a que me refiro está localizada na mesma rua do PSF, a poucos metros de distância. A proposta inicial de trabalhar com a equipe do PSF ganha, a partir de então, outras configurações.

Se o PSF se dispusesse a ir comigo para que fizéssemos um trabalho junto à escola, poderia esta pesquisa aqui tomar a forma de uma pesquisa intervenção com esta equipe. Mas, de uma certa forma, me é solicitado dar resolutividade junto à escola para que os encaminhamentos à psicologia ganhassem um novo

desaguar, para adquirir espaço de discussão, sem que o PSF participasse diretamente da proposta, já que não havia tempo para isso. Percebo que nesta busca por um campo de pesquisa as situações vão me deslocando e neste processo aparece algo para se pensar a questão da sociedade disciplinar, bem como a questão da regulação das populações no contemporâneo. (Diário de campo, 18/11/2010).

Com o apoio da psicóloga do NASF fui até a escola esclarecer a demanda ou os motivos de encaminhamento, pelo menos o que percebiam disso. Fui bem recebida pela equipe de professores. E choveram reverberações acerca dos problemas que a escola enfrentava por conta da “família desestruturada”, aquela velha conhecida dos tempos de psicóloga do CAPS, o que me fez lembrar o projeto de pesquisa e a ideia inicial a pesquisar.

Os especialistas da infância sejam eles médicos, psicólogos ou pedagogos possuem papel importante na construção social do estereótipo de ‘família desestruturada’, uma vez que atuam de tal forma a valorizar como meta o alcance de um certo estado de normalidade, adaptação ou reestruturação da família. Atuam, nesses casos, como “ortopedistas” do comportamento familiar - recordando aqui termo cunhado por Foucault - preocupados com a resolução de uma crise subjetiva, daquela que não se estruturou. Têm como protótipo a família nuclear burguesa.

Quando mencionamos a relação binária existente na designação “estruturada/desestruturada” a que (ou a quem) estamos nos referindo? Qual é o sentido do uso da palavra estruturada? E o que seria estrutura familiar?

1. 3. Estrutura familiar: um conceito reacionário

A palavra estrutura vem do latim *structura* e designa “ação ou modo de edificar ou de construir; organização, disposição, arranjo”. O radical *structum* significa “reunir, juntar, dispor, arranjar, maquinar, tramar, erguer, construir”. (LUFT, 2007). Mas qual seria a genealogia desse termo ao ser referido à família?

É interessante pensar como, no Brasil, a ideia de ‘família desestruturada’ veio sendo construída no horizonte de um projeto higienista, que se pautava na necessidade de controle da conduta social. Para a implementação da estratégia higienista era preciso encontrar acesso aos

núcleos familiares, considerados como ‘células do tecido social’, nas quais a criança fora o primeiro aporte imediato às famílias.

Algumas leis sancionadas no Brasil, em especial, os dois Códigos de Menores - de 1927 e 1979 - refletiam uma preocupação com a infância em ‘situação de risco’. Na pretensão de promover melhores cuidados à população e ao ‘menor’, iniciava-se um processo de controle estatal sobre as famílias. O objetivo era de ‘cuidado’ - leia-se: tutela - para que o controle da população se tornasse viável, meio pelo qual os valores impostos pela burguesia pudessem ser preservados.

O Código de Menores de 1927 - ou Código Mello Matos - se afirmou “enquanto instrumento legal destinado a disciplinarização dos filhos da pobreza” (Coimbra e Ayres, 2010, p.60), pois ao definirem o ‘menor’ como uma categoria considerada ‘perigosa’, legitimou a criação de ações/intervenções sanitárias não somente na população infanto-juvenil, como também em suas famílias. Já o Código de 1979 – ou Código Alyrio Cavalliere - ao trazer o conceito de ‘situação irregular’ reforçou a criação de um conjunto de medidas direcionadas aos menores, bem como às suas famílias, que passaram a ser objeto do direito na literatura da lei.

O Juizado de Menores pautava-se no modelo dito de imparcialidade e neutralidade, privilegiando a lei como racionalizadora das relações sociais. Baseando-se nos padrões de moralidade vigente, vão sendo fortalecidas divisões entre menores e crianças. Os “menores”, crianças pobres, assim como suas famílias, necessitavam da tutela do Estado, sendo criados diversos dispositivos com o intuito de “atender” e disciplinar a população. (COIMBRA, AYRES & NASCIMENTO, 2010, p. 29).

Com o Código de Menores de 1979 o conceito de “doutrina da situação irregular” possibilitou uma forma de intervenção nas famílias pobres, eram as ‘famílias em situação irregular’, conceito que permitiu ultrapassar o de família desestruturada. As crianças sem famílias, carentes ou abandonadas adquiriram o novo adjetivo, onde a ‘situação irregular’ justificava uma série de ações calcadas no projeto higienista, sendo a pobreza, o abandono, a carência, as patologias e os atos infracionais, entre outros, justificativas para a intervenção do Estado.

Não se tratava apenas de definir medidas de cuidado, geralmente embasadas em práticas educativas, mas também de tornar possível uma estratégia de controle populacional, na qual

justiça e assistência social se entrelaçavam. Não apenas os ‘menores infratores’ eram alvo do sistema de justiça brasileiro, mas também, e, principalmente, os menores abandonados, carentes, inadaptados, que por um ato de justiça, precisavam ser ‘cuidados’. Ora justiça, ora assistência. Ora menor infrator, ora menor carente. Ao infrator, o cuidado de punir para educar; ao carente, o cuidado de educar para não vir a punir - fato que denuncia o caráter preventivo que se instaurava. A quem se quer proteger? O ‘menor’ das classes mais empobrecidas? Ou as chamadas técnicas de ressocialização visam apenas atingir a tranquilidade das camadas médias e altas urbanas?

Autores como Donzelot (1980) e Ariès (1978) já nos mostraram que a família nuclear possui data de nascimento e desconstruíram a noção de essencialismo e naturalização da mesma. Desta forma, entendemos a estrutura familiar não como uma realidade dada, mas como parte de um processo de produção subjetiva, que engendra modos-de-ser-família, numa relação binária que exclui aquela que não corresponde à lógica, incluindo-a no rol das “famílias desestruturadas”.

Entendemos que a família não possui uma estrutura prévia, um modelo pelo qual se organiza. Sendo assim, “a” família não existe, já que nada tem de universal, por possuir constituições variáveis, algumas vezes persistentes, outras vezes não. Se é assim, cabe colocá-las no plural. Donzelot (1980) ao desenvolver uma genealogia das famílias na Europa, mostrou-nos que as famílias tiveram processos diferentes de constituição, dependendo do estrato social a que pertenciam. Famílias pobres, no Brasil, ganham bolsa para colocar seus filhos na escola – uma condição da escola obrigatória. Como pensar as questões das famílias, e em especial das famílias pobres, hoje no Brasil? Instância de culpabilização, de sujeição, da falta, da carência? Núcleo de formação do bom cidadão ou do crime, do desvio? Lugar da ignorância, da violência ou de proteção e da solidariedade?

Ainda que seu estudo tenha sido empreendido fora do contexto brasileiro Donzelot (1980) apresenta pontos importantes no que tange ao processo de constituição das famílias para pensarmos o Brasil. Em capítulo sobre o complexo tutelar, o autor alerta para a emergência das profissões ditas “sociais” a partir do final do século XIX. Profissões como a do assistente social, dos orientadores e educadores especializados, que em nome do “trabalho social” ganharam espaço para atuarem na civilização, função esta que anteriormente era empregada pelos professores dos primeiros anos escolares do ensino fundamental. Ao adentrar o corpo social através da expansão destas novas profissões foi possível sair do campo da civilização moral através da educação – nestes primeiros anos de ensino – e atuar também em outros aparelhos

estatais pré-existent, além do educativo, os setores judiciário e assistencial, assumindo assim o contorno - ou será controle? – das classes “menos favorecidas”.

É a partir da máscara do cuidado que as especialidades vão sendo convocadas a dar seu parecer. Psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais e pedagogos são chamados a ouvir estas crianças, o que não significa que estas tenham direito à voz. A literatura da lei, que como aponta Donzelot (1980) fez distinção entre os que deveriam ser protegidos (os menores carentes) e os que deveriam ser vigiados (os infratores) permitiu conseqüentemente a valorização de técnicas pretensamente científicas - testes psicológicos, entrevistas - numa política de rastreamento dos desvios de conduta, em que o entrelaçamento de histórias de vida veio sendo reduzido a laudos e pareceres que ignoravam as condições sociais, históricas e políticas que a produziram. Nas palavras de Donzelot (1980, p. 92) “a criança em perigo, aquela que não se beneficiou dos cuidados da criação e da educação almejadas, e a infância perigosa, a da delinquência”.

O trabalho, então, dos trabalhadores sociais pautou-se numa atenção à infância a partir do questionamento das antigas formas de repressão e apoiado em novas tecnologias de aplicação dos conhecimentos tidos como especializados. A criança objeto de intervenção, torna-se também objeto de saber. Daí em diante “(...) Estudar-se-á com refinamento o clima familiar, o contexto social que faz com que determinada criança se transforme numa “criança de risco”. (DONZELOT, 1980, p. 92). Estudo este que encontrará apoio em saberes considerados importantes: o saber psiquiátrico, o sociológico e o psicanalítico. Tais saberes servirão à antecipação dos riscos, com objetivo de preveni-los, de forma a antecipar também a ação policial.

A constituição dos saberes acerca da infância em perigo ou perigosa, em nome da educação, veio a anular o viés repressivo que se instituiria, naturalizando as práticas. Haveria de se instaurar um processo que permitisse a reeducação social das crianças, não apenas a aposta punitiva. A substituição do judiciário pelo educativo, não seria um novo campo de construção de conhecimento, mas a ramificação do próprio poder judiciário, assim como a condição de aperfeiçoamento de suas técnicas de saber-poder. (DONZELOT, 1980).

A ideia de reeducar as crianças *em situação de risco* viria marcar alguns aparatos sociais em torno da infância, mas principalmente, em torno da família pobre, que “incrustada [em uma] dupla rede de tutores e técnicos (...) aparece como colonizada (...) O patriarcalismo familiar só é destruído em proveito de uma patriarcado do Estado”(Donzelot, 1980, p. 97/8). O tribunal de menores possibilitou ao juiz substituir o pai, não só nas situações em que este pai era ausente por

falecimento, mas também naquelas em que era considerado insuficiente – pais que trabalhavam durante o dia e deixavam seus filhos nas ruas ou aqueles que não eram capazes de prover o sustento dos mesmos, são exemplos.

O educador, extensão do poder estatal, do mesmo modo, um novo substituto paterno, pois, sendo este trabalhador social responsável por casas de correção ou abrigos para menores, caberia representar o pai na vida destas crianças desprovidas de uma família “suficientemente boa”²⁶. (DONZELOT, 1980).

À administração de crianças, mascarada sob o aspecto preventivo, seguiram-se outros conhecimentos científicos, não apenas o saber do educador, mas assistentes sociais e psicólogos logo ganhariam um lugar especial nessa engrenagem jurídica. Não mais o julgamento pautado no delito, mas no exame que, realizado por equipe especializada, indicaria não somente pareceres sobre o indivíduo, mas sobre a família e os destinos desta. Ficará com a guarda dos filhos ou estes serão encaminhados às casas de correção? Haveria ainda a possibilidade de serem enviados aos abrigos especializados? Sim, caberia então aos especialistas, darem seu parecer. Ou sua sentença.

O saber anularia o poder repressivo, abrindo caminho para uma educação libertadora. Mas também pode-se dizer exatamente o contrário, e muitos não deixaram de fazê-lo, inclusive entre os próprios trabalhadores sociais. Esse encadeamento de intervenções, umas a partir das outras, torna-as todas originárias de uma mesma definição judiciária. Nesse saber criminológico em forma de encaixes sucessivos, existe efetivamente, um modelo inicial, o judiciário, do qual todos os demais são apenas cópias envolventes. A substituição do judiciário pelo educativo pode ser vista, igualmente, como extensão do judiciário, aperfeiçoamento de seus procedimentos, ramificação infinita de seus poderes. (DONZELOT, 1980, p. 93).

²⁶ Fazemos alusão ao construto teórico de Winnicott (1975) que afirma ser a *mãe suficientemente boa* aquela que efetuará uma adaptação ativa das necessidades do bebê, possibilitando a este aprender a lidar com os objetos exteriores ao seu corpo, diferenciando-os de si. Para o autor, tais objetos possuiriam uma certa transicionalidade, onde o reconhecimento desta garantiria ao bebê a constituição de uma EU, fazendo com que aprendesse acerca da separação entre o EU e o outro. Fato que se daria através de cinco aspectos, a saber, a natureza do objeto; a capacidade do bebê reconhecê-lo como sendo não EU; sua localização dentro e fora de uma fronteira; a capacidade do bebê de criar um tipo de afeto em relação ao objeto. Mais sobre o assunto em: WINNICOTT, D. W. *Objetos transicionais e fenômenos transicionais*. Em *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1975. Nesta breve comparação com a teoria winnicotiana, questionamos não apenas as influências psi na produção de um modelo maternal e de família, mas principalmente a produção de efeitos ressonantes. Não seria a família suficientemente boa para as crianças ditas carentes? O que lhes faltava? Cuidado ou controle?

Donzelot (1980) nos mostra ainda que na busca por justificativas comportamentais das crianças consideradas perigosas ou em risco moral, os especialistas criaram uma série de documentações ou técnicas investigativas que apontavam a escola como um espaço de observação destas crianças, de averiguação do processo educacional como sendo insuficiente ou não. Na família, um espaço de verificação sobre o desenvolvimento de doenças e anomalias. “A família, mais do que o doente, mais do que a criança problema torna-se, portanto, o verdadeiro lugar da doença, e o médico psiquiatra é o único a poder discriminar, nessa patologia, o que compete à disciplina ou ao tratamento orgânico” (p. 122).

A justiça e seus duplos afirmaram espaços de esquadramento da família, onde os especialistas puderam investigá-la, analisá-la, examiná-la em minúcias. Que efeitos foram produzidos? No interior das famílias pobres, um forte sentimento de incapacidade e incompetência para os cuidados e criação dos filhos. A nova ordem social lhes conferia o estatuto do fracasso, da desestrutura. No campo social, a legitimação dos especialismos, dentre eles a psicologia, como suporte técnico-científico às avaliações de crianças, mães, pais, famílias. Desta forma percebemos que a doutrina da situação irregular, as medidas higiênicas, o suporte pedagógico, o apoio psicológico, as técnicas científicas e a literatura da lei serviram como tecnologias de acesso à infância e à família, sendo suporte à produção não só de infâncias perdidas, mas de famílias desviantes. Ramificando o poder estatal sobre as mesmas.

Na contemporaneidade, os discursos sobre a família encontram-se em voga, estes ressaltam as mudanças ocorridas em sua estrutura nos últimos cem anos. Profissionais de categorias distintas empreendem pesquisas ditas científicas para anunciar a falência do modelo nuclear burguês. Alguns clamam pelo retorno ao modelo. Outros buscam a conscientização para as mudanças, tendo sempre como foco o mesmo modelo de estrutura familiar - a referência para se avaliar as transformações - e apontam preocupações e políticas que devem estar voltadas para a família. Adjetivos lhes são atribuídos, não só o de ‘desestruturada’, mas correntes psicológicas, médicas, sociológicas e pedagógicas falam sobre as novas *formações*, novos ‘arranjos familiares’ ou ‘família disfuncional’, numa atualização de práticas capilares de controle sobre as famílias. Novas nomenclaturas, apenas.

1. 4. Tecnologias de produção do familiarismo

De que modo os discursos produzidos no campo social sobre os novos ‘arranjos’ familiares atualizariam práticas capilares de controle sobre as famílias?

Recasamento, reconstituição familiar, paternidade ativa após a separação conjugal, famílias com padrastos e/ou madrastas, arranjos familiares plurais ou nova identidade familiar são alguns dos termos indicativos das ‘novas formações familiares’. Temas sugestivos também de inúmeros estudos sociais, psicológicos, psiquiátricos, midiáticos e pedagógicos acerca das famílias no contemporâneo. Os estudos buscam uma melhor compreensão deste novo fenômeno, na tentativa de avaliar os efeitos de tais mudanças no campo social, mas também para os envolvidos nestas situações.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam para uma preocupação governamental com as famílias brasileiras. Os estudos relatam o crescimento do número de divórcios no Brasil, mas falam também sobre o número de casamentos entre conjugues divorciados. A reportagem retirada do site do IBGE, e intitulada “brasileiro se divorcia mais, mas volta a casar com maior frequência”, relata essa preocupação:

Em 2005, o número de separações judiciais (100.448) concedidas foi 7,4% maior que em 2004, retomando uma trajetória de crescimento. Os divórcios concedidos também tiveram acréscimo, de 15,5%, em relação a 2004, passando de 130.527 para 150.714. Na região Norte, o crescimento foi de 17,8% e na Sudeste, de 21,8%. No Nordeste (15%), Sul (5,8%) e Centro-Oeste (2,9%), os percentuais ficaram abaixo da média nacional. Também aumentaram as uniões legais entre solteiros e divorciados. De 1995 para 2005, o percentual de mulheres solteiras que se casaram com homens divorciados passou de 4,1% para 6,2%, enquanto que o de mulheres divorciadas que se uniram legalmente com homens solteiros cresceu de 1,7% para 3,1%. Os casamentos entre cônjuges divorciados também aumentaram de 0,9% para 2,0%²⁷.

Recentemente, em reportagem exibida pela rede de televisão Globo²⁸, um telejornal destacou a preocupação do governo com o fato de estarem sendo realizados um número excessivo de casamentos entre homens mais velhos e mulheres jovens. Ressaltou-se o prejuízo acarretado aos cofres públicos – previdência social - relativo ao número de pensões por

²⁷ Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=752 . Acesso em 23/06/2011.

²⁸ Reportagem exibida pelo “Jornal Hoje” em 10/02/2011. Disponível em: <http://busca.globo.com/Busca/jornalhoje/?query=casamento+previd%C3%A2ncia+social+pens%C3%A3o&ordenacao=&offset=1&xargs=&formato=&requisitor=jornalhoje&aba=todos&filtro=&on=false&formatos=&filtroData=&dataA=&dataB=>. Acesso: 23/06/2011.

falecimento do conjugue, direito da jovem esposa, que viria a usufruí-lo durante longos anos. Especialistas foram convocados a darem um parecer econômico-financeiro sobre a questão, num espaço em que prevaleceu o discurso da família em desordem: homens que se casavam com mulheres mais jovens era um problema econômico para o país, se isso desorganizava o ambiente familiar, não era questão, mas colocava em risco o futuro de uma nação. Futuros aposentados e pensionistas sofreriam cortes ou quedas salariais, pagariam o preço daqueles que não tiveram ‘consciência’ sobre a pessoa correta para o casamento: alguma alusão ao amor romântico? Não. Pessoa correta neste caso se assimilaria àquela que não venha a causar prejuízo ao dinheiro público. A reportagem indica, de forma branda e singular, um modelo de casal/família a ser seguido.

Esta família, com homens e mulheres em desnível temporal é apenas um entre outros discursos que se apoderaram delas. Existe ainda toda uma discussão médica sobre os prejuízos genéticos que poderiam sofrer uma criança filha de pais ou mães que tenham ultrapassado uma certa idade para gestarem um filho: a possibilidade de que a criança desenvolva a *síndrome de down*, por exemplo, é discurso corrente entre os especialistas no assunto. O que se afirma é a necessidade de assistência médica para essas mães acima da idade ou para esses filhos de pais também acima da idade. O que se reproduz são modos de ser família. Por traz todo um discurso sobre as ‘novas formações familiares’ e seus problemas.

Em consonância, os discursos - agora psi e pedagógico - apontam os prejuízos acarretados à criança e ao adolescente que vivenciam a separação conjugal dos pais. São crianças que necessitam de apoio psicológico para superarem o desfecho de um casamento falido. Discursos que produzem a demanda necessária aos consultórios, mas também que faz circular o capital, com a venda de produtos pedagógicos – livros, revistas, mídias digitais e televisivas – que orientam as famílias em separação, mascarando seu viés higienista de recondução ao modelo nuclear burguês. Os jovens e suas famílias logo se identificam em necessidade de ajuda especializada.

Outro discurso psi fala da necessidade de aceitação dos novos modelos ou novas estruturas familiares. Aceitar não seria algo complicado. O difícil seria desejar que tais famílias criassem novos modos de existir, e que estes fugissem às normas vigentes. O que tais políticas capilares de controle sobre as famílias permitem é a manutenção dos saberes tidos como

científicos, os co-responsáveis não só pela produção da família nuclear burguesa, como das suas atuais mazelas e desvios.

No presente momento, tornou-se banal constatar que a família vai mal. As explicações dadas ao fato multiplicam-se. A desestruturação da família é sucessivamente imputada aos afrouxamentos dos laços conjugais; ao enfraquecimento da autoridade dos pais; à emancipação da mulher; ao conservadorismo do homem; à repressão da infância; ao excesso de proteção dos filhos; à ausência de amor para com eles, etc. (...) Sem auxílio, portanto, ela estaria perdida. Sem cuidados especializados, não encontraria saída para os conflitos em que se debate. (COSTA, 1979, p. 11/2).

Os adjetivos que circundam em torno da família designam a necessidade de cuidados que deveriam ser empreendidos por especialistas no assunto, profissionais especializados em desenvolver a auto-estima, tratar os transtornos hiperativos, desvios de caráter, personalidades perversas, relacionamentos conflituosos. Profissionais que podem oferecer em doses homeopáticas ou não, fórmulas químicas, sociais, psicológicas que, se não garantem a reestruturação do indivíduo, da família, do Eu, pelo menos conseguem manter a crença de que seriam eles - *os profissionais da alma*²⁹ - indispensáveis à atual lógica de funcionamento social.

Desta forma, os profissionais ascendem, no duplo sentido que a palavra constitui enquanto termo homófono, de subir, elevar-se, processo indispensável para a garantia do lugar de *suposto saber*; e no segundo sentido, o de acender, ou seja, provocar luz, iluminar, fornecer brilho à racionalidade científica. (AZEREDO, 2008).

Sendo assim, especialismos decorrentes destas concepções que possuem ênfase na doença, na falta, na reestruturação, ajuste ou readaptação do indivíduo e da família terão sempre uma forma de intervenção de caráter ortopédico, o que irá caracterizar o objetivo de cura e a busca pela reorganização familiar pautada em um único modelo, transformado, então, em essencial para o ser humano. A psicologia, neste caso, terá como encomenda a busca pela felicidade e o bem-estar, contribuindo para a *descoberta* do que há de mais “verdadeiro” no homem. E caminha de forma a forjar um modelo de neutralidade, objetividade e cientificidade, em que questões sociais são extremamente psicologizadas, tornadas individuais, possibilitando

²⁹ *Profissionais da alma* é um termo utilizado por um profissional da educação na escola onde realizamos esta pesquisa. Para este profissional da educação o termo estaria atrelado à profissão do psicólogo como especialista em comportamento humano, em desvendar, interpretar e tratar a alma ou os conteúdos psicológicos. Este assunto será retomado adiante.

que o adjetivo *desestruturada* cole a um conceito de *família* responsabilizando-a unilateralmente pelos seus infortúnios.

Com o dispositivo *família desestruturada*, as formas de discurso e visibilidade sobre a família, sobre os modos de ser pai, mãe e criança fazem com que os sujeitos se reconheçam como principais responsáveis por seus atos: sujeitos autônomos, auto-reflexivos e independentes. O que reproduz a lógica de assujeitamento e culpabilização. Os regimes de enunciabilidade e visibilidade sobre a família estão intrinsecamente relacionados aos modos de subjetivação ligados às *tecnologias do eu* (FOUCAULT, 1993).

Para Foucault (1993) uma das formas de *tecnologias do eu* estaria calcada numa certa *'escrita de si'* ou a "escrita dos movimentos interiores" (p. 131), utilizada como estratégia para o *treino de si*, instrumento capaz de desvelar os segredos mais íntimos, desdobrando-se em um certo conhecimento de si, numa relação de análise do eu. Tal escritura indicaria o controle das próprias ações, o controle do corpo, este último, entendido como propriedade privada. Fazer anotações sobre os movimentos da alma, do desejo e que isto sirva para permitir um melhor controle sobre as próprias ações, um diário da alma.

Voltar-se para si, alcançar a si próprio, bastar-se, encontrar-se em seu interior: esse era o trabalho que deveria ser feito para que fosse possível desenvolver uma ética pelo cuidado de si, nesta visão extremamente intimista da subjetividade privada, maneira como deveria ser desenvolvida certa 'ética' para a vida ascética à época do Império Romano. Para alcançar este fim, a importância da leitura, da transmissão do ensino e também da escrita. Anotações, não somente para servirem à retomada de consciência dos fatos, mas, principalmente, para o treino, o exercício de si ou uma nova tecnologia do EU.

Sabemos que a construção social de constituição de um Eu particularizado, privatizado, contribuiu, na contemporaneidade, para a naturalização da ideia de família como sendo uma célula individual da sociedade, unilateralmente responsável pelos seus infortúnios, desestruturada porque não correspondente a uma certa lógica de funcionamento que determina aqueles que estão dentro ou fora do modelo vigente. E são variadas as ferramentas utilizadas para o controle e manutenção da ordem no meio familiar: especialistas (médicos, psicólogos, pedagogos, sociólogos) que se utilizam da análise para descobrir o que está por dentro ou por traz dos conflitos familiares; meios de comunicação, que apontam constantemente modelos a serem seguidos; livros de auto-ajuda que, de forma didática, mostram caminhos sequenciais sobre como

se tornar bons pais, mães, maridos ou esposas. Sociólogos realizam trabalhos de análise do campo social a fim de descobrirem as causas da desestrutura familiar, da má educação dos filhos, da atual configuração social das famílias. Neste caso, ressaltamos: a que uma análise deve conduzir? Quando falamos em análise, a partir da pesquisa genealógica, nos referimos a uma provocação, onde seria possível a construção de conceitos não para precisá-los, mas para utilizá-los como ferramenta.

Se para a vida ascética à época do Império Romano³⁰ havia a necessidade de escritura dos próprios movimentos da alma como uma forma de exercício que levaria à efetiva realização das virtudes, na atualidade, com consumo de subjetividades paternas e maternas - seja através da literatura de auto-ajuda ou dos variados programas de TV – produz-se a necessidade destes novos aparatos para se chegar à “*leitura de si*”, no sentido da busca pelo autoconhecimento, visto que na contemporaneidade tornou-se excessiva a busca pela interiorização. As subjetividades ou individualidades entendidas como algo particular encontra na família a responsabilidade pela produção de indivíduos conflituosos. Os romances familiares-edípicos há muito contribuem para essa lógica de culpabilização da família na produção de filhos desviantes. Nas palavras de Coimbra, Ayres e Nascimento (2010), “essa psicologização do cotidiano é intimamente acompanhada pela questão do familiarismo, em que toda e qualquer problemática é simplesmente reduzida à questão familiar” (p. 28).

1. 5. A lógica da gestão dos corpos no meio intrafamiliar: disciplina e controle

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) faz uma exposição de como se deu a passagem da punição através do suplício do corpo até a prisão. O autor nos mostra por meio de documentos históricos, que o suplício – arte de reter a vida no sofrimento – desde a decapitação até o esquartejamento, bem como o seu caráter espetacular, desapareceu a partir do final do século XVII/ meados do século XVIII, dando lugar ao desaparecimento da penalização através do corpo do condenado, tido como alvo principal desta forma de repressão, possibilitando, assim, uma nova economia do castigo.

A partir dessa época, o suplício veio a se tornar intolerável e revoltante na perspectiva do povo. A cerimônia punitiva, doravante considerada aterrorizante, que se sustentava através da

³⁰ Sobre o tema ver Foucault (1993).

política do medo, cede espaço à punição pelo exemplo, calcada na ideia de que as penas deveriam ser moderadas e proporcionais aos delitos e o castigo deveria ter a humanidade como medida. A prisão se justificaria, então, a partir dos preceitos de humanização.

Para Foucault (1987) o surgimento da prisão se deu de forma a operar não somente ao nível de conscientização pelo exemplo, mas também num nível *imaterial*, à medida que intencionava alcançar “a alma, efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma, prisão do corpo” (p. 29). O projeto das prisões, então, opera também pelo biológico, de forma a contribuir no adestramento das formas de ser, pensar e agir, possibilitando a constituição de “corpos dóceis”, por meio da disciplina.

A história das prisões redigida por Foucault (1987), não conta apenas a história da instituição das penalidades, mas aborda uma forma de funcionamento social, que envolve processos históricos em seu interior: processos econômicos, jurídicos, políticos, médico-científicos etc. A passagem de uma sociedade de soberania para uma sociedade disciplinar, nos fala não somente de uma forma de funcionamento da prisão, mas trata-se, principalmente, de um processo que envolve uma maneira de se estabelecer as relações, de uma maneira de se criar sujeitos, não de um conteúdo problemático acerca da evolução das penalidades.

Que relações se colocam, neste campo problemático que anuncia Foucault, sobre as sociedades disciplinares, para pensá-la no âmbito da família? A estratégia disciplinar, ponto nodal da articulação foucaultiana, não é aquela que estaria lá aprisionada junto aos inúmeros presidiários atuais, mas as forças que a produziram, encontraram na família o ponto principal de apoio para a construção desta nova forma de relação no mundo.

A “disciplina” não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, de modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos (...) um dia se precisará mostrar como as relações intrafamiliares, essencialmente na célula pais-filhos, se “disciplinaram”, absorvendo desde a era clássica esquemas externos, escolares, militares, depois médicos, psiquiátricos, psicológicos, que fizeram da família o local de surgimento privilegiado para a questão disciplinar do normal e do anormal (...). (FOUCAULT, 1987, p. 177-8).

A produção do normal e do anormal, principalmente a partir do aparato médico-científico, fez uso das relações intrafamiliares. A base da tríade pai-mãe-filho, ou seja, os pais, foram disciplinados a observarem o desenvolvimento normal das crianças. No interior da família que foi

possível subjetivar novos pais, pais-médicos, enfermeiros, cuidadores, tutelados. A casa, o quarto, a cama: pequenos espaços de reprodução do saber médico-asilar. Não para que os pais encontrassem a autonomia desses cuidados, mas para sujeitarem-se ao saber médico que lhe fora prescrito.

Sobre esta questão Donzelot (1980) nos fornece material de pesquisa para pensar a intervenção médica no domínio intrafamiliar, onde podemos lembrar que a mãe foi o suporte médico inicial de construção de uma aliança entre família e medicina. Uma aliança que precisou tornar desnecessário o conhecimento do senso comum, como já apontamos. Para esta finalidade, questionou-se o saber das *comadres*, o que foi imprescindível para o atual *status* de cientificidade da medicina. O esforço da medicina se deu no sentido de retirar do senso comum o saber das comadres, que passou a ser visto como algo pernicioso.

Aliança proveitosa para as duas partes. O médico, graças à mãe, derrota a hegemonia tenaz da medicina popular das comadres e, em compensação, concede à mulher burguesa, através da importância maior das funções maternas, um novo poder na esfera doméstica (...) Ao majorar a autoridade civil da mãe o médico lhe fornece um status social. (DONZELOT, 1980, p. 25).

A mulher burguesa tornou-se a difusora do saber médico, processo que aconteceu de forma diferenciada entre as mulheres das classes pobres. Mãe, educadora, auxiliar, médica! Não só o médico adquiriu *status* de cientificidade, mas a mãe, com novos adjetivos a seu favor, adquiriu *status* social. A construção de um novo saber médico, que passou pela produção de um discurso verdadeiro, contou também com o suporte pedagógico, através de publicações em livros, artigos científicos e, mais atualmente, *sites* de entidades médicas que *informam* permanentemente *como* devemos agir para sermos saudáveis.

Em 1876, o higienista Fonssagrives (*apud* Donzelot, 1980, p. 23) apresenta em literatura seus argumentos quanto à entrada da medicina no meio familiar:

“Proponho (...) ensinar-lhes a dirigir a saúde em meio aos perigos que a ameaçam (...) a compreenderem o que pode a medicina e o que ela não pode, a estabelecer suas relações com o médico de maneira proveitosa para todos (...) proponho ensinar às mulheres a arte da *enfermagem doméstica* (...) Tenho a ambição de fazer da mulher uma *guardiã* completa para o doente, capaz de compreender tudo e, sobretudo, que é este o seu papel, e que ele é tão elevado quanto caridoso. Os papéis de mãe e o de médico são e devem permanecer nitidamente distintos. Um prepara e facilita o outro, eles se completam (...) O médico prescreve, a mãe executa”.

Na prisão, na escola, no hospital, no exército, na casa, o exame e a observação passaram a ser uma maneira de estabelecimento de relações. A produção de um discurso verdadeiro, que para Foucault (1976 *c*) se dá através da tríade - poder, direito e verdade - produziu a legitimação do lugar de especialista, que passou a ser visto como detentor de uma verdade, porque de um saber. A produção de verdade, por sua vez, ligou-se ao questionamento, à inquirição e aos registros. As múltiplas relações de poder que caracterizam o corpo social funcionam através de uma produção, acumulação e circulação do discurso verdadeiro “(...) *O poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles*” (Foucault, 1976 *b*, p. 34).

Vários pesquisadores (ARIÈS, 1978; BADINTER, 1980; COSTA, 1979, DONZELOT, 1986; NUNES, 2000; RAGO, 1985) já apontaram que a exaltação da maternidade, além de um fenômeno recente na história das sociedades ocidentais, é um fenômeno social, não um dado natural.

Ressaltamos da pesquisa que empreendeu Badinter (1980), a noção de maternidade e cuidados maternos como algo produzido, lembrando que os sentimentos “maternais” de cuidado, criação, dedicação e amor não são natos. Ao produzirem a noção de “instinto materno”, produziram-se também novas formas de relação mãe-filho. Produziu-se saber sobre a família e especialistas no assunto.

A indiferença da mãe aos filhos, tido como um comportamento comum à época do período medieval, tal como indicou Ariès (1978) e Badinter (1980), foi também objeto de estudo da medicina, para a entrada desta no meio familiar, produzindo novas formas de relação mãe e filho, a partir do fim do século XXVII, na Europa (Donzelot, 1986). No contemporâneo a demonstração de frieza e indiferença observada na mãe no período inicial de cuidados à prole, pode ser definida, dentro dos padrões do Código Internacional de Doenças – CID 10 – como um Transtorno Mental e comportamental associado ao puerpério (F 53.0), subdividido nas categorias de Depressão Pós-parto e Depressão puerperal. Percebemos que o que se produz é saber-poder. Não que estejamos negando a existência de interferências físico-químicas no organismo da mulher durante o período de gestação e pós-parto, mas para lembrarmos que o que se faz com a classificação nosográfica de uma doença é desativá-la de todo cunho político que ela engendra. Desta forma, retomamos essa pequena história da maternidade não para analisá-la a partir de uma ideia de progressão que ela teria atingido ao longo da história, mas para analisarmos as forças que

a produziram, de que forma intervíram nas relações familiares, que se acredita ter cunho particular, para coletivizar esses discursos.

Rago (1985), ao falar sobre a colonização da mulher no Brasil, aponta as diferenças existentes entre as mulheres de famílias abastadas e as “operárias”, de famílias pobres, especialmente quanto à moralização dos costumes. A mulher burguesa, que desde meados do século XIX, já fazia parte do projeto higiênico de normalização dos costumes, que a tornariam aliada da medicina na “vigilância do lar”, dos filhos, do marido e da casa, aos poucos vai se tornando protótipo de mulher, ao estenderem-se os “papéis femininos” a todas as classes, estendendo-se então, às operárias, com o objetivo de instituir um modelo hegemônico de família.

“Instituir hábitos moralizadores, costumes regrados, em contraposição às práticas populares promíscuas e anti-higiênicas observadas no interior da habitação operária, na lógica do poder significava revelar ao pobre o modelo de organização familiar a seguir (...) a família nuclear, reservada, voltada sobre si mesma, instalada numa habitação aconchegante deveria exercer uma sedução no espírito do trabalhador, integrando-o ao universo dos valores dominantes”. (RAGO, 1985, p. 61).

De que família, enfim estamos falando? Quando falamos de infância e família a que nos reportamos para pensá-los na atualidade? A família que pontuamos nesta pesquisa é aquela que possui data de nascimento. O que é muito trabalhado nos estudos de Ariès (1978), como veremos adiante.

A partir de um estudo sobre *A história social da criança e da família*, Ariès (1978) aponta a gênese do *sentimento de infância*, onde esta aparece não como um sentimento natural ou inerente à condição humana, mas construído no campo social. Para o autor, a infância como um período peculiar da vida teria começado a se formar com o advento da Modernidade, quando a criança adquiriu lugar privilegiado no contexto familiar. A família, por sua vez perdeu sua característica extensiva para dar lugar a um núcleo: a criança como núcleo da família. A noção de infância, como um período peculiar do desenvolvimento, irrompeu com a modernidade, sendo inexistente ou insignificante no período medieval.

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças foram negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à

consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim, que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes. (ARIÈS, 1978, p. 99).

A preocupação com a infância se estendeu não somente ao sentimento de *papiricação*, como descreve Ariès (1978), quando os adultos passaram a disponibilizar tempo para as brincadeiras com as crianças. Estendeu-se também a uma preocupação moral com as mesmas, quando podemos dizer que possibilitou uma brecha para o processo de normatização, desde os assuntos relativos à sexualidade, que passaram a ser considerados perniciosos à infância, passando pela educação à mesa, os cuidados e particularidades da vestimenta, chegando aos assuntos escolares.

Segundo Gélis (1991) houve uma modificação da situação da criança que não correspondia apenas às transformações na vida intrafamiliar. Para o autor, a Igreja e o Estado tiveram papel importante na afirmação do sentimento da infância, tendo sido acompanhado por uma série de disposições legais que se relacionavam com uma preocupação religiosa, mas também pública, que por sua vez, possibilitaram uma certa política de proteção à infância. A saúde física, os hábitos de higiene, a escolarização, bem como a preocupação religiosa de tornar os pequenos infantes homens ‘racionais’, ‘pessoas honradas’, ‘dignas’, foram algumas das intervenções que sucederam a preocupação com a infância.

Tal mudança de atitude com relação à infância ocorreu em um período extenso em que as mudanças não aconteceram no mesmo ritmo em todos os lugares, tendo sido a cidade o espaço onde tiveram início tais modificações, especialmente a partir do século XV em algumas cidades da Itália, ainda que de forma lenta, progressiva. Chegando à Inglaterra e na França, sobretudo no século XVI. (Gélis, 1991, p. 319).

A afirmação de um sentimento de infância fortemente arraigada, principalmente nos países europeus, a partir do século XVIII, correspondeu à ascensão da vida privada. Se antes a experiência entre a vida pública e privada eram preponderantes para a formação das crianças, iniciou-se ali uma nova relação familiar, em que os direitos e deveres da mãe e do pai em relação aos filhos se ampliaram em detrimento da família extensa, configurando um modelo familiar pautado na criança como núcleo. Para Ariès (1978), “a família transformou-se profundamente na medida em que modificou suas relações internas com a criança”. (p. 154).

Podemos afirmar, então, que a família tal como pode ser entendida no contemporâneo, como algo natural, nem sempre existiu. A partir do século XVIII, na Europa, aquilo que se referia à família e a infância tornou-se assunto digno de preocupação. A casa perdeu o caráter de lugar público que possuía no período medieval e a vida social foi sendo suprimida a escassos encontros em clubes ou cafés, que, por sua vez, se tornaram menos frequentados. Erguia-se o muro da vida privada. A família moderna retirou da vida comum não apenas as crianças, mas parte do tempo e preocupação dos adultos. Ela correspondeu a uma necessidade de intimidade, e também de identidade: os membros da família se unem pelo sentimento, o costume e o gênero da vida. Houve uma ascendência moral da família, que se originou com a família moderna, nuclear e burguesa. (ARIÈS, 1978, p. 195).

“Assistimos ao nascimento e ao desenvolvimento desse sentimento da família desde o século XV até o século XVIII. Vimos como, até o século XVIII, ele não havia destruído a antiga sociabilidade; é verdade que ele se limitava às classes abastadas, a dos homens ricos e importantes do campo ou da cidade, da aristocracia ou da burguesia, artesãos ou comerciantes. A partir do século XVIII, ele estendeu-se a todas as camadas e impôs-se tiranicamente às consciências. Muitas vezes apresentou-se a evolução dos últimos séculos como o triunfo do individualismo sobre as obrigações sociais, entre as quais figurava a família”. (ARIÈS, 1978, p. 191).

Para Costa (1979), no Brasil, foi a partir do séc. XIX que os padrões de higiene foram redefinidos pela medicina doméstica, com imposição das técnicas de regulação do contato entre os indivíduos. Os hábitos alimentares foram rigorosamente regularizados, bem como as práticas de asseio da casa, do corpo, da família. O aleitamento materno tornou-se valorizado e cercado de medidas higiênicas, além da supervalorização do contato e envolvimento emocional entre mãe e filho.

Para Machado *et al* (1978) a intervenção médico-estatal sobre a vida das crianças se deu principalmente através dos aspectos ligados à escolarização. A preocupação médica se estendeu a edificação das escolas, no sentido arquitetônico – os prédios deveriam ser arejados, espaçosos, os dormitórios calculados, o espaço adequado para a atividade física – mas também, no sentido de garantia das condições de saúde física e do desenvolvimento intelectual, sendo que, para a saúde física, consistia também a preocupação em não permitir a prática no onanismo entre as crianças.

Fica claro que as mudanças na constituição de uma família nuclear, assim como a história das atitudes perante a infância no mundo ocidental foi marcada por grandes diferenças, resultantes de variáveis a que cada país encontrava-se submetido. Ressaltamos aqui apenas alguns vestígios dessa história, que nos serve a desnaturalização das mesmas.

Família desestruturada: um conceito reacionário

O que é estrutura? Organização das partes que formam um todo?

Seria composição, encadeamento? Armação de um edifício?

O que se quer edificar quando se projeta tal adjetivo às famílias?

Edificar a educação das crianças...

Os corações maternos...

Um lugar para as alianças:

Psicologia, medicina;

O Estado vai longe demais!

Família desestruturada: um conceito reacionário

Um corte da realidade política

Sistemas de valores, submissão

Realidades produzidas

Sentimentos de menos-valia e culpabilização;

O que faremos com este campo de luta?

Re-acionaremos novas realidades?

Ou re-condicionaremos velhas estratégias?

(Diário de campo, junho de 2011)

1. 6. Plano de imanência... Ou o que eu vou fazer com isso???

Plano de imanência é um conceito que tem sido caro a esta pesquisa, por este motivo, vamos a ele.

“Quando a filosofia foi pensar cinema, no caso, por Deleuze, alguns conceitos foram extraídos dos próprios filmes - chama-se plano de imanência. Esses conceitos não vem de fora, vem do interior do próprio filme. Então (...) quando a filosofia vai pensar Visconti, (que é um produtor de filmes) ela produz conceitos para aquilo que o Visconti produziu em forma de afetos e perceptos, aquilo que o filósofo transforma em conceitos. Quando você não faz essa prática no plano da imanência, vira o que se chama despotismo do significante (...) tanto no caso da psicanálise quanto no da linguística. É que são saberes que erigem com poderes para jogar os seus próprios conceitos sobre campo externo, no caso, o cinema”. (CLÁUDIO ULPIANO³¹(2010), *aula 2, 18/01/1995*).

Não levar receitas prontas e manuais a serem aplicados, mas realizar um trabalho que tenha um contorno de um fazer do masseiro, à semelhança do ofício de padeiro. Seria a via ética desta proposta de trabalho. Ou como nos diz Barros (2007, p.27) “(...) ética de que falamos é aquela que se põe a ouvir o estrangeiro que se produz no encontro com o outro, que trabalha as matérias de expressão como a transformação do padeiro (...)”. Nossa metodologia, que não se colocaria a jogar conceitos próprios de um campo específico de saber (*psi*) acerca do objeto a ser pesquisado, implica em construir uma intervenção no campo, com o que advém dele.

Ao conversar com a enfermeira chefe do PSF, fui informada de que uma *ordem superior* impediu que fossem realizadas as reuniões de equipe em todos os PSF's, o que se deu, segundo ela, a partir de reclamações da população à Secretaria de Saúde, que reivindicavam mais números de atendimento, onde a reunião era vista como uma ‘perda de tempo’. Ao que pensei: como promover espaço de restituição³² da pesquisa? As dificuldades do processo de pesquisa se colocam. Contudo, aceitei a proposta da equipe de trabalhar junto à Educação, e com isto, inicia-se um novo processo burocrático de entrada na escola.

Após algumas tentativas consegui um horário na agenda da secretária municipal de educação para ter a autorização em desenvolver a pesquisa junto à escola. Ao me apresentar como psicóloga, mestranda e falar do interesse em desenvolver a pesquisa junto à escola e ao PSF do mesmo bairro, a secretária me interrompeu para informar que infelizmente não poderia me contratar porque o município

³¹ Esta aula encontra-se disponível em www.claudioulpiano.org.br com o título “O solo nômade da filosofia – uma imagem do pensamento. Acesso em: 09/06/2010.

³² O conceito de restituição será retomado adiante.

havia feito concurso público para este cargo e que naquela etapa não possuía autorização para contratar nenhum profissional. Como já havia conversado com a recepcionista do local, que estava presente naquele momento, ela mesma informou que eu era pesquisadora e bolsista e por isso não era necessário pagar, que eu não estava ali para solicitar emprego. Foi quando pude ouvir: “Não será necessário pagar? Você recebe bolsa para fazer isso? Então o governo já te paga para realizar este trabalho? Se não precisa pagar, então tudo bem!”. Imediatamente ela telefonou para a equipe do PAME, segundo ela responsável por me encaminhar à escola. A preocupação em ouvir o que tinha a contar sobre a pesquisa, esvaiu-se. (Diário de campo, 15/06/2010).

Neste momento convoco o conceito de analisador para pensar a questão do dinheiro que surge aqui como um elemento central à análise da implicação, que, por sua vez, me coloca a pensar: quem paga por este trabalho de intervenção? Qual a minha relação de dependência com o trabalho a que me proponho? Que ferramentas utilizar para pensar esta análise? Que relações se constituem entre trabalho acadêmico e a profissionalização do psicólogo? As entrelinhas apontavam para uma supervalorização do conhecimento acadêmico-científico que no momento em que fora anunciado tornou desnecessária a colocação sobre *a que veio?*

Foi possível no momento do encontro com os profissionais da educação uma intervenção relativamente bem sucedida como ditam os moldes acadêmicos de cunho positivista? Não me proponho a responder constantemente com rapidez e sucesso às questões que se interpõem neste percurso, mas proponho que este sirva como analisador. Os deslocamentos a que levam o entorno desta intervenção por vezes revelam algo que permanecia escondido, o impensado, desorganizando o que parecia organizado, possibilitando dar outros sentidos aos fatos aparentemente já conhecidos.

Psicóloga, pesquisadora, profissional: é a questão do dinheiro que traz à tona o questionamento sobre os lugares que viemos ocupando ao longo da pesquisa. Se psicóloga, deveria atuar frente aos conteúdos *psicológicos*, clássico objeto da Psicologia. Se pesquisadora, fazer uso de métodos e técnicas científicas, de forma a contribuir para uma melhor “qualidade de vida” da população pesquisada. Se profissional, deveria receber pelo trabalho realizado. Seriam os conteúdos psicológicos objeto natural na profissão do psicólogo? Seria o cientificismo acrítico

condição para a realização de pesquisas acadêmicas? Será que a condição de bolsista para o pesquisador de campo contribui para uma certa desqualificação profissional, à medida que o cliente direto não é quem solicitou a encomenda? Quem solicitou a encomenda?

Ao longo desta pesquisa, fui questionada várias vezes quanto ao que estava fazendo na escola, especialmente por pessoas com quem tive pouco contato. Estes questionavam: Você é estagiária? Você não trabalha, né? Em algumas reuniões de professores, nos intervalos para o café, pude ouvir queixas sobre o excesso de trabalho que levavam para casa e direcionavam a mim o seguinte argumento: você não trabalha, não deve ter ideia do excesso de trabalho a que somos submetidos. Questões relacionadas ao trabalho, ao emprego, ao pagamento. Ser designada à condição de estagiária, me colocaria na categoria, não só de aprendiz – fato que não me traz qualquer constrangimento - mas também de um certo voluntariado, o sujeito que trabalha sem remuneração, que, por sua vez, confundiria-se com os “amigos da escola” - pessoas que direcionam parte do seu tempo à ajudar o outro. Percebo que há lugares instituídos no espaço destinado à educação: o lugar do professor, da equipe técnica, da direção, do estagiário, do amigo da escola. A escola não pode ser um lugar de pesquisa? O reconhecimento profissional é aquele que é medido pelo índice de funcionários a receberem um valor líquido ao final do mês, mas aquele que recebe um valor líquido pago pelo estabelecimento responsável por aquela escola, neste caso a prefeitura municipal. Seria o trabalho de um estagiário algo inferiorizado ao trabalho profissional? Por que em alguns momentos pesquisa de campo e estágio se confundem? Seria o pesquisador na escola uma figura estranha? Ou seria a minha maneira de fazer pesquisa diferenciada dos moldes acadêmicos-científicos, causadora de tal estranheza? Estas questões me fizeram lembrar o seguinte trecho de Lourau (1993) em associação ao trecho seguinte de Rodrigues (1991). (Diário de campo, fevereiro de 2011).

Encomenda é um conceito operatório em socioanálise(...) A encomenda tem origem em demandas. Em uma socioanálise, por exemplo, há demandas individuais e dos grupos que compõem o grande grupo da intervenção em processo. Os responsáveis, as pessoas que têm

autoridade para requerer uma intervenção que, enfim, passam a encomenda (...). (LOURAU, 1993, P.31).

Nas palavras de Rodrigues (1991):

(...) PROFISSÃO PERMANENTEMENTE EM CRISE ou LUGAR DA DESPROFISSIONALIZAÇÃO IMINENTE. E isto nos mais variados âmbitos organizativos: da investigação, da prática, da formação. Uma ótica, um desafio, uma proposta. E não meramente um lugar, algumas técnicas ou um conjunto de termos teóricos. (p. 40, *grifos do autor*).

Quem teria realizado a *encomenda* neste trabalho de intervenção? Através de quais jogos de verdade o trabalho remunerado se tornara condição *sine qua non* do “verdadeiro trabalho”, processo essencial à realização humana? A que des (caminhos) nos levam uma pesquisa de campo, que possui como aposta metodológica a realização de uma intervenção, num espaço onde estamos a oferecer um trabalho, ao qual não fomos convocados? A não encomenda do trabalho de intervenção inviabilizaria esta aposta?

Interessante como os caminhos desta pesquisa nos permitem fazer um contorno sobre questões contemporâneas diversas, fazendo-nos deslocar de um ponto a outro, a partir das análises a que nos permitimos esboçar.

1. 7. A entrada na escola

Autorizada pela secretária municipal de educação, esta me encaminhou ao PAME³³ (Programa de Apoio Multidisciplinar Educacional) entendendo ser a minha pesquisa voltada para a equipe e não diretamente aos alunos. Este programa se propõe a prestar atendimento psicológico aos professores, entre outras atividades, como palestras realizadas nas escolas, que designam temas a serem abordados com os alunos e/ou professores. A equipe do PAME, ainda inicial, conta com um professor da rede, que ministra aulas de Ética e Cidadania, tendo sua formação em filosofia, e uma psicóloga, que atua na rede educacional do município há quase 30 anos. Em contato com esta pequena equipe, conversamos sobre a possibilidade de fazer uma

³³Segundo o site da Prefeitura Municipal de Barra Mansa (RJ) o PAME atua no apoio e atendimento aos profissionais de educação da rede municipal, disponibilizando aos mesmos, atividades que os auxiliem em seu contexto profissional e psicossocial. Disponível em: http://www.prefeituradebarramansa.com.br/pmbm/web/page/secretaria_educacao.asp. Acesso: 02/07/2010.

discussão ou análise da relação “saúde e educação e família”, colocando como cheguei a este caminho, sobre o trabalho inicial junto ao PSF.

A proposta foi realizar este trabalho numa escola do mesmo bairro onde iniciei a pesquisa junto ao PSF, mas não a mesma da qual falei inicialmente, entendendo a equipe do PAME ter esta outra escola maior necessidade. Falaram-me da dificuldade que encontraria em reunir professores/equipe pedagógica, já que uma ordem da Secretaria de Educação cancelou a reunião de planejamento pedagógico que cada escola realizava semanalmente, dispensando os alunos mais cedo. Com ou sem dificuldades, me propus a iniciar o trabalho junto a uma escola municipal localizada no bairro Vista Alegre, no município de Barra Mansa (RJ). Esta escola atua no ensino fundamental, com turmas do 4º ao 9º ano.

É interessante pensar como se avalia a proposta de inserção da psicologia em um campo de trabalho. Os índices continuam a apontar o lugar onde há a maior necessidade de inserção do psicólogo, definido a partir da noção de risco a que uma dada população estaria exposta. A justificativa dada pelos profissionais do PAME e da Secretaria de Educação do município trouxeram à tona o deslocamento de uma escola à outra caracterizando uma preocupação com os índices:

“Não é necessária a ida a esta escola, talvez seja melhor atuar na escola X, que também fica no bairro onde iniciou a pesquisa no PSF. Esta escola precisa muito mais do trabalho de um psicólogo porque lá temos muito mais problemas. Recebemos um número maior de queixas desta escola, desde problemas de disciplina, dificuldade de aprendizagem até professores afastados do trabalho por problemas emocionais. A escola que você propôs a realização do trabalho não precisa, lá só temos crianças pequenas, não temos problema de indisciplina, família desestruturada, violência... É mais fácil de lidar. Se quiser pode ficar nesta que propomos até porque é lá que precisamos de ajuda. Veja se é interessante para sua pesquisa”.

A sensação é de estar sendo convocada a atuar sobre os focos onde se encontram as situações de risco, lugar a ser trabalhado com a prevenção, utilizando como suporte a psicologia. Que psicologia é convocada a atuar? A psicologia convocada é aquela que pretende atuar na prevenção e que, através da vigilância, antecipa o surgimento de comportamentos indesejados,

onde a população torna-se alvo de estatísticas que apontam para os grupos considerados “de risco”.

Segundo Castel (1987) o modo de vigilância promovido por políticas preventivas é diferente das técnicas disciplinares tradicionais que foram analisadas por Foucault a partir do modelo do Panoptico de Bentham³⁴. O que aparece claro no desenrolar desta pesquisa são os discursos e práticas que preconizam uma preocupação não com indivíduos, mas com fatores e correlações estatísticas.

Quando se opera a estratégia de culpabilização e individualização de questões sociais adversas, perdemos de vista o conceito de coletividade:

“O coletivo, aqui, bem entendido, não pode ser reduzido a uma soma de indivíduos ou ao resultado de um contrato que os indivíduos fazem entre si. Coletivo diz respeito a este plano de produção, composto de elementos heteróclitos e que experimenta, todo o tempo, a diferenciação. Coletivo é multidão, composição potencialmente ilimitada de seres tomados na proliferação das forças. No plano de produção, plano coletivo das forças, lidamos com o que é de ninguém, ou, poderíamos dizer, com o que é da ordem do impessoal. No coletivo não há, portanto, propriedade particular, pessoalidades, nada que seja privado, já que todas as forças estão disponíveis para serem experimentadas.” (BARROS e PASSOS, 2004, p. 169)

1. 8. Os primeiros passos

O primeiro passo foi ir até a escola e conversar com a diretora sobre a pesquisa. Eis que percebo a decepção da mesma ao anunciar que o meu desejo estava pautado em trabalhar com a equipe e não com os alunos. O que se espera de um psicólogo na escola? Que ele venha resolver os problemas comportamentais dos alunos, essa psicologia ortopédica que chega para acalmar, tranquilizar, adestrar? Culpa da diretora que não conhece a Filosofia da Diferença, a genealogia de Foucault ou a Análise Institucional proposta por Lourau? De forma alguma. Culpa dos textos de pesquisa-intervenção que não apontam claramente *o como* devemos fazer no campo? Como

³⁴ Panóptico de Bentham é uma figura arquitetural composta por uma construção em anel, onde há uma torre central, uma divisão em celas, cada uma com duas janelas, uma que se abre apenas para a face interna do anel e outra para o exterior, permitindo que a luz atravesse a cela. Para o cumprimento da estratégia de disciplina, coloca-se um vigia na torre central, trancando nestas celas um louco, doente, condenado ou escolar. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. (FOUCAULT, 1987, p. 166).

produzir efeitos de diferenciação a partir desta pesquisa-intervenção? *O como* ao estilo receita pronta não se coloca neste âmbito. O que eu vou fazer com isso?

A partir do discurso da direção ficou claro que a demanda da Educação à psicologia era da realização de um trabalho clínico, de uma psicoterapia focal ou de um trabalho embasado na compreensão/interpretação das questões cotidianas que se colocam para a educação. Fez-se necessário, neste momento, junto à direção, questionar essa prática, apontando não ser esta a clínica que eu poderia oferecer, numa tentativa de criar um outro espaço para a psicologia na educação. Pequenos traços de desconstrução do saber *psi* clássico foram se engendrando nesse diálogo. Fui questionada quanto a minha formação acadêmica (clínica) e por que não lançar mão desta. Que eu havia aprendido, em meus anos de graduação, maneiras de reconhecer, identificar a tratar problemas ditos psicológicos? Sim, foi necessário responder. Mas também mostrar que poderia ir até a escola, aplicar meus conhecimentos durante o período da pesquisa e depois, ir embora. Faria um trabalho sem ressonâncias? Desta forma, contribuiria para a afirmação da necessidade de um psicólogo na escola, que aplicaria o seu saber neste estabelecimento de forma a individualizar ou particularizar os “problemas vistos como referidos à família”, especialmente porque os professores, pedagogos e outros profissionais que atuam na educação, pelo fato de não serem “especialistas *psi*” não saberiam como lidar com essas questões. Mas, principalmente, contribuiria para a naturalização deste lugar “destinado” à psicologia. Estava ali por uma aposta metodológica: que este trabalho de pesquisa-intervenção fosse capaz de produzir efeitos de diferenciação e por isso, ressonâncias, ainda que da minha saída de cena após a conclusão desta dissertação.

Que saber *psi* produziríamos ali naquele espaço? Não estava ali a partir de um saber que viesse para compreender (os problemas que a escola enfrenta com a família, com a indisciplina, com os *problemas da alma*³⁵ que se justificam de tais ou quais formas), mas que pudesse *cortar*, produzir uma fissura neste modo de funcionamento, à lembrança da genealogia de Foucault (1979). Produzir um corte, inicialmente, no espaço interpretativo, focal e breve já naturalizado por um ou outro possível na psicologia. Trabalhar com uma clínica focal é possível? Sim. Fazer

³⁵ *Problemas da alma* é um termo utilizado por um dos profissionais da educação da escola onde realizei a pesquisa. Opto por ressaltar na escrita, não para identificar que a mesma atua de forma a culpabilizar pessoas, individualizar processos, mas para pensar este termo em seus vários atravessamentos.

uso da interpretação para falar em nome do outro? Também. Mas a ideia era criar outras possibilidades.

Negar a existência dessas forças que apontam e identificam qual o lugar da psicologia na escola, como sendo este mais um espaço de normalização, seria uma forma de política – individualizante - deste processo. Dizer que se trata de um problema de algumas teorias dentro da psicologia, é cair nessa mesma lógica. Lógica esta de culpabilização e conscientização de qual deve ser o “papal” da psicologia junto à educação. Colocar em pauta que forças engendraram o “papal” da psicologia na Educação no contemporâneo, me pareceu um possível.

Considerando que, o pedido de acolhimento aos alunos era também um pedido de ajuda, fez-se necessário criar outros modos de operar essa demanda, reconhecendo as várias forças ali presentes. Principalmente forças hegemônicas que reproduzem um modo de pensar as intervenções *psi* em um contexto.

1. 9. Apoio pedagógico e psicologia: um diálogo possível?

Diante de um encontro marcado com a equipe pedagógica, qual possível extrair desse encontro? Enquanto aguardava que os profissionais se desocupassem para a reunião, a direção me convocou a escutar uma história:

Há algum tempo nós tivemos um problema com uma aluna do 5º ano, Alice. Uma caneta sumiu em sala de aula e após algumas atitudes, como pedir para todos olharem na mochila para ver se não se confundiram e guardaram a caneta da colega, encontramos a caneta na mochila de Alice, que afirmava ser dela o material. Guardamos a caneta e convidamos a mãe de Alice para vir à escola. Perguntamos sobre a caneta e a mãe afirmou que era sim da filha.

Há alguns dias, sumiu um MP4 de Clara, uma colega da mesma turma de Alice³⁶. Não foi possível verificar cada mochila neste dia e a turma foi para casa. A criança que perdera o MP4 procurou a direção junto com a mãe no dia seguinte, solicitando que algo fosse feito para encontrarem o objeto, ainda em via de ser pago em prestações. A atitude tomada no momento foi ir até a sala de aula onde

³⁶ Os nomes citados são fictícios, mais do que para preservar a “identidade” dos mesmos, mas para tornar a história impessoal.

aconteceu este fato e solicitar aos alunos que procurassem o MP4, conscientizando-os de que “Deus” havia visto o que acontecera, independente de as pessoas em sala de aula não terem percebido. Neste momento, Alice se levanta e pede para ir ao banheiro.

Uma professora da turma do 6º ano identifica um MP4 em outra sala de aula e o guarda, já que não é autorizado seu uso, este seria devolvido ao final da aula. Este MP4 estava com Fernanda, irmã de Alice. A direção decide não devolver o MP4 à Fernanda. Chama Clara para conversar e solicita que traga a caixa do MP4 (a fim de verificar se se tratava do aparelho que se encontrava com Fernanda). No dia seguinte a criança traz a caixa, que identifica o MP4 de Fernanda como da mesma marca/qualidade. Convida a mãe de Alice e Fernanda para falar sobre o ocorrido, mas ela insiste que o MP4 é da filha. Após contar-me esta pequena história, a diretora me questiona da seguinte maneira:

“A mãe apoia e encobre os erros das filhas. O que nós podemos fazer? Vejo aqui algo que foge ao saber da escola, envolve um problema da alma, da família. Tem alguma patologia nessa família? O que você acha disso, o que deveríamos fazer com/por essa família?” (Diário de campo, maio de 2010).

Entendi essa demanda como direcionada à saúde, no sentido de que este discurso aponta para uma patologia grupal-familiar, que deveria ser tratada, pensei: que potência extrair desta relação Família, Educação e Saúde, através dessa pequena história?

Quando a direção aguardava minha resposta entram em sala as orientadoras educacional e pedagógica que esperávamos. Após minha apresentação, retomo esta pequena história, para ouvi-las sobre o que pensam de alguns pontos que ressalto (“*problemas da alma*”, família, educação). Propus que esquecêssemos os nomes das crianças/famílias envolvidas, para que tornássemos a questão impessoal, coletiva. Propus também a possibilidade de construirmos um saber juntos, deixando um pouco de lado os limites das nossas formações. Falamos sobre a escola delegar a outras instituições o cuidado com seus alunos, daquilo que “foge” aos seus conhecimentos, colocando em análise as especialidades que no contemporâneo se aproximaram da Educação e o que se produziu com isso: especialmente sobre uma aliança entre os especialismos e o Estado.

A partir daí surgiram propostas que vão desde como pensar a família no contemporâneo, sua relação com a escola e a intervenção do Conselho Tutelar³⁷ no âmbito da família e Educação, até a interferência da mídia – especialmente da novela “Malhação” da Rede Globo – no comportamento das crianças. Nesse diálogo percebo que o Conselho Tutelar é visto com algo que impede a autoridade que outrora pertencia à educação, de castigo e tutela sobre as crianças.

Antes era possível castigar os alunos pela indisciplina, conferir as mochilas, caso algo sumisse, atualmente o Conselho Tutelar, para proteger, nos retirou a autoridade e não somente da escola, mas da família, que se encontra na mesma situação, neste sentido. (Diário de campo, maio de 2010).

A queixa que se apresenta reclama por um lugar de similaridade ao tribunal, lamentando de forma saudosista o fato de não ser mais possível punir os alunos como outrora. A relação entre escola e Conselho Tutelar assume uma perspectiva mais que normativa, o que poderíamos definir como sendo judicializante, uma vez que pretende atuar de forma a definir condutas para crianças e famílias. “Não é muito difícil encontrarmos certo saudosismo em relação às escolas de meados do nosso século quer em relação à formação moral, quer à qualidade do ensino de conteúdos, onde a indisciplina não era alvo de grandes preocupações”. (Rocha, 2001, p.215).

Será essa a função da escola? Para aprender é preciso castigar? Será preciso estabelecer uma verdade para que se esteja educando? Seria a verdade tão importante no contexto escolar ou neste contexto se reproduz um pequeno tribunal?

³⁷ O Conselho Tutelar foi criado a partir da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os Conselhos Tutelares (Cts) são órgãos municipais, compostos por cinco membros, estes eleitos pela comunidade. Desta forma, os CTs atuam de forma a atender crianças e adolescentes que tiveram seus direitos ameaçados ou violados por ação ou omissão da família, do Estado ou da sociedade em geral ou até mesmo em razão da conduta do próprio jovem. Fonte: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/33/1990/8069.htm>> Acesso em: 30/07/2011. Para Coimbra e Ayres (2010) foi a partir da Constituição Federal de 1988 que se deu o início de uma tentativa de Estado em garantir os direitos fundamentais de respeito e dignidade à pessoa humana, o que se estendeu ao debate acerca da criança e do adolescente como sujeitos de direitos. Por um lado, o ECA surgiu como uma resposta sócio-política que acompanhou as premissas da Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959 e à Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, de 1989. Por outro lado, a substituição do Código de Menores pela Doutrina da Proteção Integral, promovida pelo ECA, permitiu a afirmação, pelo menos em documento, de que deveriam ser redirecionadas as políticas de assistência e proteção ao público infante-juvenil, o que possibilitou também a substituição do termo ‘menor’ por crianças e adolescentes. No entanto, podemos perceber que com a criação dos CTs, configurou-se uma lógica de funcionamento estatal que possibilitou a ramificação jurídica, ou a duplicação dos juizados, possibilitando aos conselheiros se tornarem instrumentos da justiça.

Os discursos e seus atravessamentos se colocam como a fúria de um furacão, num falar incessante que aponta para o lugar de produção de angústia que o Conselho Tutelar afirma: dispositivo que produz controle, ameaça e vigilância!!!

Eis que nesse falar incessante me propõem a seguinte questão: *“Como deixar de lado o limite de nossas formações? Há limites que são jurídicos, não posso revistar a bolsa dos alunos, não posso dizer que fulano furtou algo de alguém. Ou posso responder a isso juridicamente”*. (Diário de campo, maio de 2010).

Percebi que não estava ali para mudar a maneira como a escola vê o aluno ou todas essas instituições que se colocam nos discursos: família, justiça, educação, saúde, castigo... Desejar que o professor tivesse um outro olhar sobre essas instituições, um olhar sócio-histórico, coletivo, era um possível, não o suficiente. Mas, como mudar a produção desses olhares na relação com o apoio pedagógico, estabelecendo um processo de criação de outros sentidos? Como afetá-los no que sei que pensam e sentem permitindo trazer à baila o que eu estou pensando e sentindo a partir do que eles dizem e pensam?

Deslocar as engrenagens desses discursos de aprisionamento da vida. Colocar em pauta a escola como tendo data de nascimento, assim como nós. E que lugares foram produzidos a partir daí. Instituição que surgiu, de certa forma, para apontar “aqueles que sabem” (professores, educadores) e “aqueles que não sabem” e por isso deveriam aprender (os alunos). Qual é o contexto em que “nasce” a escola, instituição obrigatória, desde 1971³⁸ no Brasil?

Desnaturalizar a própria instituição escola e pensá-la dentro de um contexto histórico. Pensar a história, não aquela em busca de uma linearidade que aponta para o progresso da humanidade, mas a história que corta, que vem rachar as certezas de um mundo naturalizado, onde prevalece a noção de essência do sujeito, de família ou de educação. Não estamos em busca de origens para dar diligência ao bom funcionamento da escola, mas pegar “as coisas onde elas crescem, pelo meio: rachar as coisas, rachar as palavras. Não buscaríamos o eterno, ainda que fosse a eternidade do tempo, mas a formação do novo, a emergência ou o que Foucault chamou de ‘a atualidade’”. (DELEUZE, 1992, p. 109).

³⁸ Segundo informações do site do Ministério da Educação (MEC), em 1971, o ensino passou a ser obrigatório para crianças de 7 à 14 anos. Atualmente, a obrigatoriedade se estende dos 6 aos 14 anos, o que foi definido a partir de 2008, com reformulações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996). Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf> // Acesso em: 22/05/2010.

Neste sentido, fazemos uso da história genealógica, considerando que esta não está exclusivamente relacionada ao passado, mas seria esta uma genealogia do presente ou uma genealogia de nós mesmos.

Desenrolar a linha histórica da instituição família e sua relação com as instituições de saúde e educação, nos possibilitou o acesso a uma genealogia de nós mesmos, daquilo que em nós se tornou naturalizado, nas nossas formas de agir, sentir e pensar a família. Nos permitiu jogar alguma luz sobre nossa atualidade. Dar visibilidade aos processos históricos que engendraram um modelo de ser família. Para isso...

“É preciso pegar as coisas para extrair delas as visibilidades. E a visibilidade de uma época é o regime de luz, e as cintilações, os reflexos, os clarões que se produzem no contato da luz com as coisas. Do mesmo modo é preciso rachar as palavras ou as frases para delas extrair os enunciados. E o enunciável numa época é o regime da linguagem, e as variações inerentes pelas quais ele não cessa de passar, saltando de um sistema homogêneo a outro...” (DELEUZE, 1992, p. 120).

Apostaríamos aqui numa pesquisa pautada numa espécie de empreendimento que desassujeitasse os saberes históricos para torná-los livres, capazes de luta e oposição contra o discurso unitário, formal e hegemônico, isto é, contra os efeitos de poder que são próprios de um discurso considerado científico e por isso, verdadeiro. É aqui que travamos o nosso combate.

Capítulo II: Capilarização 1: Saúde: as práticas higiênicas nos (des)caminhos das famílias

“Esquemáticamente falando, eu diria que, assim como se fabrica leite em forma de leite condensado, com todas as moléculas que lhe são próprias, injeta-se representação nas mães, nas crianças, como parte do processo de produção subjetiva. Muitos pais, mães, Édipos e triangulações são requeridos para recompor uma estrutura de família restrita (...)” Guattari e Rolnik in Micropolítica: cartografias do desejo.

Como a história pode nos fazer estranhar o nosso presente? Neste capítulo recorro à história para marcar, trazer à baila as linhas de força que foram constituindo um modelo de família vigente. Fragmentos de história como um método para pensar as modulações contemporâneas acerca das famílias. Histórias entrelaçadas, de acontecimentos no campo. Histórias entrecruzadas de estratégias longínquas de gestão das famílias. Longínquas, mas atualizadas em nossas práticas de controle dos modos-de-ser-família. Histórias que relacionam saúde e educação. Que convidam especialistas a dar seu parecer. Histórias de mães, mulheres, cuidadoras, responsáveis pela manutenção do “lar doce lar”. Histórias de adjetivos dirigidos às famílias. Adjetivos históricos que reproduzem lógicas binárias, formas que fixam a atenção nas extremidades: relação professor-aluno, médico-paciente, família estruturada X desestruturada.

Apostamos então, na utilização das ferramentas da pesquisa genealógica, nos questionando sobre a forma como chegamos a ser o que somos e a pensar como pensamos. Caminho este feito por Foucault ao longo de sua escrita/pesquisa. Os rastros historiográficos que buscamos neste capítulo nos servirão à história da atualidade, para entendermos os processos que tornaram possíveis a constituição de um modelo hegemônico de família.

Este capítulo então, nos convida à ontologia histórica do presente, tal como proposto por Foucault, onde as análises se destinam a pensar a atualidade a partir de um olhar histórico. A

história aqui entendida não como um retorno ao tempo para entender a continuidade dos fatos esquecidos. Uma história que não pretende assemelhar-se à evolução da espécie, ao destino dos povos, nem se preocupa em encontrar sentidos, causas e essências para a existência humana. “As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. Elas não se manifestam como formas sucessivas de uma intenção primordial; como também não têm o aspecto de um resultado”. (Foucault, 1979, p.28).

Para a genealogia é preciso recorrer à imensa variedade de práticas, seus métodos e intencionalidades, bem como a maneira como se articula a relação sujeito e objeto de conhecimento.

A genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento; sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo, depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso uma forma delineada desde o início (...) ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios(...) os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente. (FOUCAULT, 1979, p.21).

É com estes conceitos que pretendemos focar o presente capítulo, analisando as injunções atuais que aparecem no campo de pesquisa de forma a relacionar a arena de práticas que ora encontramos – formas atuais de capilarização do saber-poder sobre a família – com práticas de outrora, através de um breve percurso histórico, no qual faremos uso de alguns livros antigos dirigidos às famílias. Livros que pretendiam transmitir uma idéia de cuidado que doravante seriam transformados em imprescindíveis às mesmas. A literatura de orientação das famílias que utilizamos neste capítulo nos serviu também como analisadoras neste processo de pesquisar. Fazem parte do período em que estive presente no PSF, aonde a experiência no campo conduziu a busca por encontros com a história. Esta nos serviu também como ferramenta de desnaturalização das práticas cotidianas na escola e no PSF. Ferramentas utilizadas nos encontros de restituição³⁹⁴⁰.

³⁹A restituição da pesquisa se deu em dois momentos. Uma junto à equipe do PSF, que falaremos adiante, neste mesmo capítulo. A outra junto aos profissionais da educação na escola onde realizamos a pesquisa, da qual falaremos no terceiro capítulo. Nos dois encontros de restituição da pesquisa os livros antigos que utilizamos neste capítulo serviram como ferramentas de análise das situações vivenciadas no campo.

Desta forma, a proposta se afasta do cientificismo clássico, buscando não se limitar a encontrar soluções para os problemas dados desde sempre. Neste caso, retomamos o conceito foucaultiano de ontologia do presente, como uma forma de transpor os limites da ciência moderna, que exclui o tempo inventivo de seu campo de investigação. Colocamos em questão o que está instituído, desnaturalizando a realidade pesquisada.

Faremos uso do conceito foucaultiano de biopolítica – que designa a lógica das técnicas de gestão da vida – o evocando a este trabalho de análise alguns regimes e práticas de verdade no contemporâneo, dispositivos de saber-poder atuais que põe em funcionamento a demarcação entre o verdadeiro e o falso. Refiro-me ao governo da vida, mascarado na produção de verdades, que atuam na maneira como os seres humanos governam-se, dirigem-se, conduzem-se. A si e aos outros.

Um trabalho de análise, não para descobrir o que está por trás – acerca das questões contemporâneas sobre a família – mas para provocar, causando um estranhamento naquilo que é tido como natural ou evidente. Para a análise, considero os embates presentes no campo, no qual o pesquisar desenhou uma nova pesquisa. Os embates no campo me levaram a tomar este percurso a partir dos caminhos que este me fora indicando, reconhecendo nele o seu caráter interventivo, característico de toda pesquisa, na qual me confundo ao sujeito e ao objeto, fazendo uso das ferramentas metodológicas da história genealógica, que não receia revelar o lugar de onde se fala, para uma ontologia crítica de nós mesmos. Nas palavras de Foucault (2000):

É preciso considerar a ontologia crítica de nós mesmos não certamente como uma teoria, uma doutrina, nem mesmo como um corpo permanente de saber que se acumula; é preciso concebê-la como uma atitude, um êthos, uma via filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem. (p. 351).

A partir desta direção filosófica que a presente pesquisa pretende se lançar, na qual a ciência se liga à experiência com o intuito de ir além do campo da experimentação científica, as análises não pretendem fixar-se em um modelo único, mas a partir de uma crítica que:

[...] vai se exercer não mais na pesquisa das estruturas formais que têm valor universal, mas como pesquisa histórica através dos acontecimentos que nos levaram a nos constituir e a nos reconhecer como sujeitos do que fazemos, pensamos, dizemos. Nesse sentido, essa crítica não é transcendental e não tem por finalidade tornar possível uma metafísica: ela é genealógica em sua finalidade e arqueológica em seu método. Arqueológica – e não transcendental – no sentido de

⁴⁰O conceito de restituição será trabalhado adiante

que ela não procurará depreender as estruturas universais de qualquer conhecimento ou de qualquer ação moral possível: mas tratar tanto os discursos que o articulam o que pensamos, dizemos e fazemos como os acontecimentos históricos. E essa crítica será genealógica no sentido de que ela não deduzirá da forma do que somos o que para nós é impossível fazer ou conhecer; mas ela deduzirá da contingência que nos fez o que somos a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos. (FOUCAULT, 2000, p. 347-348).

Um trabalho realizado nos limites de nós mesmos, que não se pretende global, uma vez que reconhece seu caráter parcial e local, onde algumas histórias de livros antigos se misturam a outras histórias em “tempo real”. Histórias dos encontros com profissionais de saúde e educação. Histórias de meus encontros com a História: da maternidade, da filiação, da família. Histórias da psicologia, da formação profissional. Histórias de um modo de fazer pesquisa.

Tratar-se-ia de uma pesquisa genealógica à maneira como fora empreendida por Foucault? Não. Tratar-se-ia de utilizarmos o pensamento genealógico como ferramenta pra pensarmos “como chegamos a ser o que somos e a pensar como pensamos?”. Neste caso, retomamos o conceito de história do presente, em *Vigiar em punir*, onde Foucault (1987) analisa, a partir do modelo da prisão, não uma transformação progressiva deste modelo, mas uma forma de relação que se estabeleceu no mundo, uma maneira de se articular dispositivos de saber-poder, que tem como exemplo o estabelecimento de relações no sistema prisional. A história da prisão como forma de entender as objetivações atuais. Nas palavras do autor:

É desta prisão, com todos os investimentos políticos do corpo que ela reúne em sua arquitetura fechada que eu gostaria de fazer história. Por puro anacronismo? Não, se entendermos com isso fazer a história do passado nos termos do presente. Sim, se entendermos com isso fazer a história do presente. (FOUCAULT, 1987, p.29)

A proposta é de um encontro entre as questões que surgiram a partir do campo de pesquisa, que suscitaram análise das práticas, de forma a considerar o campo sócio-histórico que possibilitou sua emergência. Não somente por conta dos conceitos da genealogia, ferramentas para esta pesquisa, mas também por uma aposta política alçada no paradigma da análise institucional, a saber, de levar em consideração que a institucionalização de certas práticas “designa um processo que se desdobra no tempo e só é perfeitamente compreensível mediante a reconstituição de seu desenvolvimento diacrônico. A ideia de institucionalização, portanto, implica raciocinar em termos de duração, temporalidade e historicidade”. (Savoye, 2007, p. 181).

Isto quer dizer que a análise dos processos de institucionalização de práticas e discursos sobre as famílias supõe uma referência a sua história. Neste caso, reunimos as condições de emergência de um saber acerca das famílias a partir de uma perspectiva histórico-diacrônica, mas também de uma perspectiva da história imediata, aquela que emergiu no campo. Um ponto inicial de discussão possibilitou dar diligência a uma aposta metodológica, a saber: como nos constituímos – profissionais atuantes no campo da saúde – como sujeitos de um saber acerca da família?

A gestão dos riscos é tomada como tema central de articulação das estratégias estatais de segurança em um dado território, o que conduz a um certo governo das famílias. Estratégias de controle sobre os modos de ser, pensar e agir que outrora se ligava a dispositivos de orientação por via de escritos bibliográficos direcionados principalmente às mães, então naturalizadas como melhores cuidadoras para os filhos. Hoje percebemos velhas e novas estratégias que asseguram tal projeto biopolítico num viés que se dirige não mais às mães, desvencilhando-se das recomendações individualizadas. Mas a quem se dirigem essas recomendações hoje?

Pude notar que muitas das recomendações outrora dirigidas às mães, atualmente encontram-se direcionadas não somente às famílias, mas principalmente aos técnicos, especialistas que atuam de forma direta com as mesmas. Antes, havia uma relação individualizada desses canais de orientação comportamental, que atualmente não possuem um único ponto de disseminação. A propagação das ideias higienistas encontra-se presente nos mais variados suportes de reatualização das práticas tutelares. Estão presentes na literatura⁴¹, mas também nos cursos de capacitação⁴² dos profissionais de saúde, nos programas de televisão. Consideramos aqui o papel da mídia, não a partir dos padrões de manipulação da opinião pública, mas além disso, como uma forma de relação com o mundo, produzida a partir de uma maquinaria. Algumas imagens televisivas nos fazem perceber apostas higienistas de outrora: são programas de TV que indicam por meio de profissionais entendidos como qualificados para discursar e orientar as famílias sobre como educar os filhos, por exemplo, como é o caso do programa Super Nanny,

⁴¹Na literatura podemos pensar, por exemplo, o *boom* dos livros de auto-ajuda, espaço onde cresce o número de profissionais da área médica, psicológica e pedagógica que orientam pais, professores etc., sobre maneiras de educar ou se relacionar em família, no trabalho, nas situações afetivas etc.

⁴²Os profissionais atuantes nos PSF, por exemplo, recebem curso de capacitação sobre os temas abordados pelo programa, como amamentação; planejamento familiar; trabalho com grupos; problemas de saúde relacionados à hipertensão arterial, diabetes; projeto de vacinação etc.

exibido pelo canal de televisão conhecido como SBT (Sistema Brasileiro de Televisão). (Diário de campo, julho de 2011.).

2. 1. A ordenha⁴³ pública como um analisador histórico.

A amamentação como forma de assimilar o aleitamento à maternidade. Como forma de produzir um modelo hegemônico de maternagem. A ordenha pública como forma de publicizar um conhecimento, aperfeiçoá-lo, capacitar especialistas. Escolhemos a cena da ordenha pública para pensarmos a mulher, a maternidade, a paternidade, o especialista, a saúde, a educação. E tantas outras instituições que atravessam nosso campo de pesquisa.

Uma das propostas de atuação dos PSF's é o incentivo ao aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade do bebê, quando deverão ser introduzidos outros alimentos, embora devendo ser mantido o aleitamento até os dois anos ou mais. Na condução das mães que encontram-se em fase de amamentação, o PSF onde iniciei a pesquisa optou pela realização de encontros com tais mulheres, onde é feito um trabalho de orientação.

Estive presente em um desses encontros, em que compareceram aproximadamente 30 mães, além de profissionais do PSF onde iniciei a pesquisa, profissionais de um outro PSF e também profissionais do hospital-maternidade do município de Barra Mansa, de forma que alguns destes profissionais estavam ali também para uma espécie de “capacitação” para o trabalho de orientação de mães e gestantes. Os profissionais se apresentaram, depois as mães, que apresentaram seus filhos, dizendo quantos meses eles tinham e se até aquele momento estavam com aleitamento exclusivo, informação solicitada pela equipe técnica do PSF. As mães com seus respectivos bebês afirmaram a amamentação exclusiva, exceto aquelas em que o filho já estava acima dos seis meses e faziam uso de outros alimentos.

Foi feita a ordenha em uma das mães que se disponibilizou a ser voluntária. O objetivo era a orientação sobre como armazenar o leite, caso houvesse a necessidade de estar longe do bebê, por motivo de trabalho, por exemplo. Neste encontro as mães foram orientadas à condução do processo higiênico tanto da amamentação quanto da ordenha e armazenamento do leite materno, bem como dos benefícios à mãe e ao bebê.

⁴³O termo ordenha é utilizado pelos profissionais atuantes no PSF, refere-se á retirada do leite materno por sucção manual.

Algumas mães ao longo do diálogo afirmaram um certo incômodo, seja com o cheiro do leite que permanecia em seu corpo, a preocupação com a firmeza dos seios ou com o fato de não conseguirem dormir e descansar quando a criança parece não sentir-se suficientemente satisfeita com o leite materno e mencionam outras formas de alimentação do bebê. Esses discursos foram imediatamente silenciados, quando se afirmou - a qualquer custo - que a amamentação seria o melhor em amplos sentidos. E estas mães se calaram.

Nesta prática de pesquisa pude experimentar a angústia de calar-me diante desse incômodo produzido ali naquele encontro. Como apresentar as formas de capilarização do controle estatal sobre as famílias? Naquele momento não me senti em condições de realizar qualquer tipo de intervenção ou fazer uso de um dispositivo que viesse deslocar, causar ruptura naquilo que é visto como natural ou inerente à condição feminina, que é a amamentação. Senti como se qualquer palavra que pudesse utilizar para colocar em análise o tema da amamentação pudesse ferir duramente a crença que aquelas pessoas tinham – tanto os profissionais quanto as mães – nas diretrizes do SUS, como sendo o melhor para as suas vidas e de seus bebês. (Diário de campo, maio de 2010).

É melhor para você! – a bandeira levantada pelo Ministério da Saúde, me fez lembrar algumas palavras de Deleuze (1992, p.111) sobre a “indignidade de falar pelos outros”, a partir de um lugar de saber/poder que delimita e controla as formas-mãe de pensar, sentir e agir. Ao mesmo tempo em que coloca para aquelas que “falhare” no percurso da amamentação a culpabilização pela falta de cuidados “adequados” aos seus filhos.

Tal prática, além de afirmar e sustentar um modelo hegemônico de ser mãe, naturaliza os cuidados maternos como intrínsecos à condição feminina, numa lógica que coloca a paternidade no lugar de coadjuvante. A identidade-maternidade se tornou na contemporaneidade uma forma de aprisionamento da vida. Identificar-se a este modelo é algo que poderia servir até o momento em que os sujeitos-maternos pudessem romper com essa lógica, criando outras formas de relação mãe-filho, independente do tempo cronológico no qual encontra-se pautado o Ministério da Saúde.

Como não dar voz a uma mãe que ressaltou neste encontro a preocupação com as mudanças no corpo relacionadas à amamentação:

Vou amamentar meu filho, cuidar dele neste momento, mais tarde quando isso passar eu coloco um silicone e assim resolve-se tudo. (Fala de uma das mães durante o encontro).

Essas mães que, atravessadas e sobreimplicadas pela/com a maternidade, mas também pelo excesso de *informação* que deflagra a busca pelo corpo feminino perfeito, não poderiam deixar de sofrer uma pressão pela produção: produzir maternidade-aleitamento e responder às exigências do mundo contemporâneo de corpos magros, rígidos, fortes, perfeitos. Além disso, a mãe que se dedica à maternidade-aleitamento, e que precisa amamentar seu filho a cada duas horas – inclusive no período noturno – precisa também vivenciar seu papel de mulher-esposamante, uma vez que o discurso contemporâneo instituiu que “sexo é vida”, disseminando a ideia de responsabilidade do casal – leia-se da mulher – em não permitir que o casamento/relacionamento caia na rotina. Neste caso, o discurso corrente delimitou que é preciso criar, inventar e refazer a relação a cada dia. A mulher - superpoderosa – que desde o final do século XIX, no Brasil, é a maior aliada da medicina na produção de um saber/poder sobre as famílias é também alvo das atuais políticas públicas de controle sobre as mesmas.

A impossibilidade de ter voz e produzir outros agenciamentos que pudessem romper com a lógica da maternidade-aleitamento inventando outra relação mãe-filho nos conduziu à escrita deste capítulo, entendendo que pensar também é intervir. É desta forma que destaco alguns pontos de articulação entre o campo de intervenção e a intervenção que este campo causou em mim, pesquisadora, ora sujeito ora objeto da pesquisa. Foi desta forma que saí em busca de encontros com a História, encontros que tornassem possíveis colocar para fora o silêncio a que me conduziu a “ordenha pública”. Encontros com a história, com Foucault, com os limites da minha formação. Num ponto onde se produziram novos agenciamentos, no limiar da Psicologia, quando pude questionar: que forças produziram o modelo hegemônico de sujeitos maternos, de famílias estruturadas? Como algumas intervenções estatais atuaram no governo das populações? Que estratégias foram utilizadas no meio intra-familiar, desde o final do século XIX, no Brasil, como políticas de gestão das famílias? Como estas estratégias se atualizam no contemporâneo?(Diário de campo, fevereiro de 2011).

Desta forma fui em busca de uma literatura específica que pudesse me fazer compreender que a lógica de funcionamento dos programas de saúde da família não era algo pertencente aos profissionais que nela atuavam. Diziam respeito a uma lógica de funcionamento social produtora de modelos hegemônicos, não só de famílias, mas também de especialistas, que muitas vezes acreditavam que as orientações realizadas eram o melhor para as pessoas ou comunidades assistidas, de tal forma a tornar estas práticas naturalizadas.

2. 2. Identidade-maternidade-aleitamento

Sabemos, a partir de Foucault, que algumas formas de subjetivação foram empreendidas para a emergência da família, sendo esta fruto, produto e efeito das práticas *psi*, médicas e pedagógicas. A capilarização de estratégias de controle dos corpos-maternos que dirige o modo-de-ser-mãe contemporâneo, através do discurso hegemônico de amamentação, remonta a um período onde o discurso médico-psicológico fora fundamental para a construção desta lógica de família saudável, funcional, estruturada.

Como se deu, então, o processo de normalização da família? Como se articula tal processo? Para Foucault (2008) a normalização disciplinar consiste em colocar um modelo em função de um resultado que se espera alcançar. A operacionalização deste processo disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, seus gestos e atos em conformidade com o modelo. O que se produz, conseqüentemente, são pessoas capazes ou não de se adequarem à norma. “Em outros termos, o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, é a norma”. (Foucault, 2008, p. 75). Seria a família estruturada “um modelo ótimo (...) construído em função de certo resultado (p.75)?”

Sendo assim, o que se espera alcançar com a proposta de aleitamento materno? O que resta às mães que não proporcionarem aos seus filhos a amamentação? Que fatores estatísticos aí estão sendo correlacionados e associados a algum ponto onde se definem estratégias para a prevenção dos riscos? Que outros modos-de-ser-mãe podem ser produzidos à revelia da tutela estatal? O que qualifica a equipe técnica dos PSF's a desempenharem o papel de mediadores da população? O que há em sua prática que a autoriza a intervir sobre fatores relativos à vida familiar?

Para Castel (1987):

As novas estratégias médico-psicológicas e sociais se pretendem sobretudo preventivas, e a prevenção moderna se quer, antes de tudo, rastreadora dos riscos. Um risco não resulta da presença de um perigo preciso, trazido por uma pessoa ou um grupo de indivíduos, mas na colocação em relação de dados gerais impessoais ou fatores (de riscos) que tornam mais ou menos provável o aparecimento de comportamentos indesejáveis (...) ter nascido, por exemplo, de mãe solteira que é também empregada doméstica (ou sem profissão, estrangeira, estudante, assalariada agrícola...), menor de dezessete anos (ou mais de quarenta), tendo tido um número de gravidezes superior às taxas médias segundo a idade, etc. A presença de tais fatores basta para desencadear um assinalamento automático, em virtude do axioma de que uma “mãe de riscos” engendra, ou cria, filhos de riscos. (p. 125).

Que forças estavam presentes na “ordenha pública”? Forças capazes de produzir silenciamento, tutela, controle dos riscos, dados estatísticos. O que significa para a equipe atuante nos PSF’s ser considerada amiga da amamentação?

O programa do governo federal que titulariza algumas instituições como amiga da amamentação, não fornece aos profissionais nenhum tipo de gratificação financeira, no entanto, produz uma certa visibilidade, ao afirmar a existência de uma equipe que se destaca pelo apoio à amamentação. Desta forma, não são todas as unidades que recebem esse “título”. O hospital municipal do município onde atuei não é considerado “amigo da amamentação”, por não estar adequado aos dados estatísticos que o mesmo exige. Para adquirir esse título far-se-ia necessário que o número de mães que realizam o parto neste hospital conseguissem alimentar seus filhos com a amamentação exclusiva, do período em que nascem os bebês até o período em que recebem alta hospitalar. Há crianças que nascem e as mães não obtêm o sucesso em amamentar e, desta forma, entende-se que o hospital municipal não está tendo suporte técnico para orientar essas mães, visto que as estatísticas apontam que o hospital está necessitando do uso de outras formas de aleitamento para os recém-chegados. Já o PSF onde atuei é considerado “amigo da amamentação”, porque conseguiu preencher todos os requisitos definidos pelo Ministério da Saúde. Por este motivo é tido como referência municipal, responsável por capacitar outros profissionais.

No entanto, não se trata de um título permanente. O projeto de fiscalização estende-se não só ao número de mães que amamentam seus filhos, mas também aos números anuais de mães-

amamentadoras que o PSF consegue angariar todos os anos. Assim, é feita uma fiscalização a cada três anos pelo Ministério da Saúde, aonde uma equipe técnica vai até a comunidade em que se situa o PSF e, a partir do cadastro de famílias com bebês, verifica se as mães estão amamentando – visitam as famílias e estabelecem um diálogo de investigação. Meses antes desta fiscalização – que segundo informações do estabelecimento, acontece no mês de setembro - o PSF realiza um trabalho de conscientização das mães. Conscientiza-se as mães do dever de amamentar e os profissionais a tarefa de fazer cumprir a *ordem do discurso*⁴⁴.

E já que falamos em estatísticas, estes dados nos fizeram lembrar as palavras de Castel (1991) em um artigo intitulado “Da periculosidade ao risco⁴⁵”, onde o autor afirma que as novas tecnologias preventivas dirigem não indivíduos, mas fatores, correlações estatísticas de elementos heterogêneos. Há uma desconstrução do sujeito concreto de intervenção e uma reconstrução, a partir de uma combinação de fatores, considerados responsáveis pela produção do risco. O objetivo principal não é confrontar uma situação perigosa concreta, mas antecipar todas as formas possíveis de irrupção do perigo. A prevenção como forma de promoção de uma certa classificação científica pautada em cálculos e probabilidades. O “indivíduo suspeito” é condição para que possam ser construídos no campo social os sintomas de periculosidade ou anormalidades, tornando possível a afirmação das características de risco. Desta forma constroem-se políticas preventivas - programa de amamentação, planejamento familiar ou até mesmo a indicação da necessidade de um psicólogo na escola como forma de prevenção dos desvios - pautadas nestes fatores de risco - que fatores? O espaço geográfico em que habitam, lá onde instalam-se as políticas públicas: comunidades carentes, escolas públicas, lugar da pobreza. As concepções de prevenção e de emergência do perigo possibilitaram as modalidades de intervenção, transformando a função de cuidar em atividade de perícia.

Quem detecta o perigo não é quem lida com ele: profissionais atuantes na capilarização da tutela estatal, presentes em um crescente número de situações onde as funções médico-psicológicas se assemelham a uma atividade de perícia, atualizam formas de rotulação de indivíduos, constituindo para este um perfil que o colocará em uma certa carreira. (Castel, 1991,

⁴⁴ Foucault em *A ordem do discurso* afirmou que em toda sociedade a produção do discurso é controlada por um certo número de procedimentos, que atuam sobre a produção do discurso por meio de mecanismos de exclusão e interdição, o que configuraria o caráter político desta produção, a saber, sua ligação com o poder e o desejo. Para maiores informações ver FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

⁴⁵ Título original: “*From dangerousness to risk*”. (tradução livre).

p. 290). Carreira profissional? Não, a carreira dos desvios. Família? Se pobre igual à carente, se carente igual a ‘situação de vulnerabilidade’, se nesta condição, desestruturada. Se desestruturada, encontra-se em risco e se há risco, há de se construir uma política pública localizada: programa de saúde da família (pobre), planejamento familiar nas comunidades carentes ou legalização do aborto para os moradores de favelas, lembrando aqui a aposta do governador Sérgio Cabral, colocada na introdução.

No entanto, é preciso ressaltar a diferença na maneira em que se estabelecem as formas de governo das famílias. Realizar o controle de doenças a partir das propostas de vacinação teria o mesmo viés do controle de natalidade que se realiza através do programa de ‘Planejamento Familiar’? Realizar o ‘exame do pezinho’ produz a mesma forma de capilarização do poder como se é produzido através dos programas de aleitamento materno exclusivo? Sabemos que o controle das doenças que ora se apresentam não encontram preocupação exclusiva com as mortes que se sucedem devido a não vacinação, por exemplo, mas há também uma preocupação de caráter econômico, relativo aos gastos direcionados às pessoas que adoecem. A quem interessam tais propostas? Como isso vai se estendendo, em nome de um suposto ‘bem-estar social’? O que se produz a partir daí? Somente filas nos postos de vacinação? Ou o que vamos produzindo indica um certo Estado-controle, assujeitamento e conformismo. (Diário de campo, maio de 2011).

A *cola* produzida entre maternidade e amamentação, discurso corrente no cotidiano, não seria algo novo, mas parte de um processo de produção de mães-maternas, iniciado no Brasil, segundo Rago (1985) no século XIX, primeiramente com as famílias abastadas e mais tarde, com as famílias pobres.

Com relação às famílias abastadas, Rago (1985) resalta a necessidade de se destituir a amamentação mercenária, onde as mães decidiam deixar a amamentação às escravas amas de leite, comportamento fortemente criticado pela classe médica da época, que afirmava num discurso produtor de verdade que a mulher deveria deixar a preocupação com a beleza do corpo de lado e atentar-se ao seu papel de responsabilidade social junto à família. Atentar-se também para a ideia de “vocação” natural para o aleitamento materno. Instinto materno e *status* social da

maternidade eram então, as justificativas primordiais do movimento higiênico de meados do século XIX.

Século XXI, e o argumento de aleitamento materno exclusivo nos seis primeiros meses perdura. Em cartilha desenvolvida no Brasil pelo Ministério da Saúde, destaca-se a amamentação como sendo o alimento mais completo, que serviria também a uma certa imunologia, já que traria “proteção” contra doenças, bem como maior contato, proximidade e carinho entre mãe e filho. A cartilha atenta principalmente para a conscientização da amamentação, especialmente às mães que trabalham. Resguardando a característica higienista contemporânea, a cartilha ensina modos de ser mãe, de forma branda, apontando o modelo vigente de maternidade. Àquela que não amamenta, resta então a culpabilização por não ocupar o posto que a sociedade têm oferecido ao longo destes anos.

“Você, como mãe e trabalhadora remunerada, quer dar ao seu filho o melhor alimento, o contato físico, o carinho, o estímulo, a proteção contra doenças, ou seja, tudo o que você sempre sonhou de melhor. Como você já sabe, amamentar é o que permite dar ao seu filho tudo isso. Mas, como dar de mamar e ao mesmo tempo trabalhar fora de casa? (MINISTÉRIO DA SAÚDE, cartilha mães trabalhadoras, 2010)”.

A cartilha segue no controle das formas de cuidar dos filhos, apontando claramente o que deve e o que não deve ser feito. Condena o uso de mamadeiras, justifica a amamentação como algo que contribui para perda de peso adquirido durante a gestação, atenta para a prevenção de doenças alérgicas no bebê, bem como para a prevenção de doenças como câncer de colo de útero e de mama nas mães. Com um número ilimitado de vantagens (ou seriam lucros?), como não aderir à maternidade-aleitamento? Como escapar às formas hegemônicas de produção de subjetividades maternas, às capturas contemporâneas que não obrigam às normas, mas prescrevem modos de ser, pensar e agir?

Inventar outras formas de ser mãe-filho, ter coragem para singularizar, criar caminhos éticos para as famílias. Experimentar linhas de fuga, reconhecendo a diferença entre as dimensões moral e ética:

A moral se apresenta como um conjunto de regras coercitivas de um tipo especial, que consiste em julgar ações e intenções referindo-as a valores transcendentais (é certo, é errado...); a ética é um conjunto de regras

facultativas que avaliam o que fazemos, o que dizemos, em função do modo de existência que isso implica. (DELEUZE, 1992, p. 125)

Capilarização: nas cartilhas, nos PSF's, nas propagandas com artistas brasileiros, a defesa da amamentação a qualquer custo. Formas diferenciadas de manutenção de uma ordem. Uma normatização matemática, que quantifica, faz estatísticas, delega orientações:

1. *Quantas mães realizam a amamentação exclusiva até os 6 meses do bebê?*
 2. *Quantas mães conseguem realizar o planejamento familiar? – Leia-se: fazer laqueadura para diminuïrem o índice de natalidade pobre.*
 3. *Quantas mães conseguem ver seus filhos fazerem a escolarização?*
 4. *Que intervenções são necessárias nas escolas para que estas possam dar conta dos alunos que não aprendem?*
 5. *E para os possíveis marginalizados da escola, que intervenção?*
 6. *Quantos alunos escapam às normas de funcionamento da escola?*
 7. *Que riscos são possíveis de evitar para que haja um bom funcionamento da escola e, conseqüentemente, social?*
- É desta forma que nos questionamos sempre: até onde o risco é mensurável?*

A herança estatística a que responde uma certa psicologia é aquela que busca o mesmo: o que fazem os testes psicológicos? Estes procuram não aquilo que varia, mas aquilo que permanece na 'estrutura' do indivíduo: traços de personalidade, desvios de conduta. Estamos sempre na expectativa de encontrar o mesmo, o olhar psi é orientado por esta perspectiva. Efeitos de normalização, de controle, da racionalidade do Estado em nós. Como dar lugar ao que varia? (Diário de campo, maio de 2011).

Neste caso, entendo haver uma relação entre as análises de Castel (1987; 1991) sobre a gestão dos riscos associada à questão contemporânea de regulação das populações que aparecem de forma clara no desenrolar desta pesquisa, em que discursos preconizam uma preocupação não com indivíduos, mas com fatores e correlações estatísticas que impulsionam um deslocamento permanente, visível nos discursos não ditos, tais como: “você não deve atuar em tal escola porque lá só estudam crianças pequenas, os problemas não são graves. Você deve atuar na escola X,

onde há maior necessidade, leia-se, onde há maior risco de crianças e adolescentes com probabilidade de comportamentos desviantes”.

É nesta estatística que o psicólogo é chamado a atuar. Discursos não ditos, mas que encontram lugar no deslocamento a que me direcionam durante a pesquisa: do programa de saúde mental ao PSF, deste à primeira escola e depois, à segunda...

A cena de ordenha pública nos indica a preocupação de um Estado mediador em proporcionar às crianças o ‘melhor’ alimento? Estratégias utilizadas desde o final do século XIX e início do século XX, no Brasil, de normatização da maternidade que possibilitaram à amamentação ser adjetivada como ‘primordial, insubstituível’ na vida dos pequenos infantes.

2. 3. A ordenha pública como um analisador na restituição da pesquisa

Senti que a publicação dos encontros que tive com o PSF e a utilização do dispositivo *ordenha pública* como analisador histórico não poderiam servir a esta pesquisa se não me fosse possível ao menos um encontro de restituição com os envolvidos neste processo. Momentos em que me perguntei: onde estava atuando, no campo da saúde ou da educação? Perderia o foco de análise? Por considerar essa pesquisa como um processo que suscitou deslocamentos do campo de atuação e levando em consideração as pessoas envolvidas, me preocupava se as estava utilizando apenas como objetos da mesma, meus ratinhos de laboratório. Decidi, então, entregar a eles o que havia escrito sobre os momentos que havíamos vivenciado e discutir minha aposta metodológica.

Algumas pessoas pareciam estranhar o posicionamento acerca da amamentação. Uma agente comunitária disse que, a partir da leitura que eu fazia, ela pôde se lembrar de algumas mães que não amamentaram seus filhos e sofriam por isso. Ela comentou:

“Tem uma pessoa no bairro que quando me vê, ela diz: quando te vejo me sinto culpada”.

A agente comunitária se referia a uma usuária do serviço de saúde que não obteve produção de leite, mas durante a gestação frequentou os ‘encontros de gestantes’ onde já se trabalhava o tema da amamentação. E concluiu dizendo:

“Ela participou dos encontros, sentia o desejo de amamentar, mas não pôde” (Diário de campo, julho de 2011).

Outros agentes comunitários também disseram que percebiam um sentimento de culpa, especialmente nas mães que precisavam trabalhar. Um deles trouxe uma experiência de vida:

Minha irmã tem sofrido muito com isso. O bebê dela além de não estar sendo amamentado passa o dia circulando pelas casas das pessoas. Alguém fica com ele pela manhã, outra pessoa à tarde e a mãe à noite. Às vezes ela não consegue manter uma medicação com os horários corretos porque nesse circuito alguém esquece. Ela se sente culpada, mas precisa trabalhar. Chegou a dizer que queria ser demitida porque assim poderia receber o seguro desemprego por seis meses para ficar mais um tempo com o filho. Depois ela conseguiria outro emprego. (Diário de campo, julho de 2011).

Alegram-me as saídas encontradas pelas famílias para driblarem as dificuldades. Seria aquela mãe a única a se sentir culpada por não poder vivenciar um modelo de família vigente, com a mãe presente no lar, cuidando dos filhos, padrão típico dos comerciais de margarina? Será que as estratégias de amamentação a qualquer preço levariam em conta as adversidades da vida? O que se produz com a cola que fazemos ao assimilar a maternidade a um modelo materno? Sem dúvida, muita culpa e familiarismo.

Em outro momento uma das agentes comunitárias comentou:

Nosso maior problema são os pediatras, especialmente aqueles que trabalhavam no setor privado, nos planos de saúde. Eles orientam as mães a darem o NAN⁴⁶. Se o médico veio do setor particular e não mudou sua forma de pensamento, você acha que as mães irão ouvir a quem, nós agentes comunitários ou os médicos? (Diário de campo, julho de 2011).

Outro profissional colocou que a médica da unidade – que não pôde estar presente neste encontro – já afirmou junto à equipe que quando tiver os próprios filhos não irá amamentar, mas que procurava orientar as mães para que o fizessem.

⁴⁶Nome comercial de um produto direcionado à alimentação dos bebês pertencente à marca Nestlé.

Penso que a separação entre famílias pobres e famílias abastadas, apontada por Donzelot (1980) permanece inalterável. Perguntei junto à equipe: que famílias precisavam amamentar seus filhos? As mães que frequentavam o consultório particular e tinham condições para adquirir o leite, encontravam orientação médica para isso. As mães de famílias pobres, usuárias dos serviços públicos de saúde deveriam amamentar, visto que seria este o melhor alimento para as crianças. Qual o melhor alimento? O NAN, naturalizado por uma indústria alimentícia voltada para a infância como o mais completo e saudável para o bebê não amamentado pela mãe? Ou o leite materno, naturalizado há muito como o melhor leite para as crianças [de famílias pobres]? Melhor para quem? Para as mães, para o Estado, para a indústria alimentícia ou para os bebês? A quem se dirigem tais ou quais políticas?

Disse também que não estava ali para culpabilizar aquelas pessoas pela maneira como orientavam as famílias, mas que poderíamos pensar as forças presentes em nossas práticas e o quanto essas práticas se encontram naturalizadas em nós, assim como as variadas ‘fórmulas da vida’, disfarçadas em discursos sobre a melhor maneira de ser mãe ou família. Modos hegemônicos, ideias prontas e acabadas. Trouxe à tona alguns autores (Rago, Costa, Donzelot) que falavam sobre a amamentação e a maternidade como algo que veio sendo construído no campo social ao longo dos tempos, sobre a amamentação como um problema não de saúde, mas político e econômico. Falei sobre a noção de risco em Castel (1991; 1987) fazendo uso da cena da ordenha pública que vivenciei junto aquela equipe, colocando em análise minhas implicações com o tema e minha busca por literatura antiga que direcionava mães nos cuidados e criação dos filhos.

Alguns me perguntaram como cheguei a pensar de tal maneira e naquele momento falei sobre o incômodo experimentado ao ocupar o lugar de especialista pedagógico, alguém que deveria direcionar ou orientar a vida das pessoas, especialmente ao trabalhar com políticas públicas. Solicitaram um exemplo sobre em que situações me fariam sentir de tal forma como psicóloga.

Lembrei de uma vez em que me solicitaram⁴⁷ avaliar psicologicamente três mulheres que aguardavam a oportunidade para realizarem uma cirurgia bariátrica – redução estomacal para diminuição de peso em pessoas com obesidade mórbida. Nesta avaliação esperavam que eu dissesse quem teria maior necessidade naquele momento, já que as condições clínicas eram

⁴⁷ O pedido foi solicitado pela secretaria de saúde de um dos municípios em que atuei.

parecidas. Eu não era a única psicóloga a realizar a avaliação. Ao conversar com outras colegas de trabalho, também psicólogas, algumas colocaram que não poderiam conceder a oportunidade de realizar a cirurgia em pessoa X, porque se tratava de um caso de compulsão alimentar, e que para esta seria necessário um trabalho de reeducação/controlado do comportamento alimentar. Deveríamos decidir por aquela que se encontrava com os índices de glicose e colesterol mais altos, e que por isso corria maior risco de morte. A pessoa X pesava 140 Kg e possuía o mesmo desejo que as outras: emagrecer. O motivo? Vários, uma série deles. Não me interessava quem era a mais compulsiva dentre elas. Caber-me-ia decidir a vida de três pessoas com bases psicológicas que convidam apenas um possível à análise? Porque aquelas pessoas não poderiam fazer parte daquela decisão sobre suas vidas? O que em minha formação garantiria saber o que é melhor para os outros ou hierarquizar necessidades alheias? E porque não pensar essa atuação no campo da saúde pública como próxima à questão da amamentação, ainda que com peculiaridades diferentes, já que um parecer técnico sobre aquela mulher que faria a cirurgia bariátrica configuraria em uma decisão sem precedentes –bateríamos e martelo - e a orientação sobre a amamentação ainda possibilitaria uma decisão de cada mãe, não de um especialista.

Uma pessoa da equipe disse que comungava o pensamento que eu trazia, que visualizava-se em minhas palavras. Uma delas disse:

“Nossa, é tudo o que fazemos! No começo, eu pensava assim, que estava orientando as pessoas e muitas vezes, sobre algo que elas não desejavam. E isso me incomodava. Mas penso também que, na amamentação, por exemplo, aquelas mães que não querem amamentar se recusam a nos ouvir, a nos receber em suas casas. São aquelas mães que não comparecem aos encontros, não querem sequer nos ver. Na verdade, nós fazemos um trabalho de orientação, mas não temos esse alcance. As mães que não querem amamentar não o fazem e não há o que possamos fazer”. Pra mim há um certo alívio em pensar que as pessoas podem decidir por si mesmas. (Diário de campo, julho de 2011).

Reconhecer a amplitude do alcance deste trabalho junto à comunidade nos possibilitou alguma análise de implicação. Permitiu-nos analisar que os dados estatísticos não correspondiam a uma realidade única. Por alguns momentos falamos sobre as falhas que se colocavam no processo de orientação às famílias. Aquilo que aparecia como falha do trabalho da equipe do PSF apareceria também como outros possíveis, decisões autônomas das famílias que escapavam ao

controle – enxergar outros possíveis dependeria dos olhos de quem vê. Pensar também a linha quase imperceptível entre tutela das famílias e cuidado. O cuidado em meio às políticas de controle era possível? A quem favorecia a política de amamentação: ao público ou ao Estado? Controle ou devir? Sobre este ponto sempre procurei pensar que a política que empreenderia em meu trabalho pudesse se preocupar com a seguinte questão: quem era o meu cliente, aquele que onerava meu serviço - o governo - ou aquele que deste se servia - o público? Neste caso, optaria por uma política para o público e com ele. Isso implicaria levar em consideração aquilo que o público desejasse para a comunidade ou para suas vidas.

2. 4. Literatura: estratégia de saúde da família? Velhas roupagens, novas estratégias

No último ano tenho assistido a uma preocupação de equipes técnicas – psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros - em qualificar o então conhecido Programa de Saúde da Família (PSF) como Estratégia de Saúde da Família (ESF). No município de Barra Mansa (RJ), algumas placas de identificação *PSF* foram substituídas por *ESF*. Ao indagar uma amiga, psicóloga de um destes programas sobre o motivo desta mudança ela ressaltou que:

Um programa indica algo que pode terminar, um projeto e os projetos tem início, meio e fim. A aposta das ESF's é de trabalhar a partir de uma estratégia que deve ser universal e que não possui um término, mas que teria continuidade. Seria uma estratégia de trabalho, uma estratégia do SUS como um todo e não um programa que no futuro poderia ser concluído. (Diário de campo, fevereiro de 2011)

Pude perceber que a substituição das placas possuía finalidades ressonantes, que não somente afetaria o aspecto físico dos PSF's. Antes de as placas chegarem ao seu destino final – os estabelecimentos de saúde - chegaram ao coração das pessoas responsáveis por guardá-la: nossos contemporâneos, os guardiães da ordem⁴⁸. Atualmente as estratégias de controle tutelar das famílias encontram-se no interior das casas. De que forma foram implantadas? Dentro do

⁴⁸Mencionamos o título do livro de Cecília Coimbra (1995), como forma de comparação das práticas *psi* às práticas sociais que se estendem a vários programas do governo, que se dizem em prol da saúde e bem-estar social, mas que se tornaram capazes, na atualidade, de ao serem reconhecidos enquanto científicos, servirem como instrumento às práticas de apaziguamento, submissão e assujeitamento.

contexto deste trabalho de campo, da passagem pelo PSF à entrada na educação, podemos dizer que algumas estratégias de capilarização do saber-poder sobre a família foram mantidas, enquanto outras puderam variar. Nesta lógica observamos que a mulher continua a ser convocada ao papel de principal cuidadora dos filhos, da casa, da saúde, do casamento. Nos PSF's as mulheres são convocadas à amamentação, à vacinação dos filhos, às variadas orientações dos técnicos, à escolarização das crianças, ao controle da reprodução. Estratégias dirigidas à mulher. Isso diz respeito a um certo controle da população, ao controle da família. Por que motivos não são os homens os convocados à responsabilidade pelo planejamento familiar? As laqueaduras, o uso do DIU (Dispositivo intra-uterino), da camisinha feminina, apontam a mulher como sendo, desde o final do século XVIII, a maior aliada da medicina, do Estado tutelar. Documentos antigos apontam que tais estratégias nem sempre tiveram a mesma conotação. Em que sentido há aí uma variação e o que permanece? Outrora, época em que as orientações se davam de forma individualizada, a literatura possuía lugar de destaque, especialmente para as famílias de classes médias e altas. Como se formaram as séries de discurso acerca da maternidade, da mulher e da família? Quais foram as normas que possibilitaram sua aparição, crescimento e variação? Vestígios de um modo-de-ser-família encontra na maternidade um suporte para a afirmação de um modelo a ser seguido. A mulher, elemento permanente, desde 1895⁴⁹ através da literatura até 2011 por meio das estratégias de – controle da - saúde da família para a construção e manutenção da ordem. Trechos da obra literária de Américo Werneck⁵⁰ (1895) nos indicam que a mulher fora “colonizada” (Costa, 1979, p.255) pelo poder médico.

“Na tenra idade a criança, desarmada contra os males que a perseguem , está exclusivamente a mercê da dedicação materna, apurada no crysol do heroísmo. Phenomeno anormal que o olhar penetrante da mãe não descobrir, dificilmente alguém descobrirá; neste olhar brilha a sagacidade incomparável que devassa até o intimo a natureza do ente amado”. (WERNECK, 1895, p. 125).

No romance literário, escrito por Américo Werneck, intitulado *A arte de educar os filhos* observamos forte preocupação com a orientação das famílias. O autor lança mão de dois personagens - médico e paciente - Dr. Valério Silva e Hermengarda, respectivamente - que

⁴⁹ Refiro-me ao livro de Werneck (1895), que orienta mães no cuidado e educação dos filhos. Este livro mais um artigo de Abatayguara (s/d) foram citados em um encontro de restituição da pesquisa que será tratado no terceiro capítulo.

⁵⁰ Américo Werneck (1855- 1927) era um político, jornalista e escritor carioca. Era formado em engenharia civil, no entanto, exerceu a função de deputado pelo estado do Rio de Janeiro e também foi prefeito nos municípios mineiros de Belo Horizonte e Lambari.

confidenciam cartas e troca de informações sobre o nascimento e desenvolvimento do primeiro filho de Hermengarda. Na ocasião, Hermengarda escreve sobre as fases de desenvolvimento do filho e o médico, que é também amigo da família, acompanha e orienta a mãe nos cuidados que deverá conduzir na educação desta criança.

Nessa troca de correspondências, mãe e médico demonstram preocupação com o desenvolvimento “normal” da criança, momento em que percebemos o desenho do que mais tarde veio a ser instituído como *subespecialidade* médica, a puericultura, como parte da formação em pediatria. É, portanto, a partir do acompanhamento/observação da criança “normal”, que se constituirá esse novo campo de saber. É também este campo de saber que oferecerá à mulher um certo *status* social, a partir do troféu de mantenedora do lar. Mulher vigilante e atenta aos cuidados com a prole.

(...)Vigia tu mesma os passos de teu filho; mas si por accaso fôres obrigada a entregal-o aos cuidados de uma governante , não confies cegamente nesta, e vigia a sua conducta, porque na maioria dos casos a creança é victima inconsciente e indefesa das dedicação hypochritas e mercenarias. (WERNECK, 1895, p. 128-9)

Esta mulher, que não deveria se desviar da função de cuidadora naquela época, possuía sua figura fortemente marcada pela ideia de responsável pela unidade familiar, pela felicidade conjugal, pela educação dos filhos. Por sua vez, a medicina enquanto elemento central nesta articulação cedeu espaço a outras formas de conhecimento, considerados científicos. Neste caso, questiono se a medicina permanece neste lugar de *suposto saber*, de forma soberana, dividindo o palco do conhecimento com outros saberes “científicos” ou se foi a medicina enquanto um saber legitimado que permitiu que outros espaços fossem abarcados à esta forma de conhecimento? Ou outros saberes foram forjados a partir da construção desta demanda, onde as mães passaram a se reconhecer como subordinadas ao conhecimento que não possuíam. Em um artigo de Abatayguara⁵¹ (s/d) a autora afirma que: “É preciso **aprender** para criar bem os filhos”(p. 14, grifos da autora). E ressalta a necessidade da leitura para este fim:

Muitas pessoas lêem livros, frequentam cursos, *ouvem especialistas*, quando pretendem iniciar uma atividade, uma profissão, ou realizar

⁵¹ Presciliana Ângelo Abatayguara foi uma educadora sanitária, no início do Século XX no Brasil. Escreveu artigos que se dirigiam, principalmente, à orientação das famílias nos cuidados com a educação dos filhos e o asseio da casa.

qualquer coisa, corretamente. Nem todos, porém, seguem essa regra, nem todos têm esse cuidado, em se tratando de crianças. Elas crescem e são educadas ao sabor da inspiração (ABATAYGUARA, s/d, p.14, grifos meus).

O construto social que ora vivenciamos em nossa prática, que forja a necessidade de acompanhamento médico desde tenra infância, forja também a necessidade de vários outros aparatos, toda uma parafernália ‘científica’ que busca a consonância dos conhecimentos especializados com as técnicas de corroboração destes saberes: exames clínicos, computadorizados, complementares, testes psicológicos e variados meios de verificação do comportamento para que este seja enquadrado nos índices de normalidade. Nos tempos de Abatayguara, livros, cursos e o especialista. Em sua atualização contemporânea, exames de eletroencefalograma, tomografia computadorizada, [ressonância magnética]. Este último levado a cabo de todos os significados a que lhe compete o vocábulo lusitano: um certo magnetismo, daquele que exerce influência profunda... E assim, é capaz de alcançar uma prolongação, como de uma voz que ecoa, provocando ressonâncias. A voz que antigamente afirmava que (...) **É indispensável escolher um médico pra o Bebê desde o primeiro dia de vida** (Abatayguara, s/d, p.20, grifos da autora), discursa em outras palavras formas de reatualização destas práticas de controle biopolítico.

Em um dos encontros que experienciei na escola uma professora do primeiro segmento do Ensino Fundamental relatou que um de seus alunos estaria sendo direcionado à recuperação de fim de ano, sendo que, provavelmente, não seria aprovado. Explicou que foi realizado um exame nesta criança – eletroencefalograma- que teria indicado a presença de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Este aluno teria apresentado melhora no quadro de aprendizagem no início do ano – o que associa à época em que estava fazendo uso de medicação prescrita por um médico psiquiatra – o que veio a se perder ao longo do ano letivo quando a criança voltou a apresentar o quadro (TDAH) por ter abandonado o tratamento. Neste momento os profissionais preocupavam-se em respaldar sua prática, de forma a se eximir da responsabilidade pelo aprendizado da criança, culpabilizando a mãe por não dar continuidade ao tratamento do filho. Uma das professoras ressaltou:

Coloca isso aí⁵², que a criança abandonou o tratamento e regrediu nos estudos. Chame a mãe até a escola e converse com ela sobre isso, ainda pode haver tempo deste aluno se recuperar, basta voltar a tomar a medicação.

Alguns comentários surgiram sobre a mãe ter decidido interromper o tratamento – este definido pelo uso da medicação – por conta própria. Essa atitude era justificada pela mãe, que havia percebido que a medicação provocava efeitos que ela qualificava como ruins para o filho.

Coloca isso aí! Pensei, referindo-me às práticas que sustentam tais discursos: “La⁵³ fenomenología de las perturbaciones de la conducta y de las desviaciones de la personalidad pueden relacionarse directamente, en gran parte, con causales derivadas de las actitudes que tienen los padres con respecto a sus hijos”. (KANNER, 1966, p.132). A culpabilização dos pais, de não seguir à risca uma orientação médica na atualidade, possui a mesma lógica de culpabilização a que práticas *psi* engendraram no meio social. Um pai reprodutor, não no sentido clássico científico, mas aquele que é capaz de transformar seus filhos em suas cópias autênticas. Reprodutores dos seus desvios de caráter, de personalidades desviantes. Vivemos em uma sociedade ávida por encontrar culpados e os pais seriam o protótipo desta reprodução, como no famoso ditado popular: “Filho de peixe, peixinho é”. Ressonâncias... Poderiam ser a favor da vida, potencializando-a.

A potência de vida da multidão, no seu misto de inteligência coletiva, afetação recíproca, produção de laço, capacidade de invenção de novos desejos e novas crenças, de novas associações e novas formas de cooperação. (PELBART, 2011, p.23).

Ou como nos indica Toni Negri:

Ao lado do poder, há sempre a potência. Ao lado da dominação, há sempre a insubordinação. E trata-se de cavar, a partir do ponto mais baixo: este ponto... é simplesmente lá onde as pessoas sofrem, ali onde elas são as mais pobres e as mais exploradas, ali onde as linguagens e os sentidos estão mais separados de

⁵² A professora se refere a um registro, onde há anotações sobre o desenvolvimento do aluno no ano letivo. Existe uma forte preocupação em documentar todos os diálogos que os profissionais da educação fizerem com os pais, que assinam tal documento. Bem como são anotados os direcionamentos que a escola dá para o encaminhamento dos casos. Muitos professores chamam este documento de uma espécie de ‘prontuário’.

⁵³ “A fenomenologia dos distúrbios de comportamento e desvios de personalidade podem estar diretamente relacionados, em grande parte, com causas derivadas das atitudes que tem os pais em relação a seus filhos”. (Tradução livre).

qualquer poder de ação e onde, no entanto, ele existe; pois tudo isso é a vida e não a morte. (NEGRI, 2001, p. 54)

Inventar outros modos de agenciamento com a ideia de maternidade, paternidade ou família. Produzir novas associações e que essas não sirvam ao fortalecimento dos mecanismos de dominação e controle e distanciando-se das formas de aprisionamento da vida. Que “os filhos de peixe” possam possuir a forma de um leão hoje e de um carrapato amanhã, que tenham o formato das massas de modelar, o que significa não ter forma alguma porque capaz de se refazer constantemente.

A utilização de livros antigos, alguns mencionados na escrita outros em minha memória contribuíram com esta pesquisa no sentido da construção de um campo de análise que possibilitou a desnaturalização de uma ideia de família, a desconstrução não só junto às pessoas envolvidas neste processo, mas junto aos atravessamentos que me constituem. O uso da história enquanto ferramenta de análise para produzir efeitos analisadores do presente bem como ultrapassar minhas implicações pessoais com o tema da pesquisa, num desafio que “se situa em níveis (políticos, sociais e institucionais) onde, poder-se-ia dizer, a pesquisa assume sentido independente de seus autores; onde quaisquer que sejam as intenções dos mesmos, ela lhes escapa”. (Savoie, 2007, p. 189).

O percurso sócio-histórico me permitiu perceber que alguns elementos desta pesquisa puderam tomar um lugar de coadjuvante. Iniciamos no campo da saúde, para pensá-la como suporte para a capilarização do saber-poder nos PSF's, quando as mães eram chamadas a amamentar seus filhos, vaciná-los, cuidar do número de filhos que deveria ter. Agora a educação convoca esta mesma mãe à educação, aos cuidados com o filho que possui dificuldades de aprendizagem. Educação também como ator-coadjuvante. O que permanece? A família. Mas principalmente, o esteio desta: a mulher.

A classificação diagnóstica, carimbada pelo conhecimento médico-científico traz em seu bojo a promessa de um tratamento, da solução de problemas que causam tanta aflição nos profissionais da educação. Estes, contagiados pela esperança de que sendo a criança tratada irá aprender. Não desqualifico o desejo - da equipe técnica - bastante válido de que as crianças aprendam. Mas há que se pensar que tal excesso de informação, que para estes professores são conhecimentos “científicos”, informações importantes ou um saber que eles não possuem, mas

que reconhecem a quem de direito, irá solucionar. Neste jogo, o processo de aprendizagem é substituído por um saber miraculoso: uma pílula⁵⁴ irá resolver! É isso que a ciência promete!

2. 5. Sobre a eugenia contemporânea: o projeto de esterilização dos pobres através das cirurgias de laqueadura ou o “Planejamento Familiar”?

Um dos planos de governo (leia-se Estado) implantado pelo Ministério da Saúde no Brasil, desde meados da década de 1970⁵⁵, conhecido como Planejamento Familiar⁵⁶, atua de forma capilar, através do Programa de Saúde da Família, ou mesmo de postos de saúde nos locais onde ainda não foram implantadas as unidades de PSF's.

A ação do planejamento familiar pretende contribuir para o controle da natalidade, considerado este um critério de qualidade de vida para a mulher, por possibilitar a ela o planejamento do número de filhos e o melhor momento para a gestação, bem como o benefício para o filho à medida que o intervalo entre as gestações possibilitaria a mãe maior tempo dispensado à criança antes de uma nova gestação. Considera-se também o número de filhos por família como um condicionante para a qualidade de vida tanto dos pais - por poderem proporcionar melhor sustentabilidade aos seus dependentes - quanto para os filhos, que teriam melhores condições sócio-econômicas para o desenvolvimento educacional, por exemplo. Para isso seriam utilizados métodos contraceptivos diversos para a orientação e intervenção junto às

⁵⁴ Tema retomado em um encontro de restituição da pesquisa, que será tratado no terceiro capítulo.

⁵⁵ O Programa Saúde Materno Infantil foi lançado pelo Ministério da Saúde em 1977 com propostas de prevenção da gravidez de alto risco. Já em 1983 foi lançado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) com ações voltadas para questões relativas à gestação, concepção, saúde mental e da mulher trabalhadora, entre outros. Com a Constituição de 1988 a política de Planejamento Familiar adquiriu espaço efetivo junto às políticas de saúde da mulher. O texto descrevia em seu artigo 226 que: “Fundado nos princípios da dignidade humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas”. Maiores informações sobre o tema ver: <<<http://www.bemfam.org.br>>>. Acesso em: 20/09/2010.

⁵⁶ É importante ressaltar que a estratégia biopolítica intrínseca ao Planejamento Familiar é anterior a instauração deste projeto no plano governamental. A BEMFAM – Bem-estar familiar no Brasil – é uma organização não-governamental brasileira, que desde 1965 realiza ações voltadas para a promoção da educação e da assistência em saúde sexual e reprodutiva, desenvolvendo parcerias com os setores público e privado. Que instituições estariam presentes na articulação desta proposta de planejamento familiar, desde 1965 no Brasil? Segundo site do BEMFAM em 1965 aconteceu a XV Jornada Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, onde especialistas em medicina reuniram-se para pensar uma proposta de Planejamento Familiar, na qual foram debatidos temas como métodos contraceptivos e aborto provocado, com o objetivo de criar propostas de orientação às mulheres quanto à gravidez não planejada. Outras informações podem ser encontradas no site do BEMFAM. Disponível em: <<<http://www.bemfam.org.br/sobre.php>>> Acesso em: 05/08/2010.

famílias. Dentre eles estaria a laqueadura, cirurgia de retirada ou ligadura das trompas de Falópio, que caracteriza a impossibilidade de uma nova gestação. Este método é garantido por lei - 9263/1996 – que indica as condições em que deve ser realizada a cirurgia, bem como dá garantias de que esta seja financiada pelo SUS. O planejamento familiar, nome que inicialmente parece fazer parte de uma escolha particular, individual, familiar ou do casal, encontra-se regulado pelo Estado. Os discursos sobre o planejamento escondem em seu bojo a peculiaridade de controle, este, por sua vez, nitidamente direcionado às famílias pobres.

Rastreando estes discursos encontramos algumas informações retiradas do site das Nações Unidas no Brasil (2010), que nos indica a quem se direciona a política nacional (ou territorial) do planejamento familiar. No quadro “notícias” encontramos uma reportagem que nos chama a atenção, especialmente pelo cunho filantrópico-higienista contemporâneo. Segue abaixo o título da reportagem:

“ONG realiza planejamento familiar em favelas”⁵⁷

A quem se dirige a proposta de Planejamento Familiar? O próprio território geográfico – favelas - denuncia que a preocupação não está amparada no planejamento familiar “da família”, mas das famílias – neste caso, as pobres – onde a questão não é somente a proteção, mas a prevenção da criminalidade, do mal. Essa atividade assistencialista toma por princípio a existência de predisposições e por este motivo, faz-se necessário a prevenção.

A justificativa para tais empreendimentos encontra respaldo na política de direitos, especialmente da mulher que é convocada a “escolher” o que é melhor para si e para sua família. Ainda que a escolha lhe tenha sido prescrita pelo discurso disseminado no meio social. A tabela abaixo, retirada do site do Ministério da Saúde, traz informações sobre o número de laqueaduras realizadas pelo SUS. Logo abaixo um comentário que aponta o lado satisfatório ou positivo a partir do cumprimento das metas de governo.

Número de laqueaduras realizadas pelo SUS desde 2003⁵⁸:

⁵⁷ Disponível em: //http://www.pnud.org.br/odm/reportagens/index.php?id01=2359&lay=odm//. Acesso em: 25/06/2010.

⁵⁸ Fonte: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Programa Mais Saúde. Disponível em: << http: www. portal.saude.gov.br/saude/gestor/visualizar_texto.cfm?idctx-33887>>Acesso: 28/05/2010.

| |
|---------------------|
| |
| 2003: 31.216 |
| 2004: 40.656 |
| 2005: 40.865 |
| 2006: 50.343 |
| 2007: 58.513 |
| 2008: 61.847 |

“Desde 2003 o número de laqueaduras praticamente dobrou. Isso significa que as mulheres estão tendo mais acesso e que o Ministério da Saúde já atingiu a meta do programa Mais Saúde de ampliar o número de procedimentos para 51 mil por ano⁵⁹”.

A proposta de implantação do Planejamento Familiar encontra-se embasada na Lei 9263/1996, que explicitamente denuncia o papel regulador do Estado, bem como a produção saber-poder que ele engendra:

Art. 4º O planejamento familiar orienta-se por ações preventivas e educativas e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a **regulação** da fecundidade.

Parágrafo único - O Sistema Único de Saúde promoverá o treinamento de recursos humanos, com ênfase na **capacitação do pessoal técnico**, visando a promoção de ações de atendimento à saúde reprodutiva. (BRASIL, 1996, *grifo nosso*).

Em defesa da sociedade: seria esta a justificativa para a implementação de uma política de Planejamento Familiar? Tal proposta mascarada pelo domínio do cuidado produz estratégias eugênicas atuais de esterilização dos pobres no contemporâneo. (FOUCAULT, 1976).

Para Foucault (1976 *a*), a partir da primeira metade do século XIX, não se tratava apenas de lidar com o corpo social ou com o indivíduo, mas com a população. “A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder...” (p. 293/294). É quando os problemas econômicos e políticos só tomam importância no nível da massa, no plano coletivo.

⁵⁹ Idem.

Os processos de controle se darão na disciplinarização do corpo do indivíduo, mas também através de uma regulamentação que atinja mecanismos globais de funcionamento.

A proposta de planejamento familiar, política pública de importância global e coletiva, é processada não apenas no nível das famílias ou das mulheres que planejam ter um, dois, três (filhos) é demais!!! Mas atinge o público e o privado, num engendramento coletivo, que vem dar conta dos atuais “disfuncionamentos” familiares.

2. 6. A única coisa que pobre pode ter é filho⁶⁰!!!

De que forma as políticas públicas acerca do planejamento familiar atravessaram o campo da educação na escola onde realizamos a pesquisa? Uma das preocupações da escola que direcionavam aos cuidados da psicologia – com sugestões de palestras e/ou intervenções com os alunos e/ou suas famílias - se referia ao controle da natalidade, que neste caso, viria a adquirir ramificação junto à adolescência pobre para que fosse possível uma atuação normativa acoplada a uma parcela da sociedade considerada como em situação de ‘risco’. Na escola, a possibilidade de intervenção neste tema foi classificada como um trabalho de conscientização dos jovens sobre o tema ‘gravidez na adolescência’.

A mãe de uma jovem grávida foi convidada a comparecer à escola para que fossem definidos os modos como a adolescente frequentaria as aulas, visto que, no início da gestação – aos 13 anos de idade – já havia se sentido mal na escola, com enjoos e vômitos levando-a a um número excessivo de faltas. Seria somente o mal estar físico que a levaria às faltas?

Preocupação com os caminhos a que a jovem daria aos seus estudos, mas também com o exemplo que esta deflagrou junto aos outros colegas de classe. Logo, o pedido sobre o que eu como psicóloga poderia fazer para orientar os alunos. Um pedido como a maioria dos outros, nos corredores da escola, solicitando que eu atendesse a futura avó junto à equipe pedagógica. No momento em que se falava sobre o assunto, caminhávamos até a sala onde esperava a jovem avó. Preocupações me atormentavam, o que dizer? Eis que me surge um diálogo em que a avó, senhora Carla⁶¹, relatou ter engravidado desta filha também aos 13 anos, que as histórias se repetiam. Que não via isso como um problema, sua filha iria dar conta dos cuidados que deveria

⁶⁰Fala da mãe de uma aluna da escola durante um encontro individualizado agendado pela equipe pedagógica.

⁶¹Nome fictício.

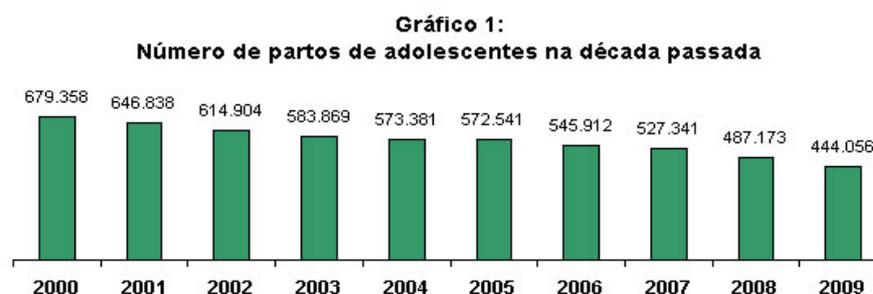
dispensar ao novo bebê. Logo dispara a seguinte frase: “A única coisa que pobre pode ter é filho”!!! Ela relatou que gostava muito da companhia de crianças, que o futuro neto seria bem-vindo. Ao contrário do que temia a equipe pedagógica, a avó não apresentava desespero, preocupação ou qualquer sensação de culpa por não ter dispensado cuidados e orientação à filha. Deveria?

Interessante pensar o quanto a fala daquela mãe/avó aparece como uma forma de intervenção. A equipe preparada para orientá-la quanto aos cuidados que deveria ter empreendido junto à filha, quanto à prevenção da gravidez. A definição sobre o tempo ou a melhor época em que deveriam ter filhos. Nossas formas de enxergar o mundo, sempre pautadas em um modelo. A mãe/avó trouxe um discurso fora desta lógica, na qual podemos observar que a vida escapa.

Saberia eu dizer o que é melhor pra a jovem ou me caberia convocar aquela mãe a pensar no que deveria ter feito e não fez... De que forma esse apontamento estaria fazendo surtir um efeito coletivo, fora das margens de culpabilização, que fosse possível criar outras formas de relação gravidez-adolescência. Quando este tema passou a ser considerado um problema social? Porque não convocaram a mãe do jovem que é o possível pai da criança, também aluno da escola? Estaria eu afirmando ser no período da adolescência a melhor época para uma gestação? Não, não pretendo afirmar isso, mas também não pretendo afirmar junto aquela mãe algo que traduzisse a sua forma de maternagem em um modelo de aprisionamento, culpa. Que eu possa não apontar lugares, não afirmar a forma correta de maternagem ou a idade ideal para isto ou aquilo. O discurso que se infiltra nos diálogos nos lembra o modelo de planejamento familiar que falamos anteriormente. O que queremos planejar? Que filhos desejamos que não venham ao mundo? Em que adolescência pretendemos intervir e prevenir a gravidez? (Diário de campo, maio de 2011).

Penso nestes projetos de planejamento como uma forma contemporânea de escolha por aquele que deveria viver, não pelos traços biológicos que definiriam uma raça melhor, mas por traços sociais e políticos que prescrevem quem deve nascer, em que momento e qual o número de filhos. O espaço geográfico onde esses filhos nascem é a chave para a proposta de instalação dos programas. O planejamento se instalou na Lagoa Rodrigo de Freitas ou em Copacabana? Ou nas vielas das favelas e comunidades onde se capilarizam ideias através das Estratégias de Saúde da

Família? O gráfico⁶² a seguir, retirado do site do Ministério da Saúde, esclarece uma preocupação do governo em diminuir o número de adolescentes grávidas no Brasil.



As estratégias de cuidado ganharam então as escolas. Mas, que escolas? Não toda e qualquer, mas nos espaços onde se percebem os riscos. Local onde se devem atuar com estratégias preventivas. Escolas? Quais? As públicas.

Educação Sexual: Em 2003, o governo federal iniciou uma série de ações de prevenção de DSTs em colégios públicos. Por meio de uma parceria entre os ministros da Saúde e Educação, profissionais de Saúde da Família tornaram-se parceiros dos professores da rede pública e levaram para a sala de aula conteúdos de saúde sexual e reprodutiva. As atividades foram incorporadas pelo Programa Saúde na Escola (PSE) implementado em 2008. Atualmente o PSE é uma das ferramentas de conscientização dos estudantes do ensino médio para prevenir DSTs e evitar a gravidez indesejada. Mais de 8 milhões de alunos já foram orientados. Dessas, quase dez mil distribuem preservativos. O programa alcança atualmente 1.306 municípios brasileiros. (ibdem)

Nestas apostas de prevenção do risco foram produzidas cartilhas direcionadas aos profissionais de saúde, que deveriam se atualizar sobre os cuidados que precisariam empreender aos futuros adultos. As *Cadernetas de Saúde do Adolescente*, com informações sobre alimentação, saúde sexual e reprodutiva e uso de drogas, disponível no site do Ministério da

⁶² Fonte:

<<http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/default.cfm?pg=dspDetalheNoticia&id_area=124&CO_NOTI_CIA=11137>> Acesso em: 01/07/2011.

Saúde, pretendem não somente orientar os jovens nas escolas, mas diminuir o custo econômico do número de partos, bem como o número de possíveis transgressores da lei... Esses filhos de famílias desestruturadas.

Como já assinalamos com Castel (1991), o risco não surge da presença do perigo de forma precisa, particular e encarnada em um indivíduo ou grupo. O risco seria o efeito de uma combinação de fatores abstratos que tornam mais ou menos provável a ocorrência de formas indesejáveis de comportamento. Alguns itens de informação podem ser agrupados por fatores heterogêneos, onde a presença de um certo número de *fatores de risco* é capaz de disparar um alerta automático, bem como a necessidade de um especialista: um trabalhador social será indicado para supervisionar uma família, com o intuito de confirmar ou não a presença real do perigo, que tem base nestas probabilidades.

O que tais políticas preventivas promovem são novos modos de tutela a partir de uma pré-deteção sistemática, ou seja, uma forma de vigilância que tem por objetivo antecipar e prevenir a emergência de eventos indesejáveis: de doenças físicas a anormalidades psicológicas, desvios de conduta, gravidez indesejada, num movimento que dispensa o contato direto presente na relação observador-observado.

O Estado-controla adentra a casa das famílias, que se reconhecem na necessidade de obter tais informações. Adentra os moldes da educação, responsável por *formar* pessoas. Pretende dar conta dos disfuncionamentos sociais, através de sua *célula-mater*, a família.

As famílias que desviam da ordem, não se reconhecendo nesta necessidade de informação são vistas como ignorantes, aquelas que não reconhecem seus erros, por falta de oportunidade de aprender a discernir o certo do errado: falta conhecimento e instrução! Os aparelhos do Estado são insuficientes porque não alcançaram tal ou qual família. A reação de profissionais é clamar por mais Estado, mais controle, mais especialistas, mais informação, conscientização e saber. *A gente percebe que falta cultura para estas famílias, que não conseguem nem sequer perceber algumas questões enquanto um problema*⁶³.

Algumas questões ora são definidas como a gravidez na adolescência, violência e agressões entre os colegas, dificuldade de aprendizagem, entre tantos outros presentes no campo. Campo de pesquisa, campo de batalha, campo de luta.

⁶³ Fala comum entre os profissionais da educação durante o trabalho de campo.

Saúde e educação se cruzam, não para promover estratégias de saúde nas escolas, mas para sustentar práticas mais longínquas de controle e tutela estatal. Pensando as palavras proferidas pela jovem avó que nos indicou satisfação com a chegada do neto contrariando as certezas de um mundo concluso em nós posso afirmar que: “através dessa jovem dou meu grito de horror à vida. À vida que tanto amo”. (Lispector, 1977, p. 55).

Capítulo III

Capilarização 2: Educação: as práticas pedagógicas nos (des) caminhos das famílias

“Este não é um livro de história. A escolha que nele se encontrará não seguiu outra regra mais importante do que meu gosto, meu prazer, uma emoção, o riso, a surpresa, um certo assombro ou qualquer outro sentimento, do qual teria dificuldade, talvez, em justificar a intensidade, agora que o primeiro momento da descoberta passou”.
Foucault, 1977 in “A vida dos homens infames”.

*A poesia está guardada nas palavras – é tudo que eu sei.
Meu fado é o de não saber quase tudo.
Sobre o nada eu tenho profundidades.
Não tenho conexões com a realidade.
Poderoso para mim não é aquele que descobre ouro.
Para mim poderoso é aquele que descobre as
insignificâncias (do mundo e as nossas).
Por essa pequena sentença me elogiaram de imbecil.
Fiquei emocionado e chorei.
Sou fraco para elogios.*
Poema, Manoel de Barros, 2001 in “Tratado geral das grandezas do ínfimo”

A experiência vivida na escola me fez pensar em inúmeros momentos sobre a convocação do trabalho *psi* clínico a que sempre me convidaram. Não só os profissionais da educação, mas alguns pais solicitaram que fosse realizada avaliação psicológica dos filhos e um possível acompanhamento. Alunos do segundo segmento do ensino fundamental e do ensino médio também apresentavam curiosidade com a minha presença, o que pode ter contribuído para a

construção desta demanda. Estes alunos, que me viam pelos corredores perguntavam: “Você é professora nova?”. Quando eu respondia: “Não sou professora”. Eles ficavam ali ao meu lado questionando insistentemente sobre o que eu estava a fazer ali, até que eu dissesse que sou psicóloga. E com ar de surpresa: “Agora temos uma psicóloga na escola, você veio para cuidar da nossa cabeça?”. Risos e indicações de que então eu teria muito trabalho vieram, bem como a ressonância deste grito que ecoou pelo bairro onde se localiza a escola: “agora temos uma psicóloga para cuidar da nossa cabeça”. Alguns pais telefonaram para a escola solicitando agendamento, outros compareceram pessoalmente para falar comigo. Diante desta demanda, fora necessário um encontro com estes responsáveis, no qual me propus a participar de uma reunião de pais a fim de trabalhar tal demanda. Ficou acordado um encontro com os pais durante a reunião bimestral já agendada. Nestes encontros, outras questões vieram à tona, e retomamos um ponto nodal da relação Educação X Conselho Tutelar, que trabalharemos no próximo tópico⁶⁴.

Percebo que na escola, assim como em outros espaços de trabalho fazemos um planejamento para trabalhar uma questão, mas no desenrolar da proposta, sempre se colocam outras, num ir e vir de questões que se deslocam permanentemente, em que se pretende dar conta de um número infinito de casos e discussões, que findam num afogamento de propostas. Aqui lembramos o texto “Implicação e sobreimplicação”, de René Lourau (2004). Neste artigo, o autor ressalta o modismo em que se configura a ideia de implicação e sobre como esta se articula com o campo social, fazendo com que o termo se confunda, complemente ou represente o sobretrabalho. Lourau coloca em debate a gênese do conceito de implicação e os diferentes usos que fazem os discursos psicológicos, sociológicos e epistemológicos e destaca que o conceito de sobreimplicação derivou do conceito de implicação, ressaltando ainda, que o importante para a Análise Institucional seria a análise de implicações. “A sobreimplicação, por sua vez, é a ideologia normativa do sobretrabalho, gestora da necessidade do ‘implicar-se’”. (LOURAU, 2004, p. 190). Já nas palavras de Nascimento e Coimbra (2004, p.4):

O que define a sobreimplicação é, ao contrário, uma dificuldade de análise e que, mesmo quando realizada, pode considerar como referência apenas um único nível, um só objeto, impossibilitando que outras dimensões sejam pensadas, que as multiplicidades se façam presentes, que as diferentes instituições sejam consideradas.

⁶⁴ Conselho Tutelar x Escola: autorização para castigo?

3. 1. Conselho Tutelar X Escola: autorização para o castigo?

Já havia conversado com a direção que me informou que a escola receberia o Conselho Tutelar do município em reuniões mensais, uma vez que este iniciaria um trabalho de acompanhamento das atividades escolares nas escolas públicas. O tema ‘Conselho Tutelar’(CT) mencionado em minha entrada no campo é retomado, quando algumas questões se reatualizam.

A chegada do CT na escola produziu uma série de debates e conversas de bastidores, nos quais professores, direção e equipe técnica ressaltavam o mal-estar produzido por esta presença, vista como uma instituição que impedia o exercício de autoridade que outrora pertencia à Educação. Os pais de alunos também apresentavam queixas sobre a atuação do CT na escola e fizeram uso do espaço de reunião de pais para falarem sobre a insatisfação que se colocava. Em uma reunião do 3º ano do ensino fundamental uma mãe de aluno insistia:

“É preciso maior controle sobre o que os filhos fazem na escola”

A mãe se referia ao fato de ser recorrente na escola o desaparecimento de objetos pessoais dos alunos em sala de aula, principalmente celulares e solicitava que os professores revistassem as mochilas dos alunos. A equipe pedagógica insistiu que não era possível revistar os alunos porque o CT os havia orientado que esta poderia ser considerada uma atitude de humilhação à criança, o que seria então proibido. A mãe insistiu:

“E se a gente fizer uma autorização dizendo que o professor pode revistar a mochila do filho, que pode colocá-lo de castigo quando necessário? É preciso fazer alguma coisa para que isso não aconteça mais. O CT tomou nossa autoridade”.

Após esta fala um murmúrio de queixas se apresentou, vários pais solicitavam olhares atentos, mais punição, todos falavam ao mesmo tempo, num coral que clamava por mais vigilância e controle. Com a palavra o vice-diretor:

“Não temos estrutura para vigiar todos os alunos, temos mais de mil alunos na escola, como podemos saber o que todos fazem o tempo todo? Nós procuramos cuidar disso, mas sempre

haverá falhas. Vocês pais é que devem orientar os filhos a cuidar, tomar conta do material que trazem para a escola e pensar que o celular não é artigo de necessidade, se precisarem se comunicar com a criança podem telefonar para a escola”.

O incômodo na cadeira da sala de reunião me empurrava a pedir um pouco da atenção aos pais, quando questionei o que queriam da escola: *autoridade para castigar? Olhar de observação permanente? Seria esta a função da escola? Função policialesca de encontrar o responsável a ser punido, reproduzindo um espaço similar ao prisional? Professor ou detetive? É isso que os pais esperavam da escola?*

Olhares de surpresa se lançaram sobre mim e, a partir daí, um silêncio. Logo a reunião foi retomada com os avisos finais.

Sabemos que as falas destes pais não pertenciam a um projeto particular, individual de como cada um deles imaginavam ser o trabalho realizado pela Educação. Entre vinte ou trinta pais presentes, quantas instituições atravessavam aqueles corpos que clamavam por disciplina? Qual a multiplicação possível? Essas vozes pertenciam ao João, pai de Eduarda. À Roberta, mãe de Patrícia? De quem eram essas vozes? Que forças estavam ali presentes?

Ao final da reunião alguns professores vieram ao meu encontro. Queriam entender como cheguei a tais conclusões, que nunca haviam pensado no quanto a escola os tornam sim um tanto detetives. Pude ouvir de um dos professores:

“No início da reunião os pais estavam se queixando de nós professores fazermos no final do ano um trabalho de revisão de tudo o que foi estudado. Para eles isso não era bom para os alunos porque eles precisavam trazer muito peso, por conta das apostilas. Fazemos o nosso trabalho de professor e eles reclamam. Outra vez querem que façamos o trabalho de detetive, que não é nossa função. Há momentos em que a reunião de pais se parece mais com um balcão de reclamações do PROCON”. (Diário de campo, outubro de 2010).

A escola, desde o seu surgimento, veio estabelecer mecanismos de avaliação, fixação de lugares e espaço de produção e reprodução de verdades, bem como estratégias de esquadramento dos corpos, para que estes se tornem docilizados: aponta o certo e o errado, o bom e o mau, o sucesso e o fracasso, o comportamento reforçável e o punível. Identifica mocinhos e bandidos.

Um discurso saudosista, da época em que o castigo era um método utilizado pelos professores nas escolas e aceito pela maioria dos pais, tornou-se comum. Muitos pais que vivenciaram essa forma de educação em meados do século XX, no Brasil, entendem ser este o modelo que deveria retornar, visto como aquele que garantiria a disciplina e o controle do comportamento.

A escola, tal como a conhecemos hoje, tem se utilizado de mecanismos de controle, num espaço onde há o exercício de práticas disciplinares, descritas por Foucault em *Vigiar e Punir* (1987).

A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; alinhamento das classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente. E nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra. (p.77)

Autoridade de castigo? Seria esta a função da escola? Função policialesca de encontrar o responsável a ser punido, reproduzindo um novo espaço tribunal? Que outras propostas podem surgir para a função da escola?

3. 2. Reunião de pais: encontros e desencontros com a linha pedagógica

Uma das reuniões de pais em que estive presente e que fora preparada pelas orientadoras educacional e pedagógica, foi iniciada com um vídeo, intitulado “*As crianças vêem, as crianças fazem*”⁶⁵. Este vídeo ressalta a ideia de que os pais são exemplos para os filhos. Para corroborar tal hipótese o vídeo apresenta imagens de adultos realizando alguma atividade considerada pelo campo social e pedagógico como inapropriada para crianças. Na imagem a criança logo atrás do adulto imita o seu comportamento ‘inadequado’, tais como: adulto e criança fazendo uso de cigarro, agredindo a esposa (apontamentos sobre violência doméstica contra a mulher), jogando

⁶⁵ Título original em inglês: “Children see, children do”. Disponível em: <<<http://www.youtube.com/watch?v=SJF50kwwRJE>>> Acesso em: 20/09/2010.

lixo no chão, em discussões de trânsito, empurrando uma pessoa na subida apressada de uma escada etc. A mensagem que finaliza o vídeo afirma “*children see, children do*”.

Após a apresentação do vídeo, o silêncio se fez presente, bem como várias feições de desassossego nos pais. Para findar o silêncio, a vez e a voz do discurso pedagógico, que veio para afirmar ser durante a infância o momento crucial de constituição do caráter: “*até os 8, 9 anos, no máximo, é quando se forma o caráter da criança, é quando irá se definir o que ela vai ser para o resto da sua vida, na adolescência, na vida adulta, até a terceira idade*”(fala de um profissional da educação durante a reunião de pais, *Diário de campo, outubro de 2010*). Destacou-se o papel da família, considerando os filhos como autênticas cópias dos pais, onde moldes e formas são exemplos a serem reproduzidos. Condenação de efeito xerox, que perdurará ao longo de toda sua vida.

Estaria eu ali, através do meu silêncio, assumindo um lugar de afirmação destes argumentos? Qual a intervenção possível? Como extrair potência deste encontro que tento estabelecer com a Educação? No momento que tive oportunidade perguntei à orientadora educacional: “Você realmente acredita que o desenvolvimento do caráter vai até os nove ou dez anos de idade e que após este período não haveria outra possibilidade? Com um sorriso no rosto, preocupada que as minhas palavras não soassem tão duras, questionei: “Você continua sendo a mesma pessoa desde os seus nove anos?” O que te faz pensar assim? Um pouco receosa com um possível abalo de convicções que foram construídas ao longo desta vida e com as várias instituições que atravessavam aquelas palavras iniciais, pude escutar algo que me fez pensar num diálogo possível que ali se afirmaria. “*Conheço tantas pessoas que, por não terem uma família estruturada, uma boa educação e pais que sabiam dar um bom direcionamento para os filhos, tiveram os caminhos conturbados, se tornaram delinquentes ou aqueles que não aproveitaram a chance de estudar e hoje trabalham em casas de família*”. (*Diário de campo, outubro de 2010*)

Pessoas que ela dizia serem diferentes dela, pois teria tido um bom exemplo familiar, o que lhe servira de suporte para os estudos, o bom caminho - longe da delinquência, do álcool e outras drogas, do trabalho doméstico - estrutura familiar que lhe teria garantido o sucesso. Afirmou também que algumas teorias estudadas durante o curso de pedagogia também apontavam para este caminho, o que pôde confirmar com sua experiência de vida.

Coloquei que durante o meu período de graduação em Psicologia também aprendi, a partir de teorias, que a formação da personalidade aconteceria do tal modo como descreve, mas que a

minha experiência como psicóloga, assim como a minha experiência de vida, apontara a possibilidade de abertura para outros caminhos, em linhas mais flexíveis, menos duras. Seria eu a mesma menina de nove anos de idade, condenada a uma forma de ser desde então até os dias atuais, situação que deveria permanecer até os últimos dias da minha vida?

Naquele momento pensei em minhas convicções científicas, do período em que estava em curso a faculdade de Psicologia. Os encantos que se exerceram sobre mim as técnicas de avaliação psicológica. HTP, Wartegg, Rorschach. A oportunidade de fazer um curso de grafologia no 2º período e poder ouvir das pessoas “como você aprendeu a identificar a personalidade de alguém através das letras”. O respeito e a admiração que tinha pelas professoras responsáveis pela disciplina “Métodos e técnicas de avaliação psicológica”. E a crença de que aquele saber era em favor do outro, o indivíduo, que vem ao psicólogo em busca de ajuda. Corações solidários, característicos de um certo humanismo, aquele que emerge com a pretensão de salvamento, cura, sem esquecer dos resquícios que produz, de isolamento, rótulos e esquadramento.

Essa ideia intimidante de reconhecer, a partir do fracasso do outro, o próprio sucesso. Discursos que individualizam questões adversas, muito mais amplas que a particular particularidade de cada família. Pensei no quanto aquele discurso, certamente desprovido de um único dono, poderia estar atrelado às mesmas convicções que há pouco reconhecia em meu repertório. De quem era aquele discurso? Que caminhos percorri para encontrar nestas palavras um estranhamento? Sei que convicções foram abaladas, desterritorializadas, e que isso se deu em um processo. (Diário de Campo, 26 de outubro de 2010).

Após um turbilhão de pensamentos que ali se colocara, lembrei-me de uma poesia de Alberto Caeiro, destacada em um pedaço de papel que eu tinha dentro da minha agenda. Utilizei-a como um dispositivo para colocar em debate “as coisas que aprendemos na infância”:

“Procuro despir-me do que aprendi,
Procuro esquecer-me do modo de lembrar que me ensinaram,
E raspar a tinta com que me pintaram os sentidos,
Desencaixotar as minhas emoções verdadeiras,
Desembrulhar-me e ser eu,

não Alberto Caeiro,
 mas um animal humano que a natureza produziu
 E assim escrevo, querendo sentir a natureza, nem sequer como um homem,
 Mas como quem sente a natureza, e mais nada
 E assim escrevo, ora bem, ora mal
 Ora acertando com o que quero dizer, ora errando
 Caindo aqui, levantando-me acolá,
 Mas indo sempre no meu caminho como um cego teimoso”

Alberto Caeiro, O guardador de rebanhos

“Penso assim, mas estou aberta para descobrir outros pensamentos⁶⁶”.(Diário de campo, outubro de 2010).

É o que pude ouvir da escola.

Fiquei sem palavras após esta fala. De fato, fez-se ali um silêncio. Não um silêncio qualquer, esse parecia estabelecer ressonâncias do que se passara. As palavras da orientadora, mais o silêncio que se sucedeu me fizeram sentir “um pouco de possível”. Deslocar uma engrenagem de culpabilização. Desnaturalizar normas acerca da família. O dia-a-dia na escola, muitas vezes, me fez sentir estar em um campo de batalha, no qual se desenhava um desafio permanente: o de criar linhas de fuga às regularidades, de habitar um campo problemático, sempre tenso e que exige um certo esforço para a criação de outros possíveis no plano de imanência. Pensei naqueles pais que ficaram olhando para o vídeo enquanto eu olhava para eles. Alguns viravam o rosto como se aqueles corpos negassem a condição de culpabilização que lhes eram dirigidas. Marcas de um discurso operado ali naquele momento não somente pelos profissionais da educação, mas por toda uma engrenagem. Gostaria de poder dizer alguma coisa àqueles pais também. Permaneci preocupada com a desautorização que uma fala minha poderia empreender sobre a fala das orientadoras, de desqualificação de um colega de trabalho. Naquele momento decidi que a minha intervenção não alcançaria um quantitativo de pessoas, os aproximadamente 30 pais presentes,

⁶⁶ Fala da orientadora educacional após a leitura da poesia.

pois não era possível um embate com a equipe pedagógica em meio à reunião de pais. Fiquei com a angústia de vê-los ir embora com a imagem do vídeo impregnada na alma. Mas pude respirar ao produzir junto com uma profissional da educação um deslocamento de algo que parecia naturalizado. Desestabilizar eixos onde as formas se apresentam como que distribuídas por categorias a priori. (Diário de campo, 26 de outubro de 2010).

Algum tempo depois ao ser solicitada a apresentar uma palestra sobre autismo e asperger⁶⁷ pude retomar este evento junto à orientadora pedagógica e outros profissionais presentes. Pretendia retomar o tema da culpabilização social que se direciona a família.

3. 3. Prepare-se para a palestra ⁶⁸: desconstruindo especialismos

Em meio ao trabalho surgiu um convite para falar aos profissionais da educação sobre questões que se colocavam para a escola. Vários temas foram cogitados: autismo, asperger, esquizofrenia, TDAH. Eu havia solicitado um espaço para falar sobre o que havia escrito na dissertação, mas me colocaram a necessidade de utilizar esse espaço para fornecer algumas orientações aos professores sobre os problemas que a escola enfrentava com os alunos. Um dos profissionais me enviou um e-mail para solicitar a encomenda:

Débora

Prepare-se para a palestra do Anchieta, convidarei o CEAT⁶⁹ para assistir junto aos docentes. No dia 31/05 soltarei os alunos 15 h 30 min para que 16 horas inicie a sua palestra. Por favor, confirme. Já falei com a direção em reunião e a ideia foi acolhida.

A palestra será para os docentes e disciplinários, a equipe está com dificuldade de lidar com um aluno autista e também tem dificuldade de lidar com TDH.

O objetivo é descrever o perfil de autismo e TDH e orientar os docentes a lidar com os mesmos em sala de aula.

Problema com autista:

Aluno inteligente, relaciona-se bem com os colegas, conversa, tem atitudes robotizadas, português perfeito, é metódico, quer sentar sempre no mesmo lugar, usar sempre caneta, perde

⁶⁷ Voltaremos a este ponto adiante para falar como se deu a proposta de restituição da pesquisa a partir do convite para uma palestra sobre este tema.

⁶⁸ Frase escrita por um profissional da educação durante o envio de um e-mail em que foi acordada a data para o encontro que denominamos “palestra-restituição”.

⁶⁹ CEAT (Centro Municipal Especializado de Atendimento Educacional) é a sigla utilizada para um estabelecimento educacional no município de Barra Mansa, que atende alunos com deficiência visual e auditiva, transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades cognitivas.

material, imita vocabulários e ações dos colegas, obedece comando de colegas, não gosta de copiar matéria, é questionador, desvia do assunto quanto pressionado, interessa-se muito por máquinas e em especial ventiladores. É filho único e tem uma mãe superprotetora, da qual está tentando se libertar. O aluno é posto para fora com frequência da sala por questionar a mudança de qualquer rotina, obedecer mal feitos de colegas e apresentar comportamento insubordinável. Características comportamentais de autistas, como lidar, como dar aulas mais interessantes...

Problema com TDH

O problema de praxis, comportamentos clássicos de TDH, nossos alunos tem laudo, a questão é como melhorar as aulas, a rotina, como lidar para as aulas serem mais envolventes...

Aguardo a sua confirmação.

T...

Data agendada e encomenda produzida. Após a leitura deste *e-mail* passei algum tempo sem saber o que faria, apenas confirmei presença. Quem estavam convidando? Sem dúvida, a Débora, psicóloga. Digo isso em terceira pessoa, pois não me reconhecia ali. “Comportamento insubordinável? Aluno questionador? Nossos alunos tem laudo, a questão é o que fazer”... O que fazer? Perguntei-me. A demanda que me dirigiam estava direcionada ao especialista psicólogo, conhecedor do comportamento humano, e principalmente, do comportamento que foge às normas. Conhecendo o indivíduo normal, torna-se possível identificar o ‘anormal’ e indicar um tratamento para sua adequação. Especialista em encontrar um meio de ajustar o comportamento indesejável.

O psicólogo na escola frequentemente é visto como aquele que viria para colocar saúde e ordem! Saúde aos alunos diagnosticados por especialistas médicos. Saúde aos professores, que solicitam orientação sobre como lidar com seus alunos. Ordem na escola, com indicações de ajuste, adequação, ortopedia comportamental. Organizar o cotidiano da escola, os desvios, as condutas. Tornar as aulas mais interessantes. Identificar, marcar, classificar, orientar, tratar: percebo o quanto é difícil para a figura do psicólogo não estar associada a esta forma de trabalho. Partiria do plano das formas, do lugar de especialista, para desmontá-lo junto aos envolvidos neste processo. Abriria uma brecha para um trabalho de restituição da pesquisa, durante a palestra-encomenda. O que estamos chamando de restituição? Tomamos de empréstimo a definição do termo por René Lourau:

A restituição, enquanto conceito socioanalítico, supõe que se deva, e se possa, falar algumas coisas que, em geral, são deixadas à sombra. Essas coisas seriam as comumente silenciadas, faladas apenas em corredores,

cafés, ou na intimidade do casal. De fato, para nós, tais “coisas” são aquela “fala” institucional que não pode ser “ouvida” de forma pública. Há, freqüentemente, um aspecto de indiscrição no conceito de restituição e, mesmo, o risco de cair na denúncia meramente recriminatória. É preciso estar muito atento quando se maneja essa técnica e a melhor maneira de combater denúncias impotetizantes, as alianças espúrias e seus riscos - a mera indiscrição, a acusação revanchista, as, até, irrefletidas... - é aplicá-las a si mesmo. Ou seja, deve-se enunciar “coisas”, e não denunciar outrem. (LOURAU, 1993, p. 51/2).

A restituição para a análise institucional então, não seria uma simples técnica de devolução da pesquisa, mas uma ferramenta sócio-analítica que possibilita que os movimentos e acontecimentos, geralmente excluídos do campo de análise, possam ter destaque, considerando as pessoas envolvidas não como objetos, mas como sujeitos deste processo. (Coimbra e Nascimento, 2004).

Manejar um encontro de restituição no qual se espera encontrar um especialista que apresente técnicas de mudança comportamental, fórmulas de aplicabilidade de um modelo educacional para as crianças diagnosticadas com transtornos comportamentais.

“Me diga o que fazer, como, quando, de que forma”. Resolver a equação: especialista palestrante + um corpo atravessado pela análise institucional = restituição da pesquisa. Era esta a condição possível, o espaço encontrado para fazer falar a instituição, ainda que os envolvidos neste processo não tivessem a informação nominal do que ali se passava. (Diário de campo, maio de 2011).

Sabíamos que a encomenda endereçada a um especialista não incluía apenas o pedido formulado - neste caso a palestra sobre autismo e asperger - mas, principalmente, o encargo social, aquilo que se espera do especialista *psi*: que ele venha para falar sobre os conteúdos psicológicos. Estes processos são inseparáveis e historicamente produzidos, atuam na legitimação de nossa função como especialistas. (Rodrigues, 1992).

Desta forma, trabalhamos numa encruzilhada política, onde podemos...

(...) fazer o jogo dessa reprodução de modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização ou, ao contrário, (...) [estaríamos] trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam [os] por para funcionar. Isso quer dizer que não há

objetividade alguma nesse campo, nem uma suposta neutralidade na relação, como a suposta neutralidade analítica. (GUATTARI e ROLNIK, 2005, p. 37).

A palestra-restituição serviu não apenas para falarmos sobre autismo e asperger, mas também como instrumento operador capaz de nos fazer repensar nossas práticas.

3. 4. O autista (...) é filho único e tem uma mãe superprotetora, da qual está tentando se libertar⁷⁰

Iniciamos este tópico com um subtítulo pensado a partir da fala de um dos profissionais da educação. Declararia aqui de quem eram essas palavras? Torna-se importante identificar um nome? Essa frase não me parece familiar? Não nos lembram alguns autores de livros antigos, de tempos remotos (será?), alguns destes autores utilizados aqui nesta dissertação? Os conceitos com os quais operam os profissionais da educação há muito circulam e se atualizam no mundo através de práticas que capilarizam um Estado controle. Discurso corrente não apenas na escola onde realizamos a pesquisa, mas legitimado no mundo. Autista = mãe superprotetora. Mãe superprotetora = filhos problemáticos? Mãe? Culpada, sempre. Seja por proteger ou por abandonar. Caso alguma questão não se encaixe nesta ‘caixa de ferramentas da maternidade protetora-sufocante ou a negligente’, outras poderão ser abertas: carência paterna; carência do papel familiar do pai ou em termos psicanalíticos, a carência da ‘função paterna’. Como desmontar estas engrenagens, desnaturalizá-las no encontro com a educação?

Criar uma proposta de trabalho que permitisse articular um outro modo de pensar autismo, asperger, TDAH. Transversalizar os temas, partindo do biológico para pensar o campo social, não apenas descrevendo as características da doença, mas a forma como esta fora sendo forjada, bem como os efeitos que teria produzido. Preocupava-me em não fazer apontamentos, ao estilo: “olha como tal professora é preconceituosa, está rotulando o aluno x”. Não estava ali para apontar erros ou para fazer diagnósticos sociais do local onde realizava a pesquisa.

Foi preciso buscar informações sobre autismo e síndrome de asperger: biologia, psiquiatria, psicanálise, psicologia. Explicações diversas sobre os ‘distúrbios’ a que me fora designado falar. Investiguei *sites* que falavam sobre o tema, bem como o 10º volume Código Internacional de Doenças, o CID-10. Como forma de estudo, utilizei um vídeo-aula, intitulado

⁷⁰ Escrita de um dos profissionais da educação durante troca de e-mails.

“Autismo e Síndrome de Asperger⁷¹” onde o prof. Dr. Marcos Mercadante da Universidade Presbiteriana Mackenzie (RJ) descreve os transtornos. Imaginei que o que se encontrava na literatura estava disponível a qualquer pessoa que buscasse investigar. Era necessária a minha presença para falar sobre o tema? Não era somente a descrição de uma doença ou como lidar com ela o que estavam solicitando, mas a autoridade e o reconhecimento do psicólogo, especialista no assunto.

Assumi então, o lugar de especialista, partindo do plano das formas prontas e acabadas, definindo, descrevendo, situando as categorias de aparição do transtorno invasivo do desenvolvimento, dando maior enfoque ao autismo e à síndrome de asperger. Falei sobre a característica nosológica e as vertentes genéticas. Assim, discutimos a visão de uma psiquiatria biológica e por fim chegamos aos estudos empreendidos por Leo Kanner (1966), utilizando trechos de alguns livros antigos já expostos no segundo capítulo.

Lembro-me que ao chegar ao local onde aconteceria a palestra-restituição havia um grande número de pessoas, muito além daquelas que estiveram presentes nos encontros anteriores. A descrição das doenças chamava a atenção dos professores, que comentavam o cotidiano de trabalho com uma criança diagnosticada com a síndrome de asperger.

Temos um aluno asperger⁷² na turma da professora x e é muito interessante o que você está trazendo⁷³ sobre a dificuldade do aluno em entender metáforas, de entender tudo de forma literal. Um dia quando eu falava com ele, disse que já estava careca de saber sobre algum assunto e ele me perguntou: você está ficando careca tia, seu cabelo está caindo? Como ele parece muito inteligente, ficamos

⁷¹ MERCADANTE, Marcos. *Autismo e síndrome de asperger*. [Filme-vídeo]. Produção de MCG visual effects. São Paulo, Associação Brasileira de Psiquiatria-Programa de Educação Continuada, 2009. 1 DVD, 90 min. color. som.

⁷² Chamaremos este aluno pelo nome fictício “Lucas”.

⁷³ A professora se refere a um dos *slides* que apresentei na ocasião, que continha informações descritivas do comportamento de uma pessoa portadora da síndrome de asperger. As informações foram retiradas do *site* da Associação de Amigos do Autista (AMA) e estão disponíveis em: http://www.ama.org.br/html/info_sind.php. Acesso em 21/05/2011. Segue adiante o conteúdo destas informações. [Algumas das características peculiares mais frequentemente apresentadas pelos portadores da Síndrome de Asperger são: Interpretação literal, incapacidade para interpretar mentiras, metáforas, ironias, frases com duplo sentido, etc; Dificuldades no uso do olhar, expressões faciais, gestos e movimentos corporais como comunicação não verbal; Pensamento concreto; Dificuldade para entender e expressar emoções; Falta de auto-censura: costumam falar tudo o que pensam; Apego a rotinas e rituais, dificuldade de adaptação a mudanças e fixação em assuntos específicos ; Atraso no desenvolvimento motor e frequentes dificuldades na coordenação motora tanto grossa como fina, inclusive na escrita; Hipersensibilidade sensorial: sensibilidade exacerbada a determinados ruídos, fascinação por objetos luminosos e com música, atração por determinadas texturas etc.; Comportamentos estranhos de autoestimulação; Dificuldades em generalizar o aprendizado; Dificuldades na organização e planejamento da execução de tarefas.].

pensando se ele não está ‘se fazendo de bobo’. É a impressão que temos. (Diário de campo, maio de 2011).

Os professores falaram sobre a dificuldade cotidiana de fazer com que esse aluno (Lucas) se comportasse de forma adequada no meio escolar, sobre o quanto o comportamento dele terminava por ‘contaminar’ o dos outros alunos, que ao vê-lo fazer algo diferente, também queriam fazê-lo. A criança tinha o hábito de repetir frases e gestos que outros alunos faziam. Os alunos o achavam engraçado e incitavam este comportamento. Para os professores, tudo saía da ordem.

Pude pensar junto com a equipe que algumas crianças iriam escapar de uma certa lógica de funcionamento instituída na educação (regras, rotinas, horários, atividades previstas, ideia de ensino e aprendizagem), visto que a maneira com que estabelecem uma relação com a vida não estaria atravessada pelos critérios normativos que estamos habituados. Não se submeteriam de forma estrita à ordem estabelecida. Elas possuíam um modo de viver, de sentir, de pensar e de agir diferenciados, com regras próprias.

Certo dia na escola, tive a oportunidade de conhecer o aluno diagnosticado com a síndrome de asperger. Estava lá para acordar com a equipe pedagógica um tema a ser trabalhado durante a palestra, quando fomos interrompidas com o pedido de uma disciplinária de acolher a criança que ‘atrapalhava a aula da professora’. “Vamos conversar com ele Débora, queremos que o conheça”. Sentia sobre mim um olhar que identificava a pesquisadora, aquela que deve observar de fora seu objeto de estudo, e depois oferecer um parecer sobre o assunto. Era necessário dizer algo? A jovem criança questionava o ter que ficar em sala de aula sem poder conversar com os amigos, não gostava de ficar quieto durante muito tempo e queria comer um biscoito que trouxe de casa e a professora tomou. “Por que não posso conversar um pouco, levantar da cadeira, comer o biscoito quando estou com fome? A hora do recreio demora muito. Quero fazer outra coisa e não ficar trancado naquela sala. Por que não tenho esse direito?” A voz não era em alto tom, reivindicava algo e assustava a equipe com sua habilidade de argumentação, um espírito revolucionário. Ele questionava aquela instituição, seu formato aprisionante. Vieram os pedidos à criança de obediência ao que era solicitado pela professora, que já haviam conversado antes, na ocasião, teria prometido se comportar, o que não estava cumprindo. Ao concluírem os

pedidos por ordem e disciplina, os olhares se voltaram para a minha pessoa, como se dissessem: ‘você não vai dizer nada?’ Não, não convocaria forças instituídas em meu corpo docilizado pela disciplina, pelo menos naquele momento. Me calei. Uma vida escapando dos formatos educacionais. Condição da síndrome de asperger? Talvez. Desejo de muitas outras vidas. Lembrei o quanto era ruim ficar dentro de uma sala de aula durante horas sem poder conversar, levantar um pouco. Desejei experimentar esse devir-asperger. Minutos antes da saída da criança desta sala, podemos ficar alguns minutos eu e ela. O jovem me perguntou: “você é psicóloga, não vai brigar comigo também?” Respondi que não estava ali para brigar, mas que também gostaria de comer um biscoito naquela hora. Ele respondeu que havia outro escondido com ele. Comemos o biscoito enquanto ele falava sobre sentir vontade de sair da sala de aula e caminhar um pouco para ver as pessoas no corredor. E poder respirar porque a sala era abafada. De fato era um dia quente. Ele repetia incessantemente: “Por que não posso andar por aí tia?” Na saída ele disse à orientadora pedagógica que entrava: “agora eu vou voltar para sala de aula!” Com a saída da criança disseram que a cena era cotidiana, todos os dias o jovem vinha até a sala da orientação educacional a pedido da professora. Disseram que estavam tendo muita dificuldade em lidar com a situação. Eu via somente uma criança adorável, um corpo que negava sujeição às normas produzidas no campo social, que desejava produzir suas próprias regras, regras facultativas. (Diário de campo, abril de 2011).

Em seguida, lembrei a fala de um professor de Educação Física que, em um outro momento fora dali, falava sobre ter observado que alguns alunos que constantemente fugiam de sua aula, pulando o muro da quadra, pareciam “respirar, como se estivessem sufocados” e fez o movimento corporal de quem respira aliviado, dizendo: “estou livre!”. Quando retomei sua fala, o professor disse: “alguns alunos realmente não gostam da disciplina e quando fogem parecem ir ao encontro da liberdade, isso me assusta, porque se fosse aula de matemática, geografia... Mas se sentir sufocado em uma aula de Educação Física, me parece estranho. Mas vejo isso neles sim, a sensação de estarem sendo sufocados pela escola”. (Diário de campo, maio de 2011).

Sim, eram as crianças que literalmente escapavam de uma ordem estabelecida, sendo prontamente identificadas à palavra indisciplina. Estas crianças que se recusavam ao exercício do corpo não eram aquelas diagnosticadas com transtornos psiquiátricos, mas as que foram enquadradas aos problemas de disciplina. Poderiam não ser autistas, do ponto de vista clínico, mas convocavam um devir-autista, minoritário⁷⁴, e escorriam para outros possíveis. Nas palavras de Deleuze e Guattari (1995), um devir esquizo. Ou como lembrado por Pelbart (2011, p. 19/20):

É uma lei-esquiza, dizem Deleuze-Guattari, talvez pela semelhança do nômade com o esquizo. O esquizo está presente e ausente simultaneamente, ele está na tua frente e ao mesmo tempo te escapa, sempre está dentro e fora, da conversa, da família, da cidade, da economia, da cultura, da linguagem, [da escola⁷⁵]. Ocupa um território, mas ao mesmo tempo o desmancha, dificilmente entra em confronto direto com aquilo que recusa, não aceita a dialética da oposição, que sabe submetida de antemão ao campo do adversário, por isso ele desliza, escorrega, recusa o jogo ou subverte-lhe o sentido, corrói o próprio campo e assim resiste às injunções dominantes.

A citação acima me pareceu muito mais próxima daquilo que envolve autismo e síndrome de asperger, algo que se aproximava da experiência vivida no campo, distante das descrições encontradas no CID-10. A diferença esta na proposta do filósofo – Peter Pál Pelbart, atravessado pela filosofia da diferença – em mostrar que a vida escapa dos padrões normativos, abrindo o campo de análise. Já a Classificação Internacional de Doenças fecha o campo de possíveis, enclausura, aprisiona a vida, direcionando para esta um diagnóstico, um processo terapêutico que envolve toda uma parafernália científica: médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, medicamentos, estabelecimentos de saúde. Nas palavras de Clarice Lispector: “Me deram um nome e me alienaram em mim”. Todo um enraizamento que, de fato, dá suporte, estrutura

⁷⁴ Para Guattari e Rolnik (2005) a noção de devir estaria relacionada à economia do desejo. Deleuze em entrevista concedida à Claire Parnet em 1988 – publicada posteriormente e intitulada *Abecedário de Giles Deleuze* – afirmou que todos os devires são minoritários, o que não significa dizer que sejam menos importantes. Para o autor, “a maioria é algo que supõe a existência de um padrão: homem, adulto, macho, cidadão. O que entende como um padrão vazio. Neste caso, não existiria um devir-homem, macho... Já o devir-mulher, por exemplo, seria algo que viria intervir neste grupo, uma forma pautar seu lugar minoritário, de esquerda. Não um devir-mulher que se adquire por natureza, mas por devir, que os homens ou as crianças também poderiam alcançar”. Retornarei a este ponto adiante.

⁷⁵ A palavra inserida, não corresponde à citação no original.

nossas práticas biopolíticas de gestão da vida. Mas esta, sempre irá escapar, seja pelos corredores das escolas, seja pulando os muros. Seria esta sua potência. Reinventar outras formas de relação com a instituição da educação. (Diário de campo, maio de 2011).

Junto aos professores comparei tais situações, sobre a insubordinação de Lucas e do aluno que pulava o muro da quadra para fugir das aulas de Educação Física. Que campo de análise poderíamos abrir para falarmos sobre a escola enquanto instituição? Conversamos sobre as classificações, referenciais e valores que a escola afirma em seu cotidiano de trabalho. Referenciais de:

- ✓ Sucesso profissional: o que você vai ser quando crescer?;
- ✓ Normalidade: grau de aprendizagem adequado a um período do desenvolvimento;
- ✓ Comportamento: a maneira correta ou não de se comportar;
- ✓ Produção de conhecimento: afirma aquele que sabe (o professor) e aquele que não sabe (o aluno).

Lembrei a época em que fui escolarizada, quando as turmas eram classificadas por letras: *A*, as turmas que tinham os alunos com as melhores notas; *B*, notas boas; e *C*, as turmas com alunos regulares, medianos. Os alunos das turmas *A* sempre recebiam incentivos de honra ao mérito. Das turmas *C* eram aquelas em que os professores reuniam esforços para ajudá-las. As turmas *B* produziam pouca mobilização. A preocupação era de não permitir o contágio entre as turmas, uma certa higienização socio-educacional. O que fazemos hoje quando ao final do ano temos que realizar uma divisão, segmentação das turmas para o ano seguinte? Naturalizamos um formato educacional em nós, não o questionamos. Será que um modo de ser autista está pautado nestas regras de funcionamento escolar? Como acolher essas crianças?

Durante a palestra-restituição, após acolher e encaminhar as questões que até então haviam sido colocadas, retomei as características gerais do autismo e asperger, compondo as descrições biológicas, genéticas e psiquiátricas com o enfoque psicodinâmico da psicanálise. Falei sobre a aposta psicanalítica de que o desenvolvimento do autismo estaria relacionado com o que em psicanálise é chamado de “carência paterna”, onde os fatores familiares atuariam como condicionantes da doença. Neste momento, muitos professores fizeram um movimento positivo com a cabeça, alguns comentaram rapidamente que aprenderam sobre este tema acerca da

psicanálise e autismo nos cursos de pós-graduação em psicopedagogia. E convoquei-os a pensar junto comigo o que havia sido produzido no campo social acerca de uma certa culpabilidade da família pelos filhos que desenvolviam algum tipo de transtorno psiquiátrico, especialmente o autismo. Como a psicologia, pedagogia, psicanálise e psiquiatria haviam contribuído para a disseminação do discurso de responsabilidade unilateral da família pelos filhos fora da norma.

Utilizei os escritos de Leo Kanner⁷⁶ (1966), psiquiatra austríaco – radicado nos Estados Unidos - que estudou a influência do comportamento dos pais nas neuroses e psicoses dos filhos. Durante sua pesquisa sobre autismo afirmou a importância do meio familiar, especialmente, dos papéis de pai e mãe no desenvolvimento da criança. Em 1943 publicou um livro⁷⁷ em que comunicava a descrição de onze casos de crianças que apresentavam “tendência⁷⁸ ao retraimento antes de haver completado um ano de idade” (p. 720). Ao longo de seus trabalhos sobre autismo descreveu uma característica que dizia ser comum entre os pais de dessas crianças. Esses eram muito inteligentes mais pouco afetuosos. Em seu livro “*Psiquiatria infantil*”, afirmou que muitos dos pais de crianças autistas eram homens de ciência, escritores e estudantes de arte, mas “*muy pocos padres realmente afectuosos*”⁷⁹. (1966, p. 723)

Utilizei uma citação de Veronese⁸⁰ (s/d) em que as orientações do autor seguiam o mesmo caminho dos estudos de Leo Kanner. Discurso de culpabilização da família. Veronese explicita em seu texto a responsabilidade da família na constituição do que chama de “neuroses de caráter” (p.75) e ensina aos pais a melhor maneira de lidar com as peripécias da vida.

Maria era a filha mais velha de um casal. Concebida ainda na época do noivado, foi recebida pela mãe com forte sentimento de culpa, pois se tratava de uma família profundamente religiosa. Inconscientemente rejeitou esta filha que era, para ela, a recordação constante de seu erro. A menina *creceu cheia de distúrbios*, apresentando um sem-número de sintomas extremamente dolorosos, que se agravaram intensamente até a época em que começou o tratamento. O caminho para a transformação dessa personalidade foi bastante longo, mas, como

⁷⁶ A citação a seguir foi utilizada (em *slide*) como um dispositivo de desnaturalização das engrenagens de culpabilização da família: “ *A fenomenologia dos distúrbios de personalidade e desvios de conduta podem estar diretamente relacionados, em grande parte, com causas derivadas das atitudes dos pais em relação aos seus filhos.* (Kanner, 1966, p. 132, tradução livre). Citação original no segundo capítulo.

⁷⁷ No original em inglês a obra foi intitulada “*Autistic disturbances of affective contact*”.

⁷⁸ Citação original: “*tendencia al retraimiento antes de haber cumplido un año de edad*”. (tradução livre).

⁷⁹ “*muito poucos pais realmente afetuosos*” (tradução livre).

⁸⁰ Hugo Veronese foi ordenado padre em 1945 e abandonou o celibato em 1966. Estudou pedagogia, psicologia, direito e filosofia, dedicando-se ao magistério. Foi coordenador da coleção “Biblioteca de Formação Familiar”, obra em seis volumes, uma delas utilizada aqui nesta dissertação.

se tratava de uma pessoa inteligente, ela foi se dando conta do verdadeiro sentido de suas relações e, aos poucos, conseguiu superar a sua problemática. (VERONESE, s/d, p. 78, *grifos meus*).

E questioneei junto aos colegas de pesquisa: o que tínhamos a fazer com essas orientações, em nosso trabalho, em nossa existência autônoma? Compreender? Acordar? Sabia que aqueles livros antigos eram extremamente atualizados, se levássemos em conta sua capacidade de provocar ecos... Uma maneira de interpretar a família, suas mazelas, algo presente nas falas dos especialistas, mas principalmente, no coração das pessoas, visto que se tratava de um discurso disseminado no e pelo campo social. Tratava-se de uma interpretação violenta, que desconhecía outros possíveis. Modos de subjetivação que atravessam discursos e práticas. Mãe? Culpada por permitir que os filhos cresçam “*cheios de distúrbios*”. Pais? Culpados! E os especialistas? Verdadeiros salvadores da pátria! Sua intervenção é capaz de dissolver não somente os “sintomas dolorosos”, como afirma Veronese (s/d), mas de apaziguar o comportamento dos filhos fora da norma, indicando o uso de medicações para a aprendizagem, as verdadeiras “pílulas da sabedoria”. Especialistas que fazem operar sentidos, onde *um* saber, um remédio, *um* processo de tratamento indicado, *uma* interpretação, adquire a visibilidade do artigo definido, tornando-se “o” possível ou “a” solução para os problemas e não “um” possível.

Ressaltei que a definição de Veronese não era diferente daquelas empreendidas por Leo Kanner em seus estudos sobre autismo. Estratégias de culpabilização da família que insistiam no contemporâneo, por possuir o aval de alguns especialismos que os legitimavam. Lembrei o vídeo “*as crianças vêem, as crianças fazem*” que foi utilizado em uma reunião de pais⁸¹, para pensarmos a atualização das técnicas de culpabilização das famílias. O que propunha o vídeo senão a responsabilidade exclusiva da família na constituição da personalidade dos filhos? E que ideia era aquela de personalidade fixa, fechada, inflexível, imutável após uma certa idade das crianças? Haveria uma certa permanência do discurso médico-psicológico que vigorava outrora nos trechos literários de Werneck⁸², Veronese ou Kanner? Quantos discursos falavam através das imagens do vídeo? Que micro-estratégias triunfantes de normalização da família estavam presentes em discursos tutelares que permitiam criar uma política de individualização de questões

⁸¹ Situação descrita no início deste capítulo, no tópico “*Reunião de pais: encontros e desencontros com a linha pedagógica*”.

⁸² O autor, citado no segundo capítulo dessa dissertação, foi mencionado durante o encontro, mas não foi utilizado em forma de apresentação em slides.

amplas e adversas? Poderíamos pensar os filhos como produtos exclusivos das relações familiares?

Juntar as peças que pareciam distantes, principalmente pelo tempo nos permitiu um realizar um “jogo de espelhos” tal como definido por Savoye:

O sócio-historiador socioanalista deverá (...) criar as condições práticas para que funcione, numa perspectiva analítica, o jogo de espelho entre o passado e o presente, em elucidação recíproca (...) Os membros do estabelecimento serão convidados pelo interventor a um questionamento do presente pelo passado (e reciprocamente). (SAVOYE, 2007, p. 191).

Negaria, junto aos profissionais da educação, o fato de que as crianças imitariam o comportamento dos pais? Não. Mas pude mencionar que as crianças imitariam também os avós, os irmãos, os tios, primos, professores, colegas de sala de aula, pessoas do convívio comunitário, personagens de cinema: bruxos, mocinhos, bandidos. Personagens de novelas: os grandes vilões, as inúmeras vítimas, os proprietários de residências e carros luxuosos. Cantores, artistas, médicos, psicólogos, jornalistas e toda uma categoria profissional presente nos programas de TV. Os personagens de desenhos animados: o *Naruto*, o *Ben 10*, *As Meninas Super-poderosas* e etc. Os personagens aqui citados seriam nossos contemporâneos, mas havia outros outrora. A história de cada “personalidade” seria múltipla, mas um discurso *psi* unívoco a teria reduzido a *uma* análise dita científica, deixando o ônus para a família. O que viria a caracterizar sua responsabilidade pelos próprios infortúnios, provocando o apagamento das condições que a produziram, bem como a desresponsabilização do Estado em assistir as famílias. Se as crianças não aprendiam porque as mães não levaram seus filhos ao médico para tomarem a Ritalina⁸³, o que o Estado teria a ver com isso? Deveria apenas fornecer através do SUS o tratamento clínico adequado? O que podemos observar é que tais questões tornadas individuais e familiares politizam o processo de forma a torná-lo uma questão particularizada.

Utilizei como ferramenta para desdobrar os construtos sociais sobre o autismo uma frase dita pelo professor Mercadante (2009), no vídeo sobre autismo e asperger, em que afirma que o: “*Autismo não é uma doença, mas um modo de vida diferente*”. E falei sobre os rótulos que

⁸³ Ritalina é o nome comercial da medicação produzida à base de *metilfenidato*, uma substância química utilizada como fármaco, estimulante do Sistema Nervoso Central, que resulta na elevação do estado de alerta e numa maior concentração. A medicação costuma ser utilizada em casos de diagnóstico do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). (Fonte: <<<http://www.bulas.med.br/bula/3721/ritalina.htm>>>) Acesso em: 21/07/2011.

colocávamos naquelas crianças, que ao ter em mãos um diagnóstico, corríamos o risco de nomear crianças com um novo “título” que carregava. Uma professora disse:

“O diagnóstico vira sobrenome”.

Não teria como não lembrar a sensibilidade desta professora ao longo de todo o processo de pesquisa, sempre atenta às configurações sociais que atravessavam seu campo de trabalho. Sempre ressaltou que os alunos especiais que tinha em sua turma nunca lhe foram problema. Por várias vezes falou sobre reconhecer o quanto os alunos se sentiam sufocados com o formato educacional. Em momentos diferentes pude ouvi-la dizer: *“deixo os meus alunos saírem da sala de aula para andarem um pouco, beberem água, respirar é preciso”*; *“converso com meus alunos sobre precisarmos às vezes de um pouco de silêncio para aprendermos alguma matéria, mas digo para eles que gritar, se mexer, sair do lugar é necessário”*; *“não me importa o que os médicos, psicólogos ou qualquer outra coisa diga sobre os autistas, me interessa eu e meu aluno em sala de aula, ali posso criar o que eu quiser junto com ele, independente de teorias. E nos damos muito bem”*. (Diário de campo, datas múltiplas).

A última frase foi dita durante o encontro de restituição da pesquisa. Sobre a parte sublinhada reconheço que muito me alegrou principalmente por coisificar figuras que há muito coisificam pessoas. Por desconstruir, em poucas palavras, o que com muitas tentava fazer. (Diário de campo, julho de 2011).

A redução/estigmatização de um aluno ao seu diagnóstico me fez lembrar a época em que estagiei em uma casa de custódia, onde os internos eram chamados pelo artigo do Código Penal, correspondente ao crime que supostamente teriam cometido. “Hoje a psicóloga vai atender “o escurinho de cabeça raspada” ou “aquele que tem marca de tiro na testa” ou ainda “aquele clarinho que chegou semana passada”. Identificação que vinha seguida de “o artigo 157 – ou qualquer outro - da galeria A⁸⁴”. E o carcereiro responsável pela galeria buscava o detento. Nunca houve erro nessa identificação por códigos. Todos entendiam a nomenclatura.

Penso que da mesma forma se entende que fulano autista seria fruto de uma relação familiar constituída pela falta, filho de “pais pouco afetuosos” como defende Kanner (1966) ou de uma mãe superprotetora que os sufocam. Justificativas que mantêm as famílias no lugar de

⁸⁴ Galeria A, B ou C eram as divisões feitas entre as áreas com um número X de celas.

produtoras de desvios. Pais que produziriam um efeito-xerox nas novas gerações, por errarem e ensinarem seus filhos a o seguirem, a imitar seus erros. Pais protótipos, mas não como exemplos de maior perfeição. No caso do vídeo - “*Children see, children do*” - a exibição de pais sob o aspecto de como estes seriam exemplos daquilo que deveria ser evitado, para que os atuais infantes não se tornem futuros adultos produtores de males sociais. Filhos educados, disciplinados e instruídos seriam sinônimos de uma sociedade em ordem, que caminharia para o progresso. Filhos mal educados, indisciplinados ou mal instruídos, sinônimo do futuro caos social. A responsabilidade desta produção, a família, que se não estruturada, pagaria o ônus pelos filhos desviantes da ordem que a mesma produziu.

3. 5. O objetivo é descrever o perfil de autismo e TDH e orientar os docentes a lidar com os mesmos em sala de aula⁸⁵... Sobre a delegação dos saberes

Conversamos um pouco sobre a as dificuldades que se colocam para a educação, sobre a obrigatoriedade em receber os alunos especiais e que discursos estariam sendo produzidos ali e no campo social, de certa tentativa de encontrar os culpados pelo processo pedagógico que não estaria dando certo ou se desviando daquilo que seria considerado como correto por *um* modelo educacional tradicional. O que levaria também à delegação dos saberes e das soluções. Quem seriam os culpados? E os responsáveis pela restauração?

Neste momento me reporte à situação em que uma professora reivindicava o suporte médico para o ‘melhor desenvolvimento’ do aprendizado de um aluno - a pílula do saber, eficiente nos casos de TDAH - para lembrar as práticas *psi* que constituem o reforço desta lógica de aprisionamento da vida. Falamos sobre a disseminação de um discurso médico-psicofarmacológico que nos fez acreditar que a criança diagnosticada com TDAH, ao fazer uso de uma medicação específica viria a aprender. A escola, como parte do campo social, este último lugar de produção dos discursos ditos verdadeiros, viria a consumir tais discursos, para depois assimilá-los à ideia de responsabilidade pela aprendizagem. E desta forma, poderia delegar o encargo do processo de ensino e aprendizagem à medicação.

A que servem os diagnósticos, prognósticos e avaliações médico-psicológicas que, ainda que me recusasse a utilizá-los em minha atuação no campo de pesquisa, utiliza-os um discurso

⁸⁵ Escrita de um dos profissionais da educação durante troca de e-mails.

psi presente nos programas de TV, nos livros de auto-ajuda, no campo social. Discursos que colocam em evidência não só uma psicologia ortopédica que serviria a uma adequação comportamental, mas também uma psiquiatria, responsável pelas classificações e enquadramentos dos sujeitos desviantes do regulamento social. Ambas serviriam aos processos de normalização, em que especialistas buscariam encontrar o nível exato de um comportamento desejado, utilizando para isso várias ferramentas de manutenção da ordem. Os psicofármacos disponíveis à aceleração do pensamento seriam um destes. As técnicas de avaliação psicológica outra. Esta última, sempre em busca daquilo que permanece no indivíduo: a estrutura do caráter, os traços de personalidade. Os diagnósticos e prognósticos, nestes casos, garantiriam se não a cura, ao menos o tratamento e a promessa de desaparecimento dos sintomas indesejáveis. Um discurso *psi* que queiramos ou não se encontra atrelado à nossa prática, presente nos pedidos de regulação dos comportamentos. O que nos solicitam alguns profissionais, pais de alunos ou até mesmo os alunos da escola? Palestras, rodas-de-conversa e trabalhos de conscientização.

A experiência que tive junto à escola me fez perceber que o trabalho que se espera do psicólogo na educação não estaria exclusivamente associado ao atendimento clínico clássico, mas que convocaria o trabalho *psi* aos novos mecanismos de monitoramento e avaliação com a finalidade de regulação dos comportamentos. Práticas constituídas num campo onde o maior desafio é o enfrentamento da produção de vulnerabilidade e riscos, situações que necessitariam de intervenções tidas como urgentes. Pedidos de ajuda que nos solicitam respostas rápidas e imediatas, que por sua vez, favorecem a procura de recursos que acabam por buscar sempre em nós as linhas duras, inflexíveis, frente à ameaça de não resolução dos problemas ou de ser considerado incapaz profissionalmente. Caminhos que conduzem a padrões já naturalizados, respostas automatizadas e a delegação dos saberes e das soluções a um profissional, visto como o mais apto para solucionar. Falei sobre a percepção que tive ao longo do trabalho na escola, onde vários discursos apontavam uma tendência a encontrar culpados pelo fracasso escolar, fato que conduziria também a passar o problema adiante, o que na maioria das vezes significava encaminhar ao especialista. Os culpados?

1. *A família: porque se encontra desestruturada, porque não educa seus filhos, porque possui um pai ausente, porque os pais trabalham o dia inteiro e a criança fica sem orientação, porque a mãe é superprotetora, etc.;*

2. *O professor: considerado como incapaz por não saber ensinar;*
3. *A escola: porque não têm conseguido acompanhar o processo de mudança social ou simplesmente porque naturalizamos respostas prontas que afirmam que a escola está “sem moral” para disciplinar seus alunos;*
4. *A medicação: aquele aluno não está tomando a medicação prescrita e é por isso que ele não está aprendendo!;*
5. *O psicólogo: também incapaz profissionalmente, visto que a criança é acompanhada há um ano e nada muda, a criança não consegue aprender!*

Um professor comentou: *muitas vezes apelamos também para a religião. Algumas famílias também tentam encontrar a solução para os problemas de aprendizagem dos filhos procurando padres, pastores de diversas igrejas e até a macumba. Neste caso, delegam o processo de aprendizagem ao pai de Santo ou à igreja. (Diário de campo, maio de 2011).*

Convoquei uma “conversa de bastidor” que acontecia entre os professores antes de iniciarmos a palestra-restituição. Eles discutiam a quem encaminhariam alguns alunos da escola, e diziam: *“vamos encaminhar esse aluno, mas quem irá receber? A saúde mental (Capsi – Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil)? Ou o CEAT?” E discutiam a relação entre dificuldade de aprendizagem e problemas psiquiátricos. Haviam entrado em contato com os profissionais do Capsi para se informarem sobre como deveria ser feito o processo de encaminhamento.*

Assim, pude falar sobre a produção social dos especialismos, da existência de uma certa engrenagem que nos possibilitava reconhecer, especialmente na medicina, psicologia, psiquiatria e farmacologia, que estas seriam imprescindíveis à aprendizagem dos nossos alunos. Delegamos a estes saberes a responsabilidade de que as crianças aprendam. E estas disciplinas, de alguma maneira, trabalham há muito, na produção e manutenção destes discursos.

Sobre o tema da autogestão da educação, afirmei que toda vez que identificamos um problema como sendo clínico, como sendo uma doença (o autismo, asperger, TDAH), fechamos o nosso campo de análise, por entender este problema como individual. Tratando-se de um problema clínico e tendo em mãos o diagnóstico, caberia ao indivíduo procurar um tratamento, um remédio, um possível. E o que isso produziria na escola? A dificuldade de se operacionalizar

a autogestão da vida. Existe um discurso atual que afirma a necessidade conhecermos nosso objeto de intervenção para depois agir sobre ele: os alunos especiais que encaminhamos, o fazemos com o intuito de encontrar respostas. Uma busca por conhecimento (científico) que contribuiria para o nosso cotidiano de trabalho. Desqualificamos o conhecimento que temos sobre o próprio processo educacional, sobre os alunos especiais que passam muito mais tempo nas escolas do que nos consultórios ou clínicas de tratamento e diagnóstico. E delegamos aos saberes ditos científicos a responsabilidade pelo processo de ensino-aprendizagem, desqualificando os saberes que poderiam ser construídos junto com estas crianças e suas famílias. *“Aceitar o desafio de intervir para conhecer e não de conhecer para intervir⁸⁶”*. Pretendia, desta forma, negar a coisificação da doença e, de alguma maneira, produzir a dessubjetivação médico-psicofarmacológica, por meio dessa resistência que valoriza os saberes produzidos no campo, que criam outros sentidos e inventam dispositivos de valorização e autovalorização.

3. 6. Nós somos animais humanos⁸⁷

Falava sobre a culpabilização da família provocada por um viés psicanalítico que em um dado momento histórico, a partir dos estudos sobre autismo, passou a considerar o papel familiar como condicionante unilateral para o surgimento das doenças que atualmente chamamos de psiquiátricas ou relativas à saúde mental. Falava sobre a maternidade enquanto uma construção social, convocando autores como Philippe Ariès, Margareth Rago, Jurandir Freire Costa. Foi neste momento que um dos professores comentou:

“Você está falando de um comportamento de que somos condicionados pelo campo social. Gostaria de dizer que alguns comportamentos são naturais, inerente à natureza humana, aí entra a questão de gênero: alguns comportamentos femininos que as mulheres possuem são devidos à sua condição de fêmea (risos entre as pessoas

⁸⁶ Esta frase estava contida em um dos *slides* da palestra-restituição. A frase foi dita por Marisa Lopes da Rocha, professora adjunta do Instituto de Psicologia da UERJ, durante o seminário *“Interlocuções sobre a ética na pesquisa: que políticas apostamos?”* realizado pelo instituto de Psicologia e curso de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal Fluminense (*campus* Gragoatá, Niterói/RJ) entre os dias 04 e 05 de novembro de 2010. O título do trabalho da referida professora foi intitulado *“Entreatos: percursos e construções da psicologia na rede pública de ensino”*

⁸⁷ Fala de um dos professores durante o encontro.

presentes). Culturalmente é a mãe quem deve cuidar dos filhos, mas biologicamente falando - e a gente não foge da biologia porque somos animais - são as fêmeas que ficam com os filhotes. Concordo com você de que alguns comportamentos são condicionados sim, mas pela própria condição humana, pela natureza". (Fala de um professor durante o encontro, diário de campo, maio de 2011).

A voz da ciência positiva ecoava na fala de um professor atravessado pela biologia. Estava ali para mudar sua forma de pensar? Pensar o homem como um ser sócio-histórico? Comprovar isso através de teorias fazendo uso de especialistas no assunto? Não tinha esta pretensão, já que alguns anos daquela vida foram direcionados a **uma** formação em biologia. Assim como alguns anos de minha vida foram dedicados à **formação** em psicologia, acoplada a uma única maneira de compreender e interpretar conteúdos psicológicos, entendidos como objetos de estudo e análise neutra. Naquele momento pude dizer que não falava em condicionamento social, e fiz o possível para pensar essa questão junto com os professores. Pedi ajuda ao professor de biologia para que pudéssemos explicar o condicionamento, o que era e como funcionava. Fomos ao ratinho da caixa de Skinner. O condicionamento que produz a repetição de um comportamento dentro de uma situação limite específica. Estávamos, nós humanos, no campo social, histórico e político dentro da caixa de Skinner? Éramos comparáveis aos ratos? E às fêmeas? Condicionados socialmente? Não falava sobre sermos condicionados à maternidade, mas produzidos no e pelo campo social como seres maternos ou infantis ou femininos. Em outras palavras falei sobre pensarmos a subjetividade como produção.

A subjetividade é produzida por agentes de enunciação. Os processos de subjetivação (...) não são centrados em agentes individuais (...) nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia (...) quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagem e de valor (...)). (GUATTARI & ROLNIK, 2005, p. 39).

Falava de uma subjetividade fabricada, modelada, produzida no e pelo campo social. No entanto, experienciada por cada um de nós como se fossem particulares, pessoais. As pessoas

pareciam não compreender do que estava falando. Como assim? Como se produzem modos de ser, pensar, agir, sentir, viver? Exemplifiquei: *“Vivenciamos nossas vidas, nossas escolhas particulares, pelo menos assim o imaginamos. Um casal após algum tempo de namoro, decide se casar. Mais algum tempo, optam pela chegada do primeiro filho. Adiante, uma nova criança. E decidem que não teriam mais filhos. Discutem quem fará a cirurgia de esterilização: laqueadura ou vasectomia. Será que a escolha deste casal pelo número de filhos que desejariam ter é tão particular assim ou existe uma certa produção social, um certo discurso midiático, econômico, psicológico, médico, estatal, político, circulante em escala internacional que normatiza o número de filhos que cada família deveria ter?”*. Fui interrompida por alguém que afirmava ser essa escolha necessária: *“Não é possível suprir as necessidades básicas dos filhos, dependendo do salário que a gente recebe, não é possível ter um número grande de filhos”*. É exatamente neste ponto que o campo social operacionaliza nossos modos de ser. Existe toda uma montagem com argumentos diferenciados para nos convencer que devemos ter um ou dois filhos, quando deveríamos tê-los, a melhor e mais arriscada idade no caso da mulher, o custo financeiro de um filho para a família. O que se produz com isso? Naturalização de um modelo familiar a ser seguido. Escolhemos de forma particular ou nossas escolhas são entrecruzadas, atravessadas. Estaríamos presos a esta tirania? Não necessariamente. Podemos pensar, desta vez junto com Rolnik (1997), que a vida escapa, encontrando outros modos de ser. Para a autora “a subjetividade como um contorno, um perfil delineado, é efêmera, uma vez que somos constituídos por forças cujas intensidade variam ao longo do tempo, tecendo combinações diversas, misturando-se e confrontando-se com novos meios” (p.14). Isto quer dizer que é possível construirmos um processo de singularização, ou seja, de reapropriação dos componentes da subjetividade, numa relação de criação. Não apenas a submissão a uma subjetividade da maneira como a recebemos ou consumimos. (Guattari e Rolnik, 2005). Eram possíveis a criação de outras formas de relação mãe e filho, assim como professor-aluno, ensino-aprendizagem.

Convoquei também minha experiência junto ao PSF, o projeto higienista da amamentação, as mães que não desejavam amamentar seus filhos. Neste momento falava junto com Donzelot, mas também com a forte intervenção em mim dos tempos experienciados com os profissionais da saúde. Convoquei a cena da ordenha pública e os vetores atuais que capilarizam um estado-controle, ditando modos-de-ser-mãe. Seria a amamentação uma condição de fêmea? Por que motivo, então, algumas fêmeas humanas negariam a natureza? Qual o adjetivo, natural

ou naturalizado? O professor de biologia retomou a frase: “nosso corpo não foge do biológico”. Precisei concordar, mas pedi a oportunidade de dar outro exemplo: “Se amanhã meu corpo for acometido por uma doença, ele irá responder de tal maneira (biologicamente), não fugimos ao biológico, mas a relação que estabeleço com tal ou qual doença inclui inúmeros outros fatores, não podemos reduzir a uma única análise. A vivência social de um câncer é a mesma que a de um portador do vírus HIV? E a vivência de um portador do vírus HIV na década de 1980 é a mesma de hoje? Que relações podem estar colocadas aí sobre a questão da vida e da morte? Essas doenças não existem em si e nem são redutíveis a um construto teórico-biológico.

A própria noção de vida deixa de ser definida apenas a partir dos processos biológicos que afetam a população. Vida agora inclui a sinergia coletiva, a cooperação social e subjetiva no contexto de produção material e imaterial contemporânea (...) Vida significa inteligência, afeto, cooperação, desejo. (PELBART, 2011, p.83).

Desmanchar tais conjuntos, camadas hierárquicas que envolvem o campo da saúde e mostrar que isto não se resume a uma categoria biológica. Pegar aquilo que se encontrava pronto – uma ideia de natureza humana, de maternidade inata, de família ou autismo – e deslocar as engrenagens que o produziram.

Não poderia deixar de lembrar o incômodo que se assentou com a fala do professor, sobre o termo “condição de fêmea”. Sorrisos se colocaram ali, como forma de repúdio a afirmação declarada. Corpos que não se reconheciam naquela forma de categorização. Condição de fêmea, condição de macho, será que existiria também uma condição de gay, inerente à natureza humana? Qual seria esta condição? Este pensamento me furtou a atenção apenas no momento em que estava a repensar este encontro com a educação, no processo de escrita do meu diário de fêmea, digo, de gay, não, de macho, quero dizer, diário de campo. Um devir-nômade, que nega qualquer forma de identificação ou alocação em um eixo, por reconhecer que a representação de uma identidade feminina, assim como tantas outras atravessam meu corpo, me produzindo, constituindo-me em meio a tantas outras forças e intensidades variantes, num devir-animal. (Diário de campo, maio de 2011).

Se insisto nesse ponto é porque o devir corpo feminino não deve ser assimilado à categoria “mulher” tal como ela é considerada no casal, na

família, etc. Tal categoria, aliás, só existe num campo social particular que a define! Não há mulher em si! Não há pólo materno, nem eterno feminino... A oposição homem/mulher serve para fundar a ordem social, antes das oposições de classe, de casta, etc. Inversamente, tudo o que quebra a ordem estabelecida, tem algo a ver com o homossexualismo ou com um devir⁸⁸ animal, um devir mulher, etc. (GUATTARI, 1987, p. 36).

3. 7. Isso é filosofia! Não, isso é sociologia⁸⁹!

Durante o encontro um professor colocou a seguinte frase: “*Na verdade algumas regras existem para que exista uma sociedade. Isso é filosofia!*”. Outro professor interrompeu imediatamente para dar sua opinião, dizendo: “*não, isso é sociologia!*”. Dei espaço à questão que surgiu, especialmente porque parecia haver ali uma crise, uma certa necessidade de entender sobre o que estava falando. Não era psicóloga? Porque apareciam ali palavras que não circunscreviam de forma exclusiva o objeto de pesquisa *psi* (o comportamento, a psiquê)? Filosofia, sociologia, biologia, subjetividade, história. Do que estava falando? Pretendia mesmo fazer ruir uma ideia de psicologia como instrumento para diagnóstico, tratamento, intervenção naquilo que constituiria seu objeto de estudo por excelência, a saber, o psicológico, a alma humana. E permitir que os temas fossem transversalizados, ainda que não utilizássemos o termo.

O conceito de transversalidade designa o que antecede o decurso da própria intervenção: o entrecruzamento de pertencimentos e referências (sociais, econômicas, políticas e ideológicas) do coletivo constituído pelo grupo-cliente⁹⁰ e pelo socioanalista, podendo uma parte do grupo-cliente estar ausente do campo de intervenção, mas nunca do campo de análise. (LOURAU, 2004, p. 132).

Eram muitos os pertencimentos que nos antecediavam. A filosofia e a sociologia eram apenas dois destes, aqueles que foram possíveis de arriscar alguma nomeação, ainda que seus limites estivessem confusos. O conceito de transversalidade está relacionado, então, com este

⁸⁸ Segundo Guattari e Rolnik (2005) o termo devir está relacionado à economia do desejo. Este, entendido enquanto economia de fluxos, não seria algo particularizado ou representativo. Para os autores, os fluxos de desejo derivam de afetos e devires, independentemente de serem ou não rebatidos sobre pessoas, imagens ou identificações. Desta forma, um indivíduo socialmente identificado como masculino pode ser atravessado por devires múltiplos ou até mesmo, aparentemente contraditórios (devir-mulher, devir-criança, etc).

⁸⁹ Fala de duas professoras durante o encontro de restituição-palestra.

⁹⁰ O conceito de grupo-cliente, neste caso, pode ser entendido pelos responsáveis pela encomenda de pesquisa.

conjunto de pertencimentos de todos os envolvidos neste processo. Alguns, até então silenciados, puderam vir à tona, como alguns questionamentos acerca da profissão do professor enquanto profissional⁹¹ do saber. Um saber que nem sempre interessava a alguns alunos, os ditos especiais. Outros pertencimentos negavam posições instituídas⁹² acerca de uma ideia de autismo, família, ensino e aprendizagem.

As discussões seguiram, alguns profissionais complementavam o que eu falava a partir de suas experiências como professores ou como especialistas em uma determinada área. Alguns disseram: *“não é sociologia o que ela está trazendo, nem filosofia porque as coisas estão todas misturadas”*. *Que disciplina estava a representar, com todos aqueles conceitos que os professores identificaram como sendo sociológicos ou filosóficos? Não estava a representar algo, mas pude perceber que tal encontro produziu uma nova forma de experimentar a psicologia, que ali perdera sua circunferência, lugar onde não pretendia fechar gestalt⁹³, mas abrir outros campos possíveis. (Diário de campo, maio de 2011).*

Considerar o caráter construtivo-inventivo não só da psicologia, mas de outras disciplinas consideradas científicas, não para encontrar seus fundamentos, mas para traçar seu mapa de constituição, considerando os diferentes interesses que compõem a formação destes saberes. Problematizar os limites de cada disciplina, desequilibrando seus pontos de estabilidade, questionando sua solidificação, forma ou estrutura, considerando que verdades são construídas. Inventar outros planos de criação, que fujam à dicotomia sujeito-objeto de pesquisa, à noção de unidade disciplinar ou da ideia de especialismos, seja na psicologia, sociologia ou filosofia. Apostar na transdisciplinaridade. (Passos e Barros, 2000).

Penso que a frase de alguns professores resumiu um pouco do que foi produzido naquele encontro: *“não é sociologia, nem filosofia, porque as coisas estão misturadas”*. Fizemos

⁹¹ Este tema será retomado adiante.

⁹² O conceito de “instituído” para Lourau (2004) designa valores e modos de representação e organização considerados normais, bem como os processos que se constituem em uma certa previsibilidade. Em oposição a este termo, temos o conceito de “instituinte”, que se aproxima de uma certa capacidade de contestação e inovação. (Lourau, 2004, p. 47).

⁹³ Fazemos referência à Psicologia da Forma ou Psicologia da Gestalt, teoria psicológica iniciada no final do século XIX na Áustria e Alemanha, que propunha o estudo da percepção. Em seu construto teórico a Psicologia da Gestalt afirmou a existência de quatro princípios fundamentais para a percepção de objetos e formas: tendência a estrutura; separação entre figura-fundo; a pregnância ou boa forma; e a constância perceptiva. Fazemos analogia com o termo *fechar gestalt*, oriundo dos estudos da Psicologia da Gestalt, e retomada pela Gestalt-terapia, que designa situações que permanecem inacabadas, o que deflagra “dificuldades de ajustamento entre o organismo e seu meio”(Ginger, 1995, p. 125). Constitui-se, então, a necessidade de que tais situações inacabadas sejam fechadas. Sobre este tema ver (Ginger, 1995).

uma nova aposta metodológica, utilizando alguns ‘ingredientes’ que já estavam prontos, como por exemplo, as categorias nosológicas de autismo e asperger, a condição biológica dos transtornos psiquiátricos, uma ideia de família pautada no modelo nuclear. Outros ingredientes foram ‘misturados’ ali. Construímos uma receita *sobre* ou *para* a educação? Não. Mas dessa mistura surgiram outros frutos, estes produzidos *no* encontro *com* a educação.

3. 8. *Ensaio e erro*⁹⁴: *implicação e sobreimplicação*

Falei durante algum tempo sobre o lugar que ocupam os especialistas na educação, quando fui interrompida por uma professora, que dizia:

Eu concordo com tudo isso que você trouxe. Acho interessante. Mas, fico pensando que existe uma dialética entre teoria e prática. Tudo funciona muito bem na teoria, mas na hora em que você coloca na prática com uma sala de aula cheia e você sozinha. Sozinha dentro da sala de aula. Então, eu quero saber o que eu vou fazer com esse meu aluno porque “esse negócio de inclusão” é tudo muito novo. O aluno com autismo, asperger, síndrome de down, todos incluídos na sala de aula. E eu me sinto perdida. Nós não temos o suporte que deveríamos ter, não temos o conhecimento para estar trabalhando com esse aluno. Para trabalhar com um aluno desses é preciso um acompanhamento individualizado. Ficamos preocupados em como atender as necessidades de 29 alunos e também a do aluno especial.

Outra professora colocou:

Eu já tentei de tudo com meu aluno autista: castigo, carinho, amor. Ele não aceita carinho.

Uma vida que recusa a autoridade, que resiste às injunções dominantes. Não se interessa por dialéticas. Que não é subordinável à maneira como foi instituído o processo educacional.

Outra professora também questionou:

Eu traduzo tudo isso que estamos trazendo no seguinte: como lidar com esta frustração? Se estamos todos aqui com o horário já ultrapassado é porque estamos todos em busca de conhecimento. Estamos no intuito de: como fazer, o que fazer, de que forma fazer. Porque até então, o que estamos fazendo só está gerando frustração. Aí o emocional... Por mais que você busque alternativas não encontra respostas palpáveis, fatos. Nós não temos algo que nos dê a resposta: você está no caminho certo, faça isso! Temos que estar o tempo todo no empirismo:

⁹⁴Termo utilizado por um profissional da educação durante a palestra-restituição.

ensaio e erro. Passou da hora da educação se mobilizar realmente. 16 anos de trabalho e do fundo do meu coração eu sou uma professora frustrada. Vejo isso aqui em cada um de nós, o desejo de fazer e de ver o que fizemos. Mas de onde está vindo essa resposta de que estamos fazendo o correto. Precisamos de coisas concretas.

O que seria mais concreto do que a experiência que vivenciavam no cotidiano da escola? Eu não tinha fórmulas prontas, sabia que isso também frustrava os professores ali presentes. Estavam em busca de conhecimento, mas, onde encontrá-lo? Era uma postura de convocação da intervenção do conhecimento técnico-científico, de delegação dos cuidados com o aluno àquele que possui o saber para tratar. Produção social de saberes instituídos, reconhecidos, legitimados pelo campo social. Mas, era também um pedido de ajuda, pois pareciam dizer: “a educação precisa de socorro!” Professores frustrados com o dia-a-dia de trabalho, com o descaso público para com os alunos da educação especial ou regular.

Alguém complementou chorando:

“É muito triste você chegar ao final do ano e pensar: passaram 200 dias letivos e eu não consegui fazer aquela criança aprender nada!”

Já trabalhamos no início desta dissertação o conceito de sobreimplicação, mas ele retorna, em novo espaço geográfico, mas, em modulações parecidas e facilmente identificáveis. Pude conversar um pouco com os professores e desmontar a ideia de competência acoplada à imagem do mestre. A palavra profissional nos coloca uma ideia de competência que devemos apresentar em nosso trabalho. O aluno que não aprende, faz com que se produza um discurso de incompetência profissional do professor. Propus que utilizássemos metaforicamente o conceito trazido por um dos professores, de trabalharmos sempre por *ensaio e erro*. E questionei: porque em nosso trabalho temos sempre essa exigência de perfeição, só temos que produzir bons resultados pautados em ensaio e acerto? - (Se é que haveria tempo para o ensaio!) – O professor seria aquele profissional não facultado a possibilidade de erro, não ensinar um aluno o definiria como incapaz ainda que com os outros 29 alunos tenha sido diferente. De que erros estavam falando? Porque o aluno ao final do ano precisa ter aprendido todo o conteúdo? Um dos professores respondeu: *“nós fomos condicionados a isso!”*. Complementei dizendo que “o professor é socialmente visto como aquele que irá ensinar, pois teria preparo e competência para isso. E o aluno aquele que irá aprender. Mas no contato com algumas crianças, aquelas que escapam do modelo tradicional de educação – alguém que irá ensinar e um outro que irá aprender

– percebemos que algumas escapam desta racionalização da escola. Será que ela irá aprender o conteúdo em 200 dias letivos? Porque nem sempre o tempo de uma criança será o mesmo que experimentamos. Será que é este conteúdo – definido em bases pedagógicas padronizadas – que as crianças querem aprender? Exemplifiquei com o caso de uma criança que acompanhei no período em que trabalhava no Caps. Iniciei o acompanhamento dessa criança quando ela contava três anos de idade. Ele não falava qualquer palavra. Era uma angústia pra mim porque aquela mãe esperava que eu o curasse, junto a toda uma equipe de especialistas. E que isto acontecesse de forma mais breve possível, como se tivéssemos fórmulas prontas para serem aplicadas – tínhamos que ser rápidos e competentes. A mãe falava do desejo de poder conversar com o filho. Aos seis anos de idade a criança começou a falar algumas poucas palavras. Recentemente tive notícias de que se encontrava muito bem. Foram três anos de trabalho e o que vivi de interessante foi o seguinte: o tempo daquela criança era diferente do meu e de muitas outras, mas se eu olhasse para minha experiência pessoal e para as outras crianças aquela iria parecer fora de uma linha de normalidade, inventada pelo campo social. Procurei vê-lo como alguém que estava a criar outras formas de ser criança, que falava palavras sem sons, mas que dizia muito mais do que olhos de enquadramento poderiam enxergar. Outros modelos de desenvolvimento infantil, diferente daquele que aprendemos na universidade.

Um profissional da equipe pedagógica ressaltou algo de interessante:

Alguns professores foram fazer psicopedagogia para buscarem informação. E chegamos à conclusão de que mesmo fazendo capacitação, não adianta. Eu vou lá, faço a capacitação e volto para a escola. Percebo que o meu aluno down não é igual aquele dos “livros” que vi nas aulas do curso de pós-graduação. A gente busca, busca, busca e até encontramos um jeito de trabalhar melhor, mas, não é pessimismo, não encontramos a receita. O down que mora ao lado da minha casa é de um jeito, mas o da escola é de outro. Posso dizer que hoje não encontrei aqui uma receita para lidar com o autismo, mas tive um momento para compartilhar essa angústia. (Diário de campo, maio de 2011).

Fala que denunciava o caráter político das categorias nosológicas em psiquiatria, ou seja, de um construto social que produz efeitos em larga escala e que forja a necessidade do especializar-se. Dentre eles, o dispositivo de capacitação, num esforço permanente por mais formação, por aquisição de conhecimento. Em outras palavras, consumir ciência. O saber-poder produz não somente sujeitos fora do padrão, mas toda uma cadeia de significados arborescentes,

que enraízam e cristalizam conceitos – de doença, formação, desenvolvimento e tantos outros. Desconsidera a existência de outras formas de produção de conhecimento, aquela que acontece nos encontros a espreita, no plano de imanência. Produzir conhecimento não *sobre* crianças diagnosticadas com autismo ou asperger, mas *na* experiência *com* cada criança, por uma postura ético-política.

Sim, a criança com síndrome de down não é a mesma em todos os espaços, nem a autista, asperger, TDAH. Nem nenhuma outra. Essas crianças declaram ao mundo não apenas que seriam diferentes, mas que teriam vidas singulares. Estariam fora de uma certa curva de normalidade? Isso dependeria do modo como entendemos o termo. Aposto neste termo (normalidade) como produção, um modo de ser criança forjado no campo social. Seriam aquelas que fugiam dos moldes acadêmicos, das técnicas científicas, das práticas educacionais instituídas, das salas de aula e das aulas de educação física. As crianças que nos escapam.

(...) o que caracteriza um objeto ou um fato dito normal, em referência a uma norma externa ou imanente, é poder ser, por sua vez, tomado como ponto de referência em relação a objetos ou fatos ainda à espera de serem classificados como tal. Portanto, o normal é, ao mesmo tempo, a extensão e a exibição da norma. Ele multiplica a regra, ao mesmo tempo em que a indica. Ele quer, portanto, fora de si, a seu lado e junto a si, tudo o que ainda lhe escapa. Uma norma tira seu sentido, sua função e seu valor do fato de existir, fora dela, algo que não corresponde à exigência a que ela obedece. (CANGUILHEM, 2002, p. 211)

Segundo Canguilhem (2002), uma norma ou regra é algo que serve a certa proposta de retificação, correção de algo que se entenderia como fora de um certo padrão ou modelo. A normalização, uma estratégia de “imposição de uma exigência a uma existência” (p. 211). O que queríamos com aquelas crianças ditas especiais? Exigiríamos seu retorno a um estado de normalidade? Ou apenas a convocação a uma exigência produtiva, haja vista que a escola seria um espaço *normalmente* entendido como o lugar da produção intelectual? Deveríamos exigir que todas as crianças aprendessem em 200 dias letivos? O que chamamos de inclusão ou de aceitar crianças especiais na escola?

Ao falar sobre a capacidade de algumas crianças de escaparem a um modelo tradicional da educação, não me referia simplesmente a uma subjetividade individual ou particular destas crianças especiais como algo que deveria ser respeitado, valorizado e por isso aceito, logo, tais crianças deveriam estar incluídas nas escolas. Não falava a partir de uma aposta humanista,

presente em grande número de discursos sobre a inclusão social. Mas, o que pensar acerca desse tema que surge no campo? As crianças que escapam a um modo de funcionamento institucional escolar deveriam ser vistas como seres únicos apenas, entendendo o *único* sob tutela do conceito de identidade que cada uma deveria ter? Não é sob o ponto de vista do conceito de identidade que falo sobre este tema, uma vez que, a própria produção social de subjetividades entendidas como algo particular ou individual conduziu a uma necessidade de categorização dos modos diferentes de ser – aqueles que fugiam às normas (autistas, aspergers, loucos, TDAH, a identidade de cada um) – que deveriam ser incluídos ou aceitos. Desta forma, não mais haveriam de excluir categorias sociais de espaços em que deveriam ser acolhidos e respeitados. Nas palavras de Foucault (1987, p. 165), “*individualizar os excluídos*”, utilizando processos de marcação de lugares, acaba por assinalar as exclusões”, assegurando-se um certo binarismo (autista X não-autista, louco X não-louco, normal X anormal) que, por sua vez, permite apontar quem é, como é, onde deve estar, como reconhecê-lo, como exercer sobre cada indivíduo fora da norma, de maneira individual, uma forma de vigilância e controle. Essas pessoas estariam incluídas ou excluídas? Seriam estes termos contraditórios ou complementares? Ou, como afirma Lobo (2008):

Não mais a expulsão para outro território, mas a fixação em seu interior, num espaço perfeitamente quadriculado (...) A rigor, é muito difícil, hoje, alguém estar excluído das instituições especializadas (escola, empresa, prisão, quartel, hospital etc.) ou das classificações dos indivíduos que elas constantemente produzem. Desse modo, quase todos estamos integrados a uma rede institucional qualquer, e até o gueto não foge a essa orientação. É mesmo socialmente desejável que a inclusão ocorra, haja vista o perigo que representam os que estão fora das malhas institucionais e seus dispositivos: os bandidos fora da prisão, as crianças de rua fora do trabalho, da família e da escola. É praticamente impossível alguém, por mais socialmente “excluído” que esteja, não ter sido colhido ao menos pelo olhar num fichário de hospício, abrigo, delegacia de polícia ou serviço de assistência; terá sempre parte da sua vida registrada, sujeita à classificação na ordem de um desvio qualquer, mesmo que nenhuma providência seja tomada para melhorar sua vida, o que é o mais provável.

Estranho ideal: sofreremos os efeitos da violência dessa integração e ainda assim lutamos para aperfeiçoá-la. (LOBO, 2008, p. 262, *grifos da autora*).

Em que classe alocaríamos autistas e aspergers ao final deste encontro? Em que lugar nos colocaríamos na condição de especialistas? Sim, porque temos um conjunto de documentações que nos afirmam este lugar (curso universitário, especialização, mestrado,

número de classificação em um conselho de classe). Faríamos o jogo de produção dos desvios? Faríamos outros agenciamentos: faríamos vazar a partir das formas acabadas outros fluxos. “A partir das posições de desejo locais e minúsculos, pôr em xeque, passo a passo, o conjunto do sistema capitalista”. (Guattari, 1987, p. 143). Ou, como nos ensina Foucault: “estas vidas, por que não ir escutá-las lá onde falam por si próprias?” (2003, p. 208).

Considerações finais:

*- Essa história de regime de cachorro-quente é pura neurose e o que está precisando é de
procurar um psicanalista!*

Ela nada entendeu mas pensou que o médico esperava que ela sorrisse. Então sorriu.

Clarice Lispector in A hora da estrela, 1977.

Qual o problema desta pesquisa? Havia uma angústia com o tema das famílias da qual precisava analisar, não para descobrir as causas de sua conhecida “desestrutura”, mas para problematizar a questão. Vivi, senti, agi, pensei, dissertei. Mas a travessia desse processo de construção da escrita foi se constituindo no campo. A família era um norte. Os especialistas um nó na garganta. Durante estes dois últimos anos senti muita falta de ar. Literalmente. O desenvolvimento de uma asma parecia corresponder não apenas a um problema biológico, mas ressonância dos atravessamentos que experimentava no campo. “Um pouco de possível, senão eu sufoco” (Deleuze, 1992, p. 132). Como se fosse este o grito que quisera empreender.

Durante o percurso pude sair de um ponto para chegar a outro. Alguns me disseram que havia perdido o eixo da pesquisa. A verdade é que nunca tive muita certeza desse eixo. Apenas estava à espreita e, assim, me deixei levar, pelos deslocamentos do campo, pela história que tanto me fascina. Mas, especialmente por não pretender construir uma história com início, meio e fim, o intuito era de estar ao meio, começar pelo meio e nele permanecer. Sinto que por vezes o pensamento se perdeu e correu apressado. No caminho encontrou-se com outros pensamentos e fez alianças. Várias. Sempre temporárias. Rizomáticas. Onde estava? Em que lugar pretendia chegar? Questões sempre inúteis a esta pesquisa. Perdi-me sem clausura, culpa ou receio, pois “*perder-se também é caminho*” (Lispector, 1949, p. 186).

Até o momento do exame de qualificação para o mestrado acadêmico minha pesquisa parecia estar direcionada para o uso da metodologia histórico-genealógica de Foucault. Utilizei livros antigos para encontrar no passado a construção social de um modelo vigente de família na atualidade. Encontrei em sebos livros datados do final do século XIX e início do século XX de autores que assinalavam a importância de um trabalho de higiene mental, que deveria ser feito no campo social, por meio da família. Trabalho realizado principalmente por médicos (pediatras,

sanitaristas) no início do século XX, no Brasil, e mais tarde por profissionais de outras áreas: pedagogos, assistente sociais, psicólogos e psicanalistas, por exemplo. No entanto, no decorrer desta empreitada investigativa, fui levada a realização de uma pesquisa-intervenção junto aos profissionais da saúde e da educação, para estes em momentos diferenciados, para mim, em sincronias mescladas, misturadas, entrecruzadas. Desta forma, posso afirmar que os livros antigos não desapareceram, pelo contrário, mesmo os não citados aqui estiveram presentes em cada análise, nos encontros de restituição, nas mudanças interventivas em mim. Mas configuraram a presente pesquisa em um trabalho interventivo e não histórico-genealógico. Também porque a realização de um trabalho genealógico exigiria outras análises e ferramentas e seria preciso um pouco mais de tempo.

O encontro com as pessoas envolvidas nesta aposta metodológica me fez perceber que poderia fazer uso daquelas histórias presentes não somente nos livros antigos, mas atualizadas em nossos diálogos, nos pedidos de regulação dos comportamentos, não para encontrar respostas ou os verdadeiros culpados pela produção social de estereótipos familiares, mas para construirmos juntos um instrumento de luta e afirmação da vida.

Será que todas as pesquisas deveriam estar em busca de respostas? Com alguns autores aqui utilizados - Foucault, Deleuze, Guattari, Lourau, Pelbart... - aprendi que questões científicas possuem respostas anteriores ao processo investigativo. Hipóteses, geralmente corroboradas.

Nestes dois anos de intensa pesquisa pode vivenciar um devir asmático-delirante que ao me colocar no encontro com a finitude, aguçou e explorou a potência de vida. Desta forma, escapei. Dos modelos tradicionais de pesquisa científica. Das pesquisas que comprovam com resultados suas hipóteses a priori. Das identificações e clausuras. Das amarras médico-psicológicas que interpretam: pobreza, desemprego, problemas de aprendizagem, falta de autoridade parental... igual a família desestruturada. Alcoolismo, família com pais usuários de drogas, com mães prostituídas, com filhos autistas, com moradores de favelas... igual a família em situação de vulnerabilidade e risco. Interpretações como tantas outras, violentas, que assimilam o doente em sua doença, a situação financeira à ideia de caráter ou personalidade. E junto com as pessoas envolvidas neste processo, invertemos a lógica do pensamento racional científico, que em sua busca por início, meio e fim, sujeito neutro e objeto a ser investigado, apagavam todo o antes, durante, depois, realizando um asseio técnico, considerado necessário à prática investigativa.

Fazer uso desta aposta metodológica no campo, onde não me tornasse apenas uma mera espectadora dos fatos, uma pesquisadora que faria uso de seu objeto de pesquisa para comprovar a eficácia dos conceitos base que regem os seus caminhos. Optar pelo (des) caminho que configurou esta pesquisa-intervenção e enveredar por uma via não exata, não preocupada com a perfeita aplicabilidade dos métodos, mas utilizando-os com rigor para não cair na armadilha que nos impõe uma análise interpretativa do campo.

As estratégias biopolíticas de gestão da vida, que convocam especialistas à orientação das mães, dos filhos, dos loucos, dos delinquentes, que reduzem a vida a uma nova forma de miséria social, produzem pessoas ávidas por encontrar respostas para as suas então consideradas mazelas familiares. O processo social de orientação em massa que ditam regras de amamentação exclusiva, planejamento familiar, educação dos filhos, ensino-aprendizagem, denunciam uma ideia implícita de que as famílias encontram-se desorientadas ou desestruturadas, naturalizando histórias produzidas no e pelo campo social. As supostas 'famílias desestruturadas' assim, passam a buscar conhecimento, ciência, médicos, psicólogos, psiquiatras, psicanalistas, assistentes sociais. Encontram um universo de técnicas, de estabelecimentos de saúde, educação, programas de TV, comerciais de margarina. Aparatos técnico-científicos que colocam para funcionar a máquina que a produz, mantendo-a à margem, ameaçando-a de ruir.

Os especialistas cotados para promover a reeducação terapêutica da família perceberam que a desestruturação familiar era um fato social, mas poucos conseguiram se dar conta de que suas práticas terapêuticas, educativas e ortopédicas eram componentes ativos na fabricação deste modelo de família. Presos a uma ideia forjada pelo campo social, de necessidade de reestruturação familiar, atuam de tal forma a se isentarem de sua co-autoria na produção política do desvio. E desta forma, a tendência se confirma numa busca por capacitação em cuidados ditos terapêuticos, o que conduziu a novas medidas de controle e tutela capilar ao reforçarem a engrenagem de produção da família desestruturada. Assim, especialistas prescrevem mais educação: sexual, moral, física e escolar. Inúmeras terapias de controle do comportamento, com exercícios de controle mental sobre os próprios pensamentos. Enfim, clama-se por mais disciplina, estudos e conhecimento para gestão de si e do outro.

Nesta pesquisa não intencionávamos falar de questões produzidas acerca ou sobre o campo de intervenção, mas no encontro coletivo com todos os envolvidos neste processo, este pudesse servir como um dispositivo que viesse a romper com lógicas naturalizadas que instituem

discursos prontos e acabados fazendo irromper outros possíveis, outras histórias, outras ações. “Se esta pesquisa não constituir um instrumento de luta pela afirmação das diferenças, que ao menos não reconduza ou fortaleça os mecanismos de dominação e controle que a cada dia se aperfeiçoam no Brasil”. (Lobo, 2008, p. 431)

Seria a família desestruturada um produto das sociedades capitalistas ou seria uma produção das sociedades capitalísticas, que atuam nas formas de sujeição humana? A afirmação da existência de um modelo familiar, nuclear e estruturado encontra ressonância nas práticas *psi*. No entanto, o intuito desta pesquisa se estenderia a visualização de que a vida poderia ir além e inventar seus próprios princípios. “Quem foi que disse que Deus é brasileiro, que se eu não for um bom menino Deus vai castigar?⁹⁵”. Quem irá nos castigar?

Psicólogo, médico, agente comunitário de saúde, professor, pedagogo, assistente social. Profissões policlínicas que podem atuar de forma a capilarizar a tutela estatal. Avaliam, diagnosticam, orientam, ensinam, assistem, aprisionam, julgam, controlam. E aí? “Tá dominado, tá tudo dominado!” Será? Nossas formas de cuidado podem encontrar outras conexões, saídas. Psicólogo detetive, que impõe seu saber ao outro, encontrando sinais, indícios de suas moléstias humanas? Psicólogo juiz, que condena crianças, famílias, loucos, dependentes químicos, autistas, aspergers, a cumprirem códigos não escritos, leis não sancionadas, lógicas normativas por tempo indeterminado?

Que possibilidades restam, nessa conjunção de plugagem global e exclusão maciça, de produzir territórios existenciais alternativos àqueles ofertados ou mediados pelo capital? De que recursos dispõe uma pessoa ou um coletivo para afirmar um modo próprio de ocupar o espaço doméstico, de cadenciar o tempo comunitário, de mobilizar a memória coletiva, de produzir bens e conhecimento e fazê-los circular, de transitar por esferas consideradas invisíveis, de reinventar a corporeidade, de gerir a vizinhança e a solidariedade, de cuidar da infância ou da velhice, de lidar com o prazer ou a dor? (PELBART, 2011, p.21/2)

Considero para este final de escrita, não necessariamente a finalização de um trabalho, visto como algo que se completaria com as considerações finais. Mas a abertura de um caminho que conduza a novos pensamentos, novas práticas, menos tutelares e mais potencializadoras. O

⁹⁵ Referência a musica “Zé ninguém” composta por Álvaro Lopes, Bruno Gouveia, Miguel Flores, André Sheik e Carlos Coelho, integrantes da banda conhecida pelo nome de “Biquini cavado”.

que concluir então? Ao menos com a certeza de que se esta se configurou em uma pesquisa intervenção, acredito que a maior intervenção tenha sido em mim, pois...

"Já não sei se fiz essa dissertação ou se essa dissertação me fez". (Diário de Campo, julho de 2011).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABATAYGUARA, Presciliana Ângelo. A saúde física. In *Puericultura e higiene mental*. 5ºvol. São Paulo: Biblioteca de Formação Familiar, s/d.

AGUIAR, K & ROCHA, M. (2003). Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. [Versão eletrônica]. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 23(4), 64-73.

Associação de Amigos do Autista (AMA). Disponíveis em: <</http:
http://www.ama.org.br/html/info_sind.php>>. Acesso em 21/05/2011.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1978.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

BARROS, Regina Benevides de. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre; Ed. da UFRGS, 2007.

BARROS, Regina Benevides de & PASSOS, Eduardo. *Clínica, política e as modulações do capitalismo*. In: Lugar Comum, RJ, ISSN 14158604, n. 19-20, jan-jun de 2004, pp. 159-171.

BEMFAM - Bem-estar familiar no Brasil. Disponível em: <http://www.bemfam.org.br/sobre.php>. Acesso em: 05/08/2010.

BRASIL (1996). Lei 9263 de 12 de janeiro de 1996.

BRASIL (2010). Projeto de Lei nº 7672/2010 que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados sem o uso de castigos corporais ou tratamento cruel e degradante.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CASTEL, Robert. *A gestão dos riscos. Da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1987.

CASTEL, Robert. From dangerousness to risk. In BURCHELL, G; GORDON, C; MILLER, P. (eds.) *The Foucault effect. Studies in governmentality*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

Children see, children do”. Disponível em:
<<http://www.youtube.com/watch?v=SJF50kwwRJE>> Acesso em: 20/09/2010.

CID 10 – *Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID 10*: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas. Artmed.

COIMBRA, C. & NASCIMENTO, M.L. (2005). *Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político?* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004. Disponível em: http://www.slab.uff.br/exibetexto2.php?link=.%2Ftextos%2Ftexto22.htm&codtexto=22&cod=22&tp=t&nome_autor=.>. Acesso em: 13/06/2009.

COIMBRA, C. M. B; AYRES, L. S. M; NASCIMENTO, M. L. *Construindo uma psicologia no judiciário in Pivetes: encontros entre a Psicologia e o Judiciário*. Curitiba: Juruá, 2010.

COIMBRA, C. M. B; AYRES, L. S. M; Da moralidade e situação irregular à violência doméstica: discursos da (in)competência *in Pivetes: encontros entre a Psicologia e o Judiciário*. Curitiba: Juruá, 2010.

Conselhos Tutelares, Histórico. Disponível em: <<<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/33/1990/8069.htm>>> Acesso em: 30/07/2011.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

DELEUZE, G. *Conversações, 1972-1990*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. Introdução: rizoma em *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Aurélio Guerra e Cecília Pinto Costa - Rio de Janeiro: Ed. 34, Vol. 1, 1995.

DELEUZE, G. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle (1990) *in* DELEUZE, G. *Conversações, 1972-1990*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 7ª edição. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: História da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976 *in* *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

FOUCAULT, Michel. Aula de 7 de janeiro de 1976 *in* *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

FOUCAULT, Michel. Aula de 14 de janeiro de 1976 *in* *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999c.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População: curso no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Ed. Martins Fontes: 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

FOUCAULT, M. O que são as luzes? In: FOUCAULT, M. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamentos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, M. A escrita de si. *O que é um autor*. 4ª edição. Vega/ Passagens: Porto, 1993.

FOUCAULT, M. (1977) A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder- saber*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996

GALLO, S. *Deleuze e a educação*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2003.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. Em ARIÈS, P; CRARTIER, R. (org) *História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ªed. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

GINGER, Serge. GINGER, Anne. *Gestalt: uma terapia do contato*. São Paulo: Ed. Summus, 1955.

Gráfico 1: número de partos de adolescentes na década passada.
Fonte:http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:7kANCPQFjiMJ:portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/default.cfm%3Fpg%3DdspDetalheNoticia%26id_area%3D124%26CO_NOTICIA%3D11137+planejamento+familiar+gravidez+na+adolescencia+gov&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&source=www.google.com.br

GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 3ª ed., 1987.

GUATTARI, F & ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2005.

HISTÓRIA DA PEDIATRIA NO BRASIL. Disponível em: <<[http// www.spb.com.br](http://www.spb.com.br)>> Acesso: 24/05/2010.

INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA, 2010. Disponível em: <<<http://www.iff.fiocruz.br/textos/hist.htm>>> Acesso: 26/06/2010.

JORNAL HOJE, 10/02/2011. Disponível em: <<<http://busca.globo.com/Busca/jornalhoje/?query=casamento+previd%C3%A2ncia+social+pens%C3%A3o&ordenacao=&offset=1&xargs=&formato=&requisitor=jornalhoje&aba=todos&filtro>>>

=&on=false&formatos=&filtroData=&dataA=&dataB= >> Acesso: 23/06/2011.

JORNAL O GLOBO, 22/10/2007.

JORNAL SBP NOTÍCIAS. Sociedade Brasileira de Pediatria. nº 21, ano IV, junho/julho de 2002. Disponível em: << [http // www.sbp.com.br/img/sbp-noticias/sbp21.pdf](http://www.sbp.com.br/img/sbp-noticias/sbp21.pdf) >>. Acesso: 22/05/2010.

KANNER, Leo. *Psiquiatria infantil*. Buenos Aires: Ed. Paidós-psique, 1966.

LISPECTOR, Clarice. *A cidade sitiada*. Rio de Janeiro: Editora A noite, 1949.

LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Editora Redord/ Altaya, 1977.

LOBO, Lilia Ferreira. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2008.

LOURAU, René. *René Lourau na UERJ, 1993: Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1993.

LOURAU, René. *René Lourau: Analista institucional em tempo integral in ALTOÉ, Sônia (org)*. São Paulo: Hucitec, 2004.

LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário Luft*. 20ª edição. São Paulo: Ed. Ática, 2007.

MACHADO, R (et al). *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MAGALHAES, Matheus Albergaria de. *Freakonomics: o lado oculto e inesperado de tudo que nos afeta*. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v. 26, n. 4, Dec. 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01/06/2010.

Ministério da Educação (MEC). Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf>. Acesso em: 22/05/2010

MINISTÉRIO DA SAÚDE, cartilha mães trabalhadoras, 2010. Disponível em: << <http://www.portal.saude.gov.br/saude/gestor/visualizar.cfm?idctx-33001>>> Acesso: 28/05/2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Programa Educação Sexual. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/default.cfm?pg=dspDetalheNoticia&id_ar ea=124&CO_NOTICIA=11137>> Acesso em: 01/07/2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Programa Mais Saúde. Disponível em: << http://www.portal.saude.gov.br/saude/gestor/visualizar_texto.cfm?idctx-33887>> Acesso: 28/05/2010.de 1996.

NEGRI, Toni. *Exílio, seguido de valor e afeto*. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2001.

NUNES, Sílvia Alexim. *O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: Um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000.

ONG realiza planejamento familiar em favelas. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/odm/reportagens/index.php?id01=2359&lay=odm//>. Acesso em: 25/06/2010.

PASSOS, Eduardo. & BARROS, Regina. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v.16, n.01, 2007.

PASSOS, E. BARROS, R.B. Diário de bordo de uma viagem-intervenção. Em PASSOS, E. KASTRUP, V. ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009 a.

PASSOS, E. BARROS, R.B. Por uma política da narratividade. Em PASSOS, E. KASTRUP, V. ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009 b.

PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. 1ª ed. 2ª reimpr. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2011.

PREFEITURA DE BARRA MANSA. Pame: Programa de Apoio Multidisciplinar Educacional. Disponível em: http://www.prefeituradebarramansa.com.br/pmbm/web/page/secretaria_educacao.asp. Acesso: 02/07/2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em: http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3280&lay=pde>> Acesso em: 28/05/2010.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar, a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e terra, 1985.

Ritalina, Bulas *on line*. Disponível em: <http://www.bulas.med.br/bula/3721/ritalina.htm>>>) Acesso em: 21/07/2011.

ROCHA, Marisa Lopes. Educação e Saúde: Coletivização das ações e gestão participativa in MACIEL, I. (org) *Psicologia e educação: novos caminhos para a formação*. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna, 2001, p. 213-229.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. A análise institucional e a profissionalização do psicólogo in SAIDÓN, O e KAMKHAGI, V. R. (org). *Análise institucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1991.

RODRIGUES, H. C. (1992). *Psicanálise e Análise Institucional*. Em Rodrigues, H., Benevides de Barros, R. & Sá Leitão, M.B. (orgs), *Grupos e Instituições em Análise*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1997.

SAVOYE, A. Análise institucional e pesquisas sócio-históricas: estado atual e novas perspectivas. Em *Mnemosine*, Vol. 3, nº2, p. 181-193 (2007).

ULPIANO, Cláudio. *O solo nômade da filosofia – uma imagem do pensamento*. Disponível em: << www.claudioulpiano.org.br>> Acesso em: 09/06/2010.

VERONESE, Hugo. Higiene mental In *Puericultura e higiene mental*. 5ºvol. São Paulo: Biblioteca de Formação Familiar, s/d.

WERNECK, Américo. *A arte de educar os filhos*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1895.

WINNICOTT, D. W. Objetos transicionais e fenômenos transicionais. Em *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1975

VÍDEOS/ DOCUMENTÁRIOS

MERCADANTE, Marcos. *Autismo e síndrome de asperger*. [Filme-vídeo]. Produção de MCG visual effects. São Paulo, Associação Brasileira de Psiquiatria - Programa de Educação Continuada, 2009. 1 DVD, 90 min. color. som.

ANEXO I
Termo de Consentimento Livre e
Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - NÍVEL MESTRADO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO - ESTUDOS DA SUBJETIVIDADE

Mestranda: Débora Augusto Franco

Orientadora: Lília Ferreira Lobo

PROJETO DE PESQUISA DE CAMPO ENDEREÇADO À SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BARRA MANSA-RJ

Título: A rede de atenção à Saúde Mental e o processo de (des) construção do discurso contemporâneo de “família desestruturada”.

Introdução e objetivos

A presente pesquisa será realizada em conjunto com os profissionais de saúde que atuam em uma unidade do Programa de Saúde da Família (PSF) deste município e visa analisar coletivamente situações referentes as intervenções especializadas no âmbito da família. O objetivo é repensar as práticas cotidianas, os saberes e regras que permeiam a instituição saúde e família de forma a buscar uma atuação comprometida com a potencialização do trabalho e o fortalecimento de espaços coletivos de discussão. As informações obtidas durante o processo de pesquisa serão de uso exclusivamente acadêmico que serão utilizadas para compor o trabalho de dissertação sem identificação dos envolvidos neste processo.

Faz parte desta pesquisa a acessibilidade ao conteúdo deste trabalho antes de sua finalização, para que o grupo faça sugestões e inclusões que considerarem pertinentes ao que for discutido durante o percurso. Também para fins acadêmicos este trabalho poderá ser publicado, em parte ou em sua totalidade em livros e /ou periódicos. Ressalto que não haverá identificação das pessoas envolvidas neste processo, nem da unidade do PSF em que será realizada a pesquisa, garantindo o sigilo dos participantes da pesquisa.

É importante ressaltar que nesta pesquisa não pretendemos fazer uso de quaisquer documentos escritos, comprobatórios, mas trabalhar com os discursos produzidos no campo de atuação dos profissionais de saúde da família por meio de uma metodologia intitulada como “pesquisa-intervenção”, ou seja, um método de trabalho visa primordialmente o *pensar com e não sobre ou para* as pessoas envolvidas no processo de pesquisa, uma vez que para a filosofia deste campo de investigação não existe separação entre sujeito-objeto de estudo ou pesquisador-pesquisado, já que estes se constituem num mesmo processo. Nesta linha metodológica pretendemos recorrer às contribuições da análise institucional francesa, à filosofia da diferença e à microfísica do poder, utilizando autores como Renè Lourau, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault, dentre outros.

Colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos através dos contatos a seguir:

Telefone: (24) 88023895

E-mail: deboraugusto@yahoo.com.br

Atenciosamente,

Barra Mansa, ____ de _____ de 2010.

Débora Augusto Franco (pesquisadora)

Assinatura do participante da pesquisa